

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

GABRIEL NATAL BOTELHO VITIELLO

**A AIDS EM CENA: OS PRIMEIROS PROTAGONISTAS DA MAIOR
EPIDEMIA NO FINAL DO SÉCULO XX**

Rio de Janeiro
2009

GABRIEL NATAL BOTELHO VITIELLO

**A AIDS EM CENA: OS PRIMEIROS PROTAGONISTAS DA MAIOR
EPIDEMIA NO FINAL DO SÉCULO XX**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Dilene Raimundo do Nascimento

Rio de Janeiro
2009

Ficha catalográfica

V844 Vitiello, Gabriel Natal Botelho.

A AIDS em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX. / Gabriel Natal Botelho Vitiello . – Rio de Janeiro : s.n. 2009.
108f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.
Bibliografia: p. 106-108.

1.Síndrome de imunodeficiência adquirida .
2. Homossexualidade masculina. 3. Historia. 4. Brasil.

CDD 616.9792

GABRIEL NATAL BOTELHO VITIELLO

A AIDS EM CENA: OS PRIMEIROS PROTAGONISTAS DA MAIOR EPIDEMIA NO FINAL DO SÉCULO XX

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em julho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dilene Raimundo do Nascimento – Orientadora
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Prof. Dr. Fernando Sergio Dumas
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Prof. Dr. Veriano Terto Junior
ABIA – Associação Interdisciplinar de Aids

Suplente

Profa. Dra. Tania Maria Dias Fernandes
Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Profa. Dra. Lizete Macário
HUPE – Universidade Estácio de Sá

Rio de Janeiro
2009

Aos meus pais, Naida e Roberto, que não só me deram a vida de presente, como também me colocaram em pé nos meus momentos mais difíceis.

Agradecimentos

A minha orientadora Dilene Raimundo do Nascimento por toda a dedicação para com a dissertação e com a minha pessoa.

Aos amigos que fiz durante o curso e sempre me apoiaram para o término dessa dissertação de mestrado, em especial a Mariana Damasco, Renata Brotto e André Fabrício.

A todos os amigos da vida, que em muitas ocasiões nos privamos de estar juntos, em função da minha dedicação ao curso e a este trabalho.

Ao pessoal do Centro de Documentação da ABIA por toda a ajuda na busca por fontes e nas horas de apoio para os estudos.

Aos amigos da ONG IPrA (Instituto de Prevenção a Aids), por me apoiarem em todos os momentos em que estive escrevendo esta obra.

A Daniela Lima pelo acompanhamento e apoio nos momentos difíceis.

Ao programa de pós-graduação da Casa de Oswaldo Cruz (COC) pela bolsa de estudos durante os dois anos que estive na instituição.

A todos aqueles que lutaram contra a Aids!

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1 – Os homossexuais no Brasil	14
Capítulo 2 – A Aids e os homossexuais	36
Capítulo 3 – A Ação dos homossexuais na luta contra a Aids	64
Conclusão	103
Referências bibliográficas	106

RESUMO

Essa dissertação de mestrado tem por objetivo analisar o papel dos homossexuais na luta contra a Aids, no espaço de tempo compreendido entre 1978 a 1992. No final da década de 1970, constatamos que os homossexuais brasileiros começam a ser influenciados pelos ideais do movimento gay americano e, a partir do jornal *Lampião da Esquina* – editado por gays brasileiros – discutimos como se deu a interação entre os gays no Brasil, possibilitando uma organização dos homossexuais no país e a formação de uma identidade homossexual brasileira. No início da década de 1980, a Aids chega ao Brasil como uma doença gay, sendo analisado como essa idéia foi construída a partir do conhecimento médico-científico e divulgada pelas reportagens da imprensa escrita no período. Por fim, discutimos a atuação dos homossexuais dentro das ONGs/Aids, frente a onda de preconceito e estigmas ocasionados pela enfermidade, tendo como base duas ONGs, a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) e o Grupo Pela Valorização Integração e Dignidade do Doente de Aids (Pela VIDDA).

ABSTRACT

That master's degree dissertation has for objective to analyze the paper of the homosexuals in the fight against Aids, in the space of time understood among 1978 to 1992. In the end of the decade of 1970, we verified that the Brazilian homosexuals begin to be influenced by the ideals of the American gay movement and, starting from the newspaper *Lampião da Esquina* – edited by Brazilian gays – as it felt the interaction among the gays in Brazil, making possible an organization of the homosexuals in the country the formation of an identity Brazilian homosexual. Already in the begin of the decade of 1980, Aids arrives in Brazil as a gay disease, being analyzed as that idea was built starting from the doctor-scientific knowledge and published by the reports of the press written in the period. Finally, we discussed the performance of the homosexuals inside of ONGs/Aids, front the prejudice wave and stigmata caused by the illness, tends as base two ONGs, the Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) and the Grupo Pela Valorização Integração e Dignidade do Doente de Aids(Pela VIDDA).

Introdução

O nosso trabalho é fruto das observações iniciadas na Universidade Candido Mendes, a partir de um trabalho monográfico sobre a mudança comportamental dos homossexuais com a chegada da Aids. Nesse momento, surgiu o interesse em estudar qual foi o papel dos gays¹ ante o advento da doença, como se deu o enfrentamento aos estigmas que se criaram em torno dela e a busca em pressionar o governo brasileiro perante a epidemia que estava se formando, ou seja, lutando por uma modificação, não só na mentalidade da sociedade em relação à imagem do soropositivo e do homossexual masculino, como na política de saúde pública. A partir daí, demos início aos nossos estudos que possibilitaram a construção dessa dissertação de mestrado, começando com a análise sobre a organização homossexual no Brasil.

No país, desde o final da década de 1970, os gays, começam a se organizar, influenciados tanto pelo movimento de abertura política do regime militar quanto pelas idéias advindas do movimento homossexual norte americano. Essas primeiras organizações se engajaram em movimentos de esquerda e contestaram a ditadura militar no intuito de combater todo tipo de estigma que foi construído em relação a homossexualidade.

Nesse momento, os homossexuais passaram a se organizar e a formar uma identidade homossexual brasileira. Tal interação se inicia com a formação de um jornal alternativo, criado por e para gays que se chamava *Lampião da Esquina*, que acabou estimulando a constituição de grupos homossexuais que, mais tarde, viriam a atuar fortemente no combate à epidemia de Aids, como percebemos na análise das fontes dessa dissertação de mestrado que mostram como se deu a constituição do movimento homossexual brasileiro, a partir do grupo Somos. Tais organizações constituídas no final da década de 1970 sofreram modificações com o fim da circulação do jornal e com a chegada de uma doença incurável e desconhecida pelos meios científicos – a Aids.

Percebemos pela análise das matérias provenientes da imprensa escrita do período, que a partir dos anos 1980, com o aparecimento de notícias sobre a Aids e o

¹ Utilizaremos a palavra gay no meu trabalho para a definição de homossexual masculino, assim como será utilizada a palavra homossexual para abreviar homossexual masculino.

desenvolvimento da epidemia, houve um reforço dos estigmas em relação aos homens que fazem sexo com homens, no Brasil. Aliado a isso, e tendo como base o processo de abertura política do regime militar, os homossexuais passaram a buscar um novo sentido em relação aos seus direitos. Sendo assim, com a chegada da Aids, os gays – devido à ligação desses com a imagem que se criou em torno da enfermidade – passaram a se organizar, também, em ONGs/Aids, lutando pelos seus direitos e dos soropositivos, além de reivindicar uma política governamental de combate à doença.

Desde o momento que a Aids surgiu como uma doença para o meio científico, ela foi colocada como uma moléstia que tinha como preferência um grupo de risco². A partir daí tornou-se impossível dissociar a doença daqueles que serão os principais protagonistas do combate ao preconceito que veio junto com o HIV³: os homossexuais. No seu período inicial, o impacto da Aids pode ser dividido em três etapas: as infecções provenientes das doenças oportunistas devido à baixa imunidade do organismo provocada pelo HIV, as primeiras mortes ocasionadas pela até então incurabilidade da doença e, por fim, o forte preconceito e estigma construído no imaginário social a respeito da doença e dos doentes, classificado como Terceira Epidemia.

Com a construção da mentalidade vinda a partir do conhecimento médico-científico, Aids e homossexualidade começam a ser percebidas como sinônimos, pela sociedade em geral, inclusive a brasileira; os gays passam a ter uma posição de destaque dentro do grupo de risco pela sua sexualidade considerada divergente da normalidade, sendo estigmatizados e hostilizados sobremaneira pelos setores que já eram contra homens que se relacionavam com homens.

Tendo como marco temporal o recorte entre 1978 a 1992, que engloba o período em que se iniciou a organização homossexual no Brasil até a conquista por mudanças significativas do governo brasileiro no combate à Aids e nas discussões sobre homossexualidade, percebemos que diversas transformações ocorreram não somente na organização desses gays, como também no campo da saúde pública devido a pressões vindas da sociedade civil, organizada em ONGs/Aids.

² O grupo de risco era constituído pelos homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas. Tal conceito foi formado logo no início dos primeiros casos, na década de 80.

³ Sigla inglesa de Human Immunodeficiency Vírus, que se refere ao agente causador da Aids.

Para abordarmos de que forma os homossexuais se articularam nesse período e como se comportaram perante o advento da Aids fizemos uma seleção de trabalhos que pudessem nos nortear nas questões principais. Apresentamos, aqui, os principais e os seus pontos de interesse que nos serviram para a constituição dessa dissertação de mestrado, tendo em vista que a maioria deles foi utilizada em quase todos os capítulos.

O trabalho de João Silvério Trevisan (2007) traça um panorama histórico sobre a homossexualidade brasileira desde o período colonial até os tempos atuais. Dessa forma, para a nossa discussão sobre o processo de organização homossexual no Brasil até o período em que os gays se vêem frente aos primeiros casos de Aids, Trevisan foi um referencial importante por sua análise sobre as atitudes dos gays brasileiros no período de estudo dessa dissertação.

Para constataremos a formação da organização homossexual brasileira a partir do final da década de 1970, tomamos, também, como base o trabalho de Regina Facchini (2005), que procura analisar a organização dos gays a partir da formação do grupo Somos, contribuindo para a nossa discussão sobre as atitudes dos gays no final dessa década.

Outro trabalho de fundamental importância foi o de Marcelo Secron Bessa (2002), onde buscamos um embasamento teórico para discutirmos a construção da relação entre Aids e homossexualidade e como essa relação foi constituída no imaginário social dos brasileiros.

Com a obra de Jane Galvão (2000), pudemos perceber como se deu a resposta da sociedade brasileira, a partir das ONGs/Aids, frente à epidemia que começa a se constituir em meados da década de 1980, assim como a movimentação dos gays dentro dessas organizações.

O livro de Dilene Raimundo do Nascimento (2005) foi fundamental para analisarmos como se deu as primeiras respostas do governo brasileiro diante dos primeiros casos de Aids até o ano que fecha o nosso marco temporal (1992), com foco nas campanhas que visavam informar sobre a Aids. Utilizamos a sua obra para discutirmos também a atuação das ONGs/Aids diante das poucas medidas tomadas pelo governo.

Para entendermos como os homossexuais masculinos sofreram com o estigma proveniente da mentalidade construída em torno da Aids, procuramos utilizar o trabalho de Susan Sontag (1989) no qual ela analisa, em um primeiro momento, como a doença tomou a dimensão de uma condenação à morte em vida, tendo a capacidade de estigmatizar e de gerar identidades deterioradas. Sontag discute as várias metáforas criadas em torno da doença, discussão essa de fundamental importância para apresentarmos como se deu a Terceira Epidemia.

Por fim, o trabalho de Richard Parker (1994) foi utilizado não só para entendermos o histórico da doença no país, como também a mudança comportamental dos homossexuais, a partir dos primeiros casos da doença, ao serem colocados como o principal grupo de risco.

O nosso trabalho, que analisa o papel dos homossexuais na luta contra a Aids, ficou dividido em três capítulos, nos quais procuramos abordar os seguintes aspectos:

No capítulo 1, para demonstrarmos como os gays atuavam nesse período na sociedade brasileira, mostramos um panorama da existência dos homossexuais no cenário público, a partir do final da década de 70, isto é, antes do advento da Aids, verificando seus movimentos e organizações, tendo como principal fonte o jornal *Lampião da Esquina*, um jornal mensal escrito e editado por homossexuais. Analisamos como, a partir do *Lampião*, cuja edição iniciou em 1978, a interação dos homossexuais passou a se estreitar, — não se prendendo apenas a festas ou eventos que visavam uma sociabilidade superficial — resultando um processo de construção de uma identidade homossexual.

No capítulo 2, analisamos a representação da Aids como uma doença de homossexuais, e como tal relação entre Aids e homossexualidade foi construída no imaginário da sociedade brasileira, principalmente, pela imprensa escrita, cujas reportagens de início eram cópias de matérias estrangeiras. Assim, as fontes principais desse capítulo são as matérias dos jornais e revistas do período inicial da doença (1981-1985), que tenham relação com a Aids e os gays. Além disso, sinalizamos como os homossexuais se comportaram ante o advento da doença e o preconceito (Terceira Epidemia) que se instaurou na sociedade a partir dela.

No capítulo 3, analisamos como os homossexuais se organizaram na luta contra a Aids, procurando perceber como foi sua atuação nesse enfrentamento e quais os mecanismos que utilizaram para combater o preconceito que se instaurou na sociedade e na busca por uma melhor política de saúde no tratamento dos soropositivos. Para isso, teremos como fonte principal os boletins de duas ONGs/Aids, a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) e o Grupo Pela VIDDA (Pela Valorização Integração e Dignidade do Doente de Aids), e a imprensa escrita. É ressaltada a atuação de Herbert Daniel, uma das principais lideranças no combate à Aids. Dessa forma, analisamos os mecanismos utilizados pelos gays para desconstruir a imagem que se formou em torno da doença e a forma como sua organização proporcionou mudanças significativas na política de saúde e nas discussões sobre homossexualidade.

Abramos as portas para percebermos como os homossexuais enfrentaram o estigma proveniente da doença e transformaram todo o discurso fatalista, construído durante a epidemia de Aids, em uma produção e luta pelos direitos dos gays, que nem o mais bem intencionado dos movimentos homossexuais em todo o mundo conseguiu.

Capítulo 1: Os homossexuais no Brasil

Este capítulo apresenta um panorama da situação dos homossexuais no Brasil, de 1978-1981, antes do advento da Aids. Esses marcos temporais de análise dizem respeito ao período de circulação do jornal *Lampião da Esquina*, um jornal brasileiro, mensal, voltado para o público homossexual e considerado como de imprensa alternativa (OLIVEIRA, 2007). A partir da análise das matérias do jornal, de artigos assinados pelos seus fundadores – Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernadet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry – e de bibliografia outra sobre o tema, buscaremos entender como se deu o início de um movimento homossexual no Brasil.

O Brasil vivia, nesse período, um processo de abertura política. O governo militar, que iniciara a abertura política “lenta, gradual e segura” com o general Ernesto Geisel, em 1974, devido ao fim do milagre econômico brasileiro⁴, passa a deixar ainda mais claro que a década de 1980 seria de uma verdadeira redemocratização, o que é expresso nas eleições para governadores em 1982 (SADER, 1990).

A busca por uma maior autonomia da sociedade com relação aos seus direitos políticos estava cada vez mais se concretizando, tendo em vista a legalização de partidos políticos que atuavam no cenário da política brasileira. Entre eles estavam o PMDB, PTB e, registrado⁵ em 1982, o PT. Composto esses principais partidos, tidos como de esquerda, estavam muitos ex-exilados que lutaram pelo fim do regime militar durante a sua fase mais dura.

Nesse período de abertura democrática, grupos que lutavam pela cidadania começam a se organizar para enfrentar o regime militar, percebido pela população como autoritário e ditatorial. Diversos grupos são formados baseados no antiautoritarismo e na busca pela democracia, entre eles os partidos legalizados ou o que chamaremos por

⁴ Período em que o país cresce, em média, 10% ao ano desde 1969, interrompido por uma crise internacional provocada pelo aumento do preço do petróleo. Com uma crise econômica a situação da sociedade piora criando uma grande insatisfação popular com o governo militar pressionando esse governo por um retorno a políticas democráticas. A partir deste momento (1974) se inicia a abertura lenta e gradual da política brasileira.

⁵ Legalização do partido no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

oposição institucionalizada⁶. É nesse cenário de redemocratização onde começa a surgir demandas homossexuais por meio de grupos civis⁷, contrários a um regime ditatorial. Sendo assim, iremos perceber como os gays se representavam na sociedade brasileira.

Os homossexuais começam a ter um pequeno espaço na imprensa escrita brasileira, na “Coluna do Meio” redigida por Celso Curi⁸ no jornal *Última Hora*⁹ voltada para os homossexuais.

A 5 de fevereiro de 1976, começou a sair diariamente nas páginas do jornal paulista *Última Hora* uma nova coluna de cunho informativo, social e burlesco. O nome, com muito humor, foi emprestado da loteria esportiva: Coluna do Meio. Seu autor, (...), brincava com personagens de criação própria, contava piadas, noticiava acontecimentos sociais ou não e publicava um *Correio Elegante*. Uma particularidade, entretanto, tornava a Coluna um fato inusitado na história da imprensa brasileira: era dirigida aos homossexuais. (*Lampião*, número 0, p. 6)

Contudo, a coluna não permaneceu durante muito tempo no jornal, pois em 1976 foi apresentado um processo contra Curi por atentar contra a moral e os bons costumes. Celso Curi foi despedido, logo em seguida, e os motivos de sua demissão foram embasados na dificuldade financeira que o jornal estaria passando (GREEN, 2006).

Em abril de 1978, começa a publicação do jornal *Lampião da Esquina*, que propunha discussões tanto no sentido de desenvolver uma conscientização política dos homossexuais, como sobre sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo (TREVISAN, 2007). O *Lampião* não só trazia esses temas como também tratava de assuntos diversos do país.

⁶ Entendo por oposição institucionalizada as Universidades e movimentos estudantis (UNE) que criticavam o regime militar.

⁷ Entre esses grupos destaco o grupo Somos.

⁸ Celso Curi era jornalista, atualmente é produtor, administrador cultural e crítico de teatro (<http://www.blogger.com/profile/08332924897661166678>, consultado no dia 28 de setembro de 2008).

⁹ O *Última Hora* tinha uma publicação para o Rio de Janeiro e para São Paulo, neste caso o *Lampião* se refere à publicação paulista.

Nesse momento, todos os temas discutidos pelos homossexuais brasileiros, tinham influência do movimento homossexual americano, impulsionando na formação de grupos que seguissem idéias similares a esse movimento. O jornal apresentou, durante os seus três anos de circulação, muitos artigos¹⁰ traduzidos de jornalistas americanos, bem como literatura americana em geral.

O jornal *Lampião* trazia, na capa de seu número zero, uma chamada para a questão do processo contra Celso Curi, reconhecendo a importância do trabalho do jornalista, que possibilitou o início de uma discussão sobre a homossexualidade, surgindo outras colunas em variados jornais que tratavam do mesmo tema. Na matéria, João Silvério Trevisan constata como a coluna de Curi se tornou um sucesso, impulsionando a venda do *Última Hora* paulista. Além de explicitar os objetivos do conselho editorial do *Lampião* na sociedade¹¹, a matéria traz a opinião de Celso Curi sobre os homossexuais. Segundo ele, a identidade homossexual estava em processo de formação, e não se poderia falar que existia um movimento gay brasileiro e, sim, que existia uma movimentação, isto é, “uma movimentação homossexual da boate para o táxi, do táxi para a sauna”¹² (*Lampião*, número 0, p. 7).

Tal argumento, também é defendido pelos integrantes do Conselho Editorial do *Lampião*. No número 1 do jornal, em uma entrevista com o padre Antonio Rio Roselló, autor do livro *Todos los parques no son un paraíso* (1975)¹³, Darcy Penteadó¹⁴ também exprime a sua própria opinião, numa comparação com o grupo *Dignity*¹⁵, em relação à falta de organização dos gays no Brasil:

¹⁰ Os artigos publicados eram traduzidos, na maioria das vezes, por pessoas do conselho editorial, e não tratavam somente da questão da homossexualidade, como também de assuntos como meio ambiente e movimento feminista.

¹¹ Entre esses objetivos estaria o propósito de criar uma consciência gay entre os homossexuais brasileiros. Tal identidade estava fortemente pautada na americana.

¹² No número zero do jornal *O Lampião*, Celso Curi diz que “quando me perguntam pelo movimento homossexual no Brasil, respondo que ele não existe. Existe é uma movimentação homossexual, da boate para o táxi, do táxi para a sauna” (*Lampião*, número 0, p. 7).

¹³ O livro do padre Antônio Rio Roselló aborda, entre outras questões, aquelas relacionadas ao preconceito sofrido por homossexuais. Na entrevista do padre, segue uma reportagem sobre homossexualidade e religião. (*Lampião*, número 1, p. 7/16).

¹⁴ Darcy Penteadó foi um artista plástico (desenhista, cenógrafo, autor teatral). Trabalhou, primeiramente, com publicidade e como figurinista. Participou de muitas exposições, e acabou falecendo na década de 80 devido a complicações pela Aids (TREVISAN, 2007).

¹⁵ Numa reportagem sobre a questão da igreja com os homossexuais, Darcy Penteadó traz à baila a questão do grupo *Dignity*, um grupo americano de gays católicos. O grupo tinha, entre os seus objetivos, defender os direitos dos homossexuais americanos e a participação na igreja (*Lampião*, número 0).

É claro que a consciência coletiva de um grupo como Dignity (...) que pretendem a integração do homossexual na sociedade, depende de personalidades individuais e fatores culturais que, infelizmente nós ainda não temos – isto é, temos sim! Só que aquela que poderia chamar de ‘elite intelectual da homossexualidade brasileira’, não tem coragem de assumir publicamente a própria homossexualidade e muito menos de participar de manifestações como esta, séria e reivindicadora (*Lampião*, número 1, p. 7).

A revolta do artista plástico com relação a essa inércia de muitos homossexuais brasileiros chega a ter um discurso preconceituoso nos últimos parágrafos e mostra a existência de diversas categorias entre os homossexuais:

Enquanto isso vamos ficando com as sobras homossexuais do nosso subdesenvolvimento: os travestis-prostitutos de rua, as ‘bichas loucas’, os ‘sapatões’, os corruptores de menores [pedófilos], os maníacos sexuais dos mictórios etc (Idem).

Entretanto, Penteadó esquece que o próprio Conselho Editorial do *Lampião* fazia parte dessa elite intelectual, que buscava desenvolver uma consciência política entre os homossexuais e a constituição de uma identidade homossexual brasileira. Com certeza, essa falta de conscientização e desunião entre os gays brasileiros é muito criticada pelo jornal, principalmente nos seus primeiros números. Tal falta de identidade homossexual pode também ser percebida pelas entrevistas de Clodovil Hernandez¹⁶ (*Lampião*, número 4), e de Ney Matogrosso¹⁷ (*Lampião*, número 11).

Na entrevista de Hernandez, um dos assuntos mais claros é a sua posição de não levantar bandeiras em favor das causas homossexuais, mostrando certo individualismo.

¹⁶ Clodovil Hernandez, na época, era um estilista famoso e chegou a tomar posse como deputado federal em 2006, mas morre de isquemia cerebral em 2009, não terminando o seu mandato.

¹⁷ Ney Matogrosso, na época, era um cantor com muitos fãs, no qual ele mesmo identifica que seus fãs eram de todas as idades. O cantor ainda gozava de um grande prestígio por ter participado de um conjunto musical muito famoso na década de oitenta, os “Secos e Molhados”.

Contudo, apesar de a entrevista ressaltar os relacionamentos sexuais e a vida profissional do estilista¹⁸, outro objetivo do jornal é exposto, no momento em que ele afirma que não aceita a questão do gueto gay, preferindo ficar entre as pessoas, consideradas por ele, “normais”.

Mas veja bem: eu nasci de um pai e de uma mãe; nasci do ato de amor de duas pessoas consideradas ‘normais’; então f...-se, que eu vou é viver no meio deles (*Lampião*, número 4, p. 11).

Ou seja, com essa declaração de Hernandez, o *Lampião* também procura mostrar como era a imagem dos gays perante a sociedade brasileira e como alguns reproduziam esse discurso. É interessante perceber, no trecho acima, como os próprios homossexuais se colocavam como anormais, uma caracterização bastante combatida pelo jornal.

Durante a entrevista, o individualismo de Hernandez contrasta com a proposta do *Lampião*, de integração entre os gays brasileiros. Além de caracterizar o pensamento de um gay que não possui e nem busca uma identidade homossexual, já que a integração com outros homossexuais não parecia estar no comportamento social do estilista.

O comentário de Darcy Penteado, sobre essa postura do entrevistado, também caracteriza um dos pensamentos iniciais do conselho editorial do *Lampião* quando estes fundaram o jornal:

Mas eu acho que todos os movimentos¹⁹ estão visando é a integração. Nós, por exemplo, do LAMPIÃO, queremos é acabar com essa história de gueto... (Idem).

A individualidade também pode ser percebida na entrevista de Ney Matogrosso, na qual, apesar de passar a imagem de ser a favor da liberalização dos costumes²⁰ para os

¹⁸ Abordar os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo era um dos objetivos do jornal, pois mostrava um comportamento peculiar do entrevistado e boa parte dos seus leitores.

¹⁹ Penteado se refere aos movimentos considerados “minorias”, como o movimento feminista e negro.

²⁰ Refiro-me a divisão entre o feminino e o masculino, no qual um homem só pode ter atitudes consideradas próprias do sexo masculino e as mulheres atitudes próprias do sexo feminino.

gays pelas suas atitudes no palco²¹, o cantor não se coloca numa posição de defesa dos direitos dos homossexuais e nem de união com o movimento que estava surgindo. Isso pode ser percebido nessa parte da entrevista, quando Antônio Chrysóstomo²² pergunta se ele estaria comprometido com os homossexuais:

Comprometido, não. O único compromisso que eu tenho é com a minha vida. Eu não sou estandarte de nada. O que eu mostro pras pessoas é um indivíduo livre, uma alma livre. (...) Agora não me coloquem estandarte nas mãos de jeito nenhum, pelo amor de Deus, porque eu não arco com nenhum deles (*Lampião*, número 11, p.6).

Esse individualismo era percebido pelos entrevistadores, que procuravam com essas entrevistas, principalmente com essas duas citadas²³, mostrar aos leitores gays e outros interessados nas lutas pelos direitos das minorias que existiam outros iguais a eles²⁴ na busca por uma interação²⁵. Em relação a essa falta de identidade de grupo, a crítica era mais sutil, com os interlocutores argüindo os entrevistados sobre a importância de uma unidade entre os homossexuais para que transformações sociais – uma mudança num sistema machista que colocava a relação heterossexual como a normal – pudessem ocorrer²⁶. A questão de se assumir, também, parece estar focada nessas entrevistas, salientando como, mesmo assumidos, esses gays conseguiram sucesso profissional.

²¹ Ney Matogrosso, ficou conhecido pelo fato de se apresentar de uma forma afeminada, caprichando nos rebolados e cantando com uma voz que se aproximava da voz feminina.

²² Antônio Chrysóstomo era jornalista, especializado em música popular, escreveu, produziu e dirigiu vários shows.

²³ O *Lampião*, entrevistou outros homossexuais incluindo lésbicas, mas não eram somente gays, tinham pessoas que defendiam os direitos das minorias, lideranças do movimento negro, políticos, juízes etc.

²⁴ Devemos lembrar que o jornal surge com a proposta de ser um jornal feito por homossexuais, mas também para mostrar os preconceitos as mulheres, negros e índios. Ou seja, defender o direito das minorias do período.

²⁵ Assim como o movimento gay brasileiro buscava uma interação entre os gays, o movimento feminista buscava uma interação entre as mulher e o movimento negro entre os negros.

²⁶ É importante ressaltar como os travestis estavam mais engajados na luta pelos direitos dos homossexuais do que gays como Ney Matogrosso e Clodovil Hernandez. Como podemos verificar na entrevista dada pelo travesti Rogéria no *Lampião* número 32 de 1981, no qual Rogéria destaca a sua participação em movimentos homossexuais desde que morava no exterior. O travesti também destaca a participação e luta de outros transexuais na busca pelos seus direitos.

A necessidade de uma conscientização dos homossexuais brasileiros começa a ser pensada a partir do momento que Winston Leyland²⁷ chega ao Brasil, em 1977, com o objetivo de pesquisar a literatura gay latino-americana a convite de João Antonio Mascarenhas (TREVISAN, 2007). Sua chegada antecede a criação do *Lampião*²⁸. Leyland, que era editor de um jornal homossexual (*Gay Sunshine*²⁹) nos Estados Unidos, fez críticas à falta de conscientização dos homossexuais no Brasil, e afirmou que as organizações são importantes para que os gays possam discutir qual o tipo de pressão que a sociedade exerce sobre eles (GREEN, 2006). João Silvério Trevisan afirma que o *Gay Sunshine* foi a inspiração do *Lampião*, no qual o editor era considerado um ícone na solidariedade existente entre os gays norte-americanos³⁰; sentimento que as lideranças homossexuais tentavam construir entre os gays brasileiros, como mostraremos adiante.

Em uma entrevista publicada no *Lampião*³¹ número 2³², Leyland comenta que seu interesse em pesquisar uma antologia latino-americana, seria pelo fato de ‘a literatura latino-americana é muito insuficientemente conhecida pelos americanos, por haver pouca coisa traduzida nos Estados Unidos’³³ (p.10). Entretanto, a entrevista foca mais a questão

²⁷ Winston Leyland recebeu a influência de um movimento homossexual americano que se iniciou, simbolicamente, a partir do dia 28 de junho. Mês em que o bar Stonewall, frequentado por gays e travestis em Nova York no final da década de 60, se destacava dos outros por permitir que os casais de mesmo sexo dançassem à vontade. No mês de junho passa a receber investida policial com o intuito de reprimir o tipo de atividade que ocorria no local, o relacionamento de pessoas do mesmo sexo. Entretanto, ao contrário das outras vezes, as pessoas que foram liberadas pela polícia resolveram resistir - em solidariedade aos que foram presos. A partir desse momento se inicia um movimento pelos direitos dos homossexuais, impulsionado, também, pelos ideais feministas do período.

²⁸ Segundo James Naylor Green, a vinda de Winston Leyland teria estimulado – tendo em vista que ele era editor de um jornal gay nos EUA – a formação do *Lampião da Esquina* (GREEN, 2006)

²⁹ A descrição de como era esse jornal e o que ele propunha é bem descrita no *Lampião* número 2: “Encontram-se nele desde entrevistas com artistas e escritores conhecidos, poemas, contos, críticas de livros, até narrações de viagens, artigos de análise teórica, material de pesquisa histórica e mesmo delicados desenhos que muita gente consideraria pornográficos. (...). De fato, pode-se notar na capa, em letras menores e quase como um sub-título ‘um jornal de liberação dos homossexuais’ (*Lampião*, número 2, p.10).

³⁰ (http://gonline.uol.com.br/site/arquivos/estatico/gnews/gnews_entrevista_26.htm consultado no dia 15 de março de 2008).

³¹ A exemplo do *Gay Sunshine*, o jornal *Lampião* também trazia entrevistas com artistas, escritores etc. Além de trazer contos, pedaços de livros e desenhos com temática homossexual.

³² Essa entrevista foi realizada quando Leyland veio ao Brasil em 1977, mas não foi publicada na época pela “falta de interesse” de outros jornais, uns alegavam falta de espaço e outros diziam que eram ‘moralmente contra a matéria em questão’. Os jornais que foram citados como desinteressados na matéria nesse período foram: jornal *Movimento*, revista *Vespa* e jornal *Beijo* (*Lampião*, número 2, p.10). Acredito que ela só foi publicada no número 2, pois a questão do “assumir-se” homossexual é discutida nessa edição,

³³ Entretanto, o interesse do editor do *Gay Sunshine* também parecia ser comercial, acreditando na capacidade do mercado consumidor americano em querer se inteirar de uma literatura latino-americana. Como podemos perceber nessa indicação do livro (a antologia buscada por Leyland em 1977) no *Lampião*

do assumir-se homossexual. Para Leyland, a importância dessa aceitação constituiria uma conscientização da opressão que os homossexuais sofrem perante a sociedade. Leyland continua argumentando que a descoberta de uma identidade homossexual poderia ser formada numa interação com outros homossexuais. A importância dos homossexuais encararem com naturalidade a sua sexualidade também é frisada nessa entrevista. Contudo, o que podemos perceber na entrevista, é como Winston Leyland chama a atenção para a construção da identidade homossexual, a partir da interação entre os homossexuais. Isso passa a ser perseguido, principalmente pelos editores do *Lampião* que por meio do jornal, buscavam dialogar com os gays brasileiros e estimular as relações entre eles pelas cartas que recebiam dos seus leitores, que eram publicadas no jornal.

Na mesma edição³⁴, numa outra entrevista com o artista Lennie Dale³⁵, a questão da interação homossexual é percebida no momento em que o dançarino afirma que ‘as bichinhas [sic], aqui, hoje em dia, já estão se unindo’ (*Lampião*, número 2, p. 7). Tal argumento com certeza estava baseado não só na iniciativa da formação do *Lampião*, como também na constituição de grupos de homossexuais e, neste caso, temos como exemplo a constituição do grupo Somos, em 1978, grupo este que, mais a frente, foi considerado pelo jornal como uma das primeiras tentativas de organização gay no Brasil.

Uma característica do período em que o *Lampião* ficou em circulação é que grupos homossexuais estavam se formando para lutarem pelas suas causas, isto é, discutir a sexualidade e lutar contra a discriminação sexual. João Silvério Trevisan detalhando qual era o modelo adotado pela formação do primeiro grupo que tinha uma proposta de politização da homossexualidade – o grupo Somos, criado em 1978³⁶ – relata como tal identidade estava baseada na americana:

número 8: “... uma chamada para a antologia *New the Volcano*, que a *Gay Sunshine Press* pretende lançar até março deste ano, e que reúne autores latino-americanos homossexuais.” O tino comercial de Leyland parecia se estender não só para o mercado americano como também para o brasileiro, pois era interesse dele lançar uma tradução do livro no Brasil (*Lampião*, número 9, p.12). Como ocorre em outubro de 1979, que Winston Leyland volta para divulgar essa antologia latino americana aqui no Brasil (*Lampião*, número 17).

³⁴ Lembrando que no *Lampião* as entrevistas com os homossexuais são constantes nos jornais até a sua extinção em 1981.

³⁵ Lennie Dale era homossexual assumido, e trabalhava com artes cênicas e era produtor de um conjunto de dançarinos no Brasil, chegando a formar o grupo *Dzi Croquettes*, que tinha como objetivo questionar a idéia machista dominante.

³⁶ Segundo Facchini, este grupo surge, em São Paulo, no mesmo ano da fundação do *Lampião* (FACCHINI, 2005).

O modelo era, até certo ponto, o ‘gay consciousness raising group’ americano, através do qual se buscava uma identidade enquanto grupo social. Em todo caso, tal disposição provinha de uma firme decisão de se autogerir, tomar consciência de seu próprio corpo/sexualidade e reativar aspectos esquecidos no relacionamento grupal (TREVISAN, 2007, p. 339).

O Somos, como ressalta Trevisan, em consonância com o trabalho de Facchini (2005), tinha como característica uma atividade liberacionista, que ia contra o autoritarismo da ditadura militar. No *Lampião* – a partir de um artigo que leva a assinatura do próprio Somos – que o grupo vai deixar claro como se deu a sua formação e quais eram os seus objetivos iniciais:

SOMOS surgiu em São Paulo em maio de 78, a partir de uma idéia comum a várias pessoas, para possibilitar o encontro de homossexuais fora dos costumeiros ambientes de badalação e pegação (boates, bares, saunas, cinemas e calçadas); procurava-se com isso um conhecimento mútuo que fosse menos aleatório e a discussão de nossa sexualidade, de maneira franca e digna³⁷ (*Lampião*, número 12, p. 2).

Ou seja, os gays percebiam a necessidade de uma interação além do convívio social, para estimular a formação de uma identidade gay a partir de organizações que visassem mais as discussões quanto o papel deles na sociedade e os seus direitos quanto cidadãos.

No *Lampião* número 10, os membros do grupo Somos e do jornal participam de uma mesa de debates que discutiu o que os homossexuais estavam realizando, em 1979,

³⁷ É importante ressaltar que o artigo chama atenção para reuniões que ocorreram antes dessa data, mas devido à falta de conscientização e de não-aceitação da sexualidade entre os integrantes não existiu nenhuma continuação.

para sua emancipação³⁸. O Somos, naquele momento, é percebido pelo jornalista Eduardo Dantas – um dos colaboradores dessa edição do *Lampião* – como “a primeira tentativa de organização dos homossexuais de São Paulo” (p.9). E o seu objetivo inicial, segundo a opinião de Dantas, era lutar pelos direitos dos homossexuais.

Já no número 16, uma reportagem traz outros grupos homossexuais que estavam se formando, com uma entrevista aos membros do grupo Somos, uma carta enviada pelo Grupo de Atuação e Afirmação Gay e um artigo do Libertos³⁹. A reportagem procura mostrar quais eram os objetivos desses grupos, de que forma eles discutiam os seus problemas internos e quais os direitos buscados por eles para uma aceitação dos homossexuais na sociedade.

É importante percebermos como os integrantes do grupo Somos afirmam a importância do *Lampião* como um espaço para os homossexuais na imprensa escrita e como uma forma de outros gays tomarem conhecimento do grupo. Isso também ocorria com os outros grupos⁴⁰ homossexuais que estavam surgindo, devido à influência do jornal e o estímulo na formação de grupos gays a partir da interação nas cartas enviadas e publicadas nos jornais. Com o título “Eles estão ousando dizer seu nome”, *Lampião* descreve o motivo de essas organizações estarem surgindo, no país, naquele momento (1979):

... indica que as condições estavam maduras para a manifestação de desejos, sentimentos e intenções antigas. Com isso mais um grupo social marginalizado [nesse caso o jornal se refere aos gays como grupo social marginalizado] e espezinhado inicia uma participação mais integral na vida brasileira, busca a sua identificação enquanto grupo (...) e vive um gratificante momento de solidariedade entre os que se encontram (*Lampião*, número 16, p.7).

³⁸ A emancipação em relação aos direitos dos homossexuais.

³⁹ Grupos gays que se desarticulam logo após o fim do *Lampião* (FACCHINI, 2005).

⁴⁰ Importante ressaltar que em muitas edições o jornal vai publicar os endereços e os telefones de grupos homossexuais.

Na entrevista do Somos, uma das integrantes⁴¹ esclarece que “A sobrevivência do Somos depende do ‘Lampião’ como canal, e da própria atuação do grupo” (Idem). Acreditamos que essa importância do jornal para o grupo Somos acontecia com os demais grupos gays, estimulando a formação e a continuidade dos mesmos.

Ainda na reportagem do número 16 sobre os grupos homossexuais, podemos concluir que esse início de constituição trazia como defesa dos gays o direito de não serem discriminados pela sua sexualidade. Onde todas as pessoas teriam o direito ao prazer independente da sua orientação sexual.

Segundo Regina Facchini, alguns fatores dentro do Brasil foram importantes para a constituição desses grupos homossexuais, que a partir do final da década de 70 vão ser formados pelas principais lideranças gays, – principalmente de pessoas que teriam vindo do exterior e absorvido as idéias americanas, como foi o caso de Trevisan^{42,43}. Dentre esses fatores que impulsionaram a constituição de grupos, podemos salientar a repressão física e médica⁴⁴ que os homossexuais sofriam por parte de autoridades competentes, como os policiais.

O *Lampião* salienta, numa reportagem no seu número 0, sobre uma situação que homossexuais passaram no Cinema Íris⁴⁵, o que era comum acontecer em locais freqüentados por gays. Muitos homens que estavam no local foram levados presos por não apresentarem sua carteira de trabalho⁴⁶. A reportagem relaciona a prisão dessas

⁴¹ Que assina pelo nome de Teka.

⁴² O autor esteve fora do Brasil no período de 1973 a 1975, e entrou em contato com o movimento homossexual americano em Berkeley – cidade americana perto de São Francisco. Ele classifica esse período da sua vida como um momento de “exílio voluntário”, no qual afirma que “ser homossexual nos EUA é praticamente sinônimo de ser militante” (http://gonline.uol.com.br/site/arquivos/estatico/gnews/gnews_entrevista_26.htm consultado no dia 15 de março de 2007, p. 3). O autor volta ao Brasil com o objetivo de constituir um espaço, no qual os homossexuais pudessem se relacionar, que pudessem ter uma interlocução com companheiros homossexuais, pessoas que compartilhassem o mesmo desejo (<http://www.youtube.com/watch?v=hTiltB6EPEQ&eurl=http://www.orkut.com/FavoriteVideos.aspx?uid=15149461997452329976&na=3&nst=11&nid=dWlKXzAxMzc1MTQ0MzN8ZnRfdmlk> consultado no dia 15 de março).

⁴³ Tanto Trevisan quanto João Antonio Mascarenhas tiveram influências do movimento gay norte-americano. Mascarenhas tomou contato com as idéias norte-americanas por meio de revistas e jornais americanos, como o *Gay Sunshine*, e tinha como propósito, na formação do *Lampião*, estimular o início de um movimento homossexual brasileiro.

⁴⁴ Abordaremos esse tipo de repressão ainda nesse capítulo.

⁴⁵ Apontado como um local de encontros entre gays do Rio de Janeiro, no final da década de 70.

⁴⁶ Na reportagem, é salientado como a carteira de trabalho assinada é um fator que impediria que alguém, que estivesse “assistindo” o filme, fosse mandado para a cadeia.

pessoas pelo fato delas serem homossexuais, mostrando como o preconceito levava a medidas autoritárias por parte da polícia, e a falta de identificação dos gays não os levavam a contestarem tal autoritarismo.

No *Lampião* número 1, numa matéria de Antônio Chrysóstomo sobre os pontos de procura por sexo homossexual no Rio e em São Paulo – que ele classifica como triângulo da badalação ou “pegação” – o jornalista procura descrever quem freqüentava esses pontos de paquera e como aconteciam os encontros entre os homossexuais. O autor realiza entrevistas com dois michês⁴⁷ e um travesti que trabalhavam com a prostituição nos locais visitados. Os três apresentavam uma situação de insegurança em relação aos atos de autoridades policiais. A situação de violência fica mais aparente na entrevista com o travesti:

Um cara disposto a tudo, cansado de apanhar, de ir preso, de lavar latrina de distrito policial, ‘sem saber que crime a gente cometeu’. (...). Percebo o seu braço cheio de cortes e cicatrizes, dos pulsos até a altura do cotovelo. Indago o que é aquilo. (...). ‘Você não tá com nada, heim cara? Não sabe por que a gente se corta? É o único jeito de não ir presa quando a polícia baixa na Lapa e na Cinelândia’ (*Lampião*, número 1, p.5).

As entrevistas de Chrysóstomo, também salientam sobre o menosprezo das autoridades com relação à exploração da prostituição no local, por parte de pessoas que alugam quartos para os michês poderem realizar os seus programas. A situação econômica, outro fator que justificaria a insatisfação com o regime militar, também é abordado na reportagem como um agravante que levaria esses indivíduos a procurarem se prostituir para poderem sobreviver.

Outro fator característico da ditadura militar é sobre a censura que diversos meios de comunicação estavam sofrendo. Um desses meios de comunicação e entretenimento era o cinema brasileiro, que teve destaque desde o número 0 do *Lampião*, quanto à dificuldade de diretores e autores passarem pelo crivo da censura e colocarem suas obras,

⁴⁷ Nesse caso, a reportagem se refere a homens que se relacionam com outros homens por dinheiro.

com temática gay, em comercialização. A repressão também ocorria no campo científico, no qual o jornal cita que a homossexualidade era tratada como uma doença e que somente após a constituição de grupos homossexuais e da formação e divulgação do *Lampião* os cursos de psicologia passaram a debater sobre o tema.

No *Lampião* número 14, temos um artigo que trata sobre como o grupo Somos foi chamado pela Faculdade de Psicologia de Itatiba para discutir sobre o tema do homossexualismo⁴⁸. Nele, podemos tirar qual era o conceito científico sobre homossexualidade, o que a ciência pensava sobre os gays. Logo de início é ressaltado como os cursos de psicologia, na disciplina de Psicopatologia, tinha como objeto de estudo a doença conhecida como homossexualismo.

Dessa forma, não é difícil – apesar de o artigo tratar de um momento em que vão procurar debater sobre essa “doença” – perceber que os gays recebiam pressões psicológicas da sociedade, sem ter a quem recorrer para poderem discutir sobre a sua orientação sexual. De fato, com a existência do *Lampião* e de grupos homossexuais organizados, a situação se modifica, abrindo espaço para o debate: discutir sobre a sua sexualidade e direitos, a partir da constituição de organizações homossexuais⁴⁹.

Contudo, uma característica do período que deve ser entendida, a partir da análise dos trabalhos de autores como Facchini (2005) e Trevisan (2007), assim como do jornal *Lampião*, é que a identidade homossexual estava em processo de formação devido à interação entre os homossexuais. Podemos perceber a formação dessa identidade com as reportagens do *Lampião* e pelas cartas que eram enviadas pelos seus leitores.

Entre essas, destacamos uma reportagem no *Lampião* número 2 “Más notícias do Nordeste”, no qual, de início, é discutida a situação de rapazes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte que foram impedidos de retornarem a estudar, pois eles apresentaram relacionamentos inapropriados⁵⁰ para o estabelecimento no ano anterior, o que foi descoberto pela escola. Também, ressalta as perseguições aos homossexuais por parte de policiais e a desorganização dos gays brasileiros que deixavam esses acontecimentos passarem impunes.

⁴⁸ Palavra que caracteriza a homossexualidade como doença.

⁴⁹ Nesse caso me refiro a qualquer tipo de organização, como jornais, grupos etc.

⁵⁰ Relacionamentos sexuais entre alunos do sexo masculino.

No entanto, a reportagem apresenta um colaborador⁵¹ que denuncia essa situação de repressão policial em Recife contra gays, mostrando que uma determinada mobilização de homossexuais já se constituía em torno do jornal. O próprio colaborador apresenta uma saída para que esse tipo de violência não passasse impune, através de leis específicas que combatessem o preconceito. Acaba mostrando como, com uma determinada organização de um movimento gay, a identidade homossexual passa a ser construída:

Uma das saídas para evitar situações como esta é obter a aprovação de leis específicas contra a discriminação (os negros já tem a Lei Afonso Arinos), a exemplo do que se conseguiu nos Estados Unidos. Mas, até lá, existe um longo caminho a ser percorrido. E, por enquanto, os homossexuais [aqui no Brasil] ainda estão aprendendo a caminhar (*Lampião*, número 2, p. 3).

Pelas cartas dos leitores – que são publicadas a partir do jornal número 2 – também percebemos como os homossexuais começam a se identificar como um grupo. Utilizaremos como exemplo a carta de Antônio Cabral Filho⁵² que se refere ao interesse que os gays estavam tendo em ler o jornal:

Dirijo-me a este jornal com o intuito de trazer-lhes um mínimo do enorme sucesso que está sendo a sua criação. Digo isto de coração, porque o interesse que tenho notado na multidão gay acerca deste arauto de uma legião proscrita é digno de ser transmitido, para que, senão todos, pelo menos alguns, os mais inteligentes, compartilhem deste prazer imenso. É para mim uma alegria contagiante poder dizer para muitos, através das páginas deste jornal, que ele tem sido adquirido nas bancas e lido pelos privilegiados assinantes com a ânsia de quem encontrou o remédio

⁵¹ Não tem assinatura.

⁵² Lembrando que nem todos os leitores assinavam os seus nomes completos, preferindo as iniciais ou apelidos.

que vai salvá-lo após ter sido desenganado pelo médico. A todos o meu aviso de leitor exigente; divulguem este herói, porque ele é o único com estas características (*Lampião*, número 2, p. 14).

Na coluna que eram publicadas as cartas dos leitores, encontramos muitos deles fazendo críticas e sugestões ao jornal; alguns mandavam cartas para se corresponderem com outros gays, como foi sinalizado anteriormente. A maioria dos leitores acabavam por elogiar o jornal tanto em relação ao conteúdo quanto a coragem por este estar circulando, apesar de todo o preconceito e perseguição das autoridades.

É através das cartas dos leitores que, também, podemos perceber como o *Lampião* era dirigido a um público mais elitizado. Tomaremos como exemplo a carta de Mário⁵³, que faz diversas reclamações pelo fato do jornal possuir uma linguagem complexa e elitizada:

Abrimos ‘Lampião’ e temos entrevistas com termos em inglês, francês e não entendemos nada. É uma choramingação dos editores, que o dinheiro não ta dando, etc, mas o jornal aumenta o preço acompanhou a inflação, como qualquer outro similar. Darcy Penteadado vendendo ‘arte erótica’ a preços que, se analisarmos em montante, a gente não ganha nem em um ano de trampo duro (*Lampião*, número 30, p. 19).

O leitor continua com as suas reclamações, dirigindo-se diretamente ao conselho editorial, o que é importante para percebermos como tal conselho, por permitir críticas que levariam a reflexões em relação a como o jornal estava sendo editado, era formado por membros de uma elite intelectual, o que, de certa forma, explica a linguagem complexa e bem elaborada do jornal.

Mário⁵⁴ também faz citações de como os leitores do jornal eram intelectualizados e alguns preconceituosos:

⁵³ O leitor não assina o nome todo.

⁵⁴ Refiro-me ao leitor que escreveu a carta ao *Lampião* número 9.

... nem os aloprados da seção Troca – Troca, que se apresentam desolados, tristes, solitários... a procura de um amigo que preencha seus vazios, mas que pedem foto na primeira carta. Ah! E experimente ser verdadeiro com algum deles; diga que é negro, pobre, feio, que não curte praia, pois precisa trabalhar (pra comer), que não ouve ‘funk’, ‘rock’, não lê Sartre, Marx e outros tantos, pois a grana que sobra não dá pra tanto (Idem).

Contudo, na carta de Mário, podemos perceber que o leitor do jornal se correspondia com os demais pelo próprio, além de ler as reportagens e entrevistas do *Lampião*, o que mostra uma interação entre esses gays, o que temos como base que tal relação proporcionava a constituição de uma identidade gay. *Lampião* não só proporcionava essa integração entre os gays, mas também com outros membros da sociedade, o que facilitava um reconhecimento e um espaço para uma atuação deles (homossexuais). É interessante perceber como até parentes de homossexuais participam desse diálogo com as idéias do jornal. No *Lampião* número 9, a mãe de um gay escreve ao jornal elogiando o trabalho e salientando a sua experiência como mãe, além de fazer sugestões.

Entretanto, é importante sinalizar que a discussão não atingia toda a sociedade, tendo em vista que a tiragem do jornal atingia até 25 mil exemplares em 1978 (*Lampião*, número 4, p. 12), e é notório afirmar que o jornal era lido por uma elite intelectualizada, aberta aos ideais a favor de um regime democrático e da liberalização sexual. Liberalização esta que envolvia não só os direitos dos homossexuais, como também os direitos da mulher e dos negros.

O diálogo sobre relacionamentos e direitos homossexuais estava ocorrendo mais em grupos ligados a essas idéias de liberação sexual, do que na sociedade em geral. Percebemos que, quando o assunto era tratado fora do meio acadêmico ou fora de

alguns⁵⁵ grupos ligados às causas das minorias, a sociedade civil rejeitava qualquer tipo de discussão ou de aceitação sobre os relacionamentos homossexuais.

Em uma entrevista, Marta Suplicy⁵⁶ é enfática quando argüida por Trevisan se já existia um programa de educação sexual que tratasse sobre homossexualidade nas escolas: “Nunca! (...) num país como este, há psicólogos que nem sabem como é o hímen⁵⁷” (*Lampião*, número 17, p. 10). A declaração de Suplicy mostra que nem todos os segmentos da elite intelectual estavam por dentro dos assuntos sobre a homossexualidade. A entrevista também aborda a pouca ou nenhuma discussão dos relacionamentos sexuais no âmbito familiar, onde a psicóloga salienta que as crianças eram muitas vezes impedidas de fazerem perguntas sobre sexo⁵⁸.

Não quero dizer aqui que somente gays liam o *Lampião*, até porque, muitas pessoas que se identificavam com jornais alternativos, que defendiam os direitos das minorias e questões relacionadas à sexualidade, tinham acesso ao jornal e participavam dos debates presentes na seção “Cartas na Mesa”, mas podemos perceber que a interação homossexual acontecia mais propriamente entre os próprios homens que se relacionavam com outros homens. Isso, inevitavelmente, proporcionaria a construção de uma identidade homossexual brasileira.

Outro fator que desencadeia a formação dessa identidade pode ser percebido na formação do grupo Somos, que, segundo Trevisan, “serviu de matriz para todos os demais que viriam depois” (TREVISAN, 2007, p. 339).

Uma das reivindicações do Somos, a partir da interação entre homossexuais, era o direito ao prazer. O que se pretendia é que os homossexuais organizados encontrassem uma forma específica de atuar, deixando despontar sua originalidade como movimento novo no quadro da vida brasileira. Exigia-se um espaço próprio⁵⁹ dentro da sociedade.

Facchini (2005) consegue salientar melhor qual era o ideário do Somos:

⁵⁵ Cito alguns porque mesmo grupos formados por feministas e negros não falavam abertamente sobre homossexualidade.

⁵⁶ Psicóloga que defendia a educação sexual nas escolas. Mais tarde é eleita deputada federal pelo PT.

⁵⁷ “O hímen é uma película dérmica presente na entrada da vagina” (<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070527102847AAAd8iVD>, consultado no dia 29 de junho de 2008).

⁵⁸ Cito sexo com referência ao ato sexual.

⁵⁹ Um reconhecimento dos direitos dos homossexuais

... o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais; as palavras 'bicha' e 'lésbica' deviam ser esvaziadas de seu conteúdo pejorativo; na análise das relações de gênero, as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminado/masculinizada; a 'bissexualidade', como identidade ou subterfúgio para não assumir a homossexualidade, era criticada, embora, em alguns momentos, a prática bissexual fosse até mesmo glorificada como subversão de todas as regras; a monogamia e a possessividade nos relacionamentos eram questionados; o prazer era visto como bem supremo, e o autoritarismo devia ser combativo em todas as suas manifestações, tanto fora quanto dentro do grupo (FACCHINI, 2005, p.96).

No entanto, Trevisan escreve que tais objetivos tiveram uma forte oposição da ditadura militar e da oposição institucionalizada, pois a liberdade sexual era vista como uma inversão dos costumes para membros do regime militar e como uma causa menor para os que defendiam o projeto socialista⁶⁰ (TREVISAN, 2007).

Facchini afirma que os objetivos do grupo Somos, como, lutar pelas causas homossexuais, discutir sobre a sexualidade e sobre o papel dos homossexuais na sociedade, foram sendo substituídas por causas político partidárias, causas estas ligadas à oposição à ditadura militar e que envolvia idéias socialistas.

O grupo, de início, buscava construir sua própria identidade, não tendo como objetivo as propostas que viriam de partidos e, sim, questões relacionadas ao homossexual e à formação de um movimento homossexual. Entretanto, não conseguiram ficar imunes a propostas político-partidárias, o que acabou por fragmentar o Somos em outros grupos e, finalmente, este se dissolve em 1983 (FACCHINI, 2005).

O motivo dessa fragmentação do Somos é analisada no jornal *Lampião* número 25, no qual a reportagem traz documentos que explicariam a razão de determinados

⁶⁰ Os movimentos de esquerda consideravam o direito das minorias como uma causa menor em relação as suas idéias socialistas.

grupos se desligarem do grupo paulista e constituírem outros grupos. Apresentaremos aqui um trecho do documento 2 que trata do principal motivo que provocou o desligamento das pessoas:

‘CONSIDERANDO que a imagem externa do Grupo Somos está irreversivelmente associada ao grupo Convergência Socialista⁶¹;

CONSIDERANDO que a autonomia do Grupo Somos está comprometida pelo caráter da atuação de elementos filiados a organizações político-partidárias;

CONSIDERANDO que o Grupo Somos foi desviado de sua definição como grupo de homossexuais interessados basicamente em discutir nossa sexualidade e lutar contra a discriminação sexual

NÓS, (...), nos declaramos DESLIGADOS do Grupo Somos’
(*Lampião*, número 25, p. 8).

Esse trecho é de apenas um grupo de pessoas que, após o desligamento do Somos formou outro grupo que atendia os seus interesses, como ocorre com outros que tem os seus documentos publicados no *Lampião*⁶² número 25. Percebemos que o principal motivo dos desligamentos dos ex-integrantes, estava baseado no fato do Somos se aproximar de discursos político-partidários, e não ter, como base dos seus assuntos, questões relacionadas aos homossexuais.

Para Facchini (2005), já no início da década de 80, com a abertura política, os grupos formados por homossexuais passaram a ter que fazer novas propostas que antes visava enfrentar, de alguma forma, o regime militar. Para ela, foi isso que fez com que o

⁶¹ A Convergência Socialista começa a se formar a partir de um encontro, em 1978 nos dias 24 e 30 de abril, quando acontece a semana do Movimento de Convergência Socialista.

No *Lampião* número 2, Trevisan escreve como esse encontro despertou certa desconfiança dele por não tratar sobre as questões dos homossexuais abertamente. Além de uma parte das pessoas se retirarem do local quando alguns tentavam discutir sobre a questão do homossexual no Brasil. Apesar de toda essa crítica, um gay consegue ler uma moção que buscava apoio da Convergência pela luta dos direitos dos homossexuais, e por uma sociedade mais justa e democrática.

⁶² Esses documentos são publicados no jornal *Lampião* com o objetivo de explicar o motivo do “racha” no grupo SOMOS. Fica mais evidente nesse trecho do jornal: “A situação dentro do grupo vinha se deteriorando desde o surgimento entre seus participantes de antagonismos aparentemente irreconciliáveis (...). ‘Lampião’ passa aos seus leitores os documentos enviados pelas facções em conflito ...” (*Lampião*, número 25, p. 8).

Lampião parasse de circular, pois a sua proposta de imprensa alternativa de combate a censura acabou esvaziada.

Foi gerada uma reação em cadeia com outros grupos homossexuais que aos poucos pararam de se reunir e se dissolveram, pois o *Lampião* funcionava como suporte a outros grupos que se formaram com a mesma característica. Além da circulação de idéias, o *Lampião* era veículo de informação das atividades dos pares. Mascarenhas afirma que o jornal tinha o objetivo de ‘agir como um catalisador (...) o que acabou acontecendo! Os grupos começaram a surgir’ (FACCHINI, 2005, p.111), entretanto, com o fim desse jornal passou a ocorrer uma desarticulação de grupos homossexuais que tinham o mesmo perfil anti-autoritário. Para Facchini, o que ocorre não é um declínio do movimento homossexual, mas sim uma transformação, uma busca por uma nova característica que seria a de ter como foco principal a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais.

Em suma, o movimento homossexual se iniciou com base num movimento internacional, em especial o americano, entretanto, no Brasil, a característica fundamental que impulsionou a formação dos grupos, foi o combate ao autoritarismo da ditadura militar, o combate à censura e uma busca por transformações sociais.

O *Lampião*, nesse período, se organizou, tendo esses pontos citados anteriormente, mas com uma proposta que visava a integração dos homossexuais no Brasil. Para além de uma luta pelos direitos homossexuais, existiu a busca pela conscientização política que se embasava no combate ao regime ditatorial. É importante frisar que o comprometimento dessa imprensa escrita era de combate ao sistema não só político como também moral, apresentando estilos de vida opostos ao conceito de moral cristã, com reportagens sobre travestis, casamentos homossexuais e os direitos das chamadas minorias.

Já nos primeiros jornais, políticos e advogados a favor da causa das minorias – entre essas a luta de emancipação gay – aparecem em reportagens ou dando entrevistas. Como foi o caso de Fernando Gabeira, que após voltar do exílio, deu uma entrevista ao *Lampião* número 18, no qual entendia a luta dos homossexuais como um processo importante na transformação social e política da sociedade.

Nas primeiras reportagens do jornal, os crimes que eram cometidos contra os gays e denunciados no *Lampião* mostravam como o regime autoritário alimentava a censura e a perseguição aos homossexuais. Como discutimos no início desse capítulo, a reportagem do primeiro número do *Lampião*, no qual o jornalista Celso Curi teria sido vítima de uma censura à sua coluna, acabou por desencadear um inquérito contra o conselho editorial do *Lampião*, por atividade contra a moral e os bons costumes, baseado na lei de imprensa que a ditadura militar tinha criado. Era a mesma lei que fora aplicada ao jornalista da Coluna do Meio.

Tais desfechos aparecem nos *Lamphões* número 11 e 18, no qual o primeiro faz uma reportagem sobre a absolvição do jornalista Celso Curi, que passa a ser considerada por João Silvério Trevisan – o mesmo que escreve essa reportagem – como um marco na luta pelos direitos dos homossexuais. No número 18, em uma nota, o conselho editorial expressa toda a sua satisfação no arquivamento do processo contra o jornal, e no apoio que recebeu dos leitores. Caracterizando como a censura trabalhou para impedir a circulação do jornal, e dando uma idéia de como ela agia com outros da imprensa escrita:

Foi essa confiança que nos levou a suportar todas as pressões – as visitas matinais dos agentes do DPF, as solicitações arbitrárias como aquela dos nossos livros contábeis, a humilhação de sermos qualificados e identificados numa repartição policial como criminosos –, e o resultado final dessa longa história mostra que nós tínhamos razão (*Lampião*, número 18, p.2).

Posteriormente, com a abertura política, alguns grupos homossexuais que tinham sido formados no período em que o *Lampião* estava em circulação, se dissolveram após o fim do jornal, e outros passaram por uma transformação, voltando a priorizar a luta pelos direitos dos gays. Em outras palavras, o que possibilitou a desarticulação de grupos homossexuais foi o esvaziamento de uma proposta anti-autoritária e democrática que fazia parte do ideal deles nesse momento. Mantiveram-se os grupos que perpetuaram ou

modificaram a sua proposta para uma luta pela cidadania dos homossexuais, como foi o caso do Grupo Gay da Bahia⁶³ (GGB) (FACCHINI, 2005).

A chegada da Aids, e a construção da relação entre ela e os homossexuais, irá ajudar na modificação que ocorre no papel dos gays, – que antes estava voltado para a formação de um movimento gay e de uma identificação entre eles – pois muitos passam a sofrer com o preconceito de serem responsáveis pela disseminação de uma doença fatal. É sobre a construção dessa relação entre a Aids e os gays que iremos tratar no próximo capítulo dessa dissertação.

⁶³ Grupo formado em 1980, a partir de uma carta enviada pelo seu fundador Luiz Mott ao *Lampião 22*, carta esta que, em seu conteúdo, chamava outros gays da Bahia para a formação de um grupo homossexual.

Capítulo 2: A Aids e os homossexuais

Nesse capítulo, o objetivo principal é analisar como se deu a construção da mentalidade de que a Aids era uma doença que se restringia a um determinado grupo de risco e de que forma os gays foram responsabilizados pela disseminação dessa doença. Para isso, são utilizadas matérias de diversos jornais do período de 1981 a 1985 e entrevistas que se encontram no acervo “A Fala dos Comprometidos”⁶⁴, da Casa de Oswaldo Cruz (COC).

A primeira matéria encontrada sobre a Aids⁶⁵ no Brasil foi noticiada no dia 3 de setembro de 1981, com o título “Câncer em homossexuais é pesquisado nos EUA”, no *Jornal do Brasil*. Tanto Galvão (2000) quanto Nascimento (2005) salientam que essa matéria foi publicada, primeiramente no exterior, e relatava sobre a formação de um grupo de pesquisa, composto por cientistas, que iriam investigar casos de câncer⁶⁶ que estavam ocorrendo em gays nos Estados Unidos. O que chamava atenção, nesse caso, é que o tipo de câncer — síndrome de Kaposi — era característico de pessoas acima dos 50 anos e estava incidindo em homens jovens.

Os primeiros estudos sobre a doença eram divulgados pela imprensa escrita e, assim, a população era informada sobre as investigações realizadas pelas autoridades médicas: casos de gays americanos que estavam desenvolvendo uma imunodeficiência e a partir dela, doenças oportunistas, como: monilíase⁶⁷, tuberculose etc. Sendo uma doença desconhecida até então, a Aids passa a existir e a ser estudada pela comunidade científica quando ela atinge os homossexuais masculinos. Dessa forma, a relação entre a doença e os gays é rapidamente construída, relação esta, que será abordada na maioria das matérias de jornais do Brasil e do mundo.

É importante frisar que grande parte das matérias que chegavam ao Brasil eram traduções de reportagens estrangeiras a respeito da Aids, indicando que a mídia brasileira

⁶⁴ O acervo reúne entrevistas de pessoas que tenham vivido o período da Aids.

⁶⁵ Nesse momento a doença não era conhecida como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (nome em português da Aids).

⁶⁶ As primeiras reportagens faziam referência à síndrome de Kaposi, um tipo de câncer de pele. Esse câncer se tornou tão característico da doença, que os primeiros médicos que passaram a estudar a Aids eram da área de dermatologia.

⁶⁷ Conhecida como “sapinho”.

vai reproduzir um conhecimento já formado pela comunidade científica internacional (MARQUES, 2003). Como lembra a jornalista Conceição Lemes que trabalhava na revista Saúde, da editora Globo, no início da década de 80:

O meu contato com a AIDS vem desde o conhecimento da epidemia, quando, no primeiro número da revista Saúde, primeiro ou segundo [1981], saiu uma matéria, traduzida, inclusive sobre a AIDS, na época. E (...) aqueles primeiros dados que pessoas estavam morrendo nos Estados Unidos, que eram homossexuais.....(Lemes, 1996, Fita 2/5).

Outra declaração interessante da jornalista, nessa entrevista, foi sua afirmação de que as pessoas já enxergavam a Aids como uma condenação por práticas que seriam consideradas contra a natureza humana, ou seja, contra os princípios pregados pelo discurso religioso⁶⁸. Segundo Lemes, “naquela época, eles⁶⁹ já falavam em ‘peste divina’”.

Dilene Raimundo do Nascimento (2005) analisa outra notícia, também de 1981, no jornal *O Globo*, chamando a atenção para a relação entre a Aids e os homossexuais masculinos. A autora sinaliza que a reportagem traz a informação de que a doença era tão nova que nem nome tinha. Como veremos no desenvolvimento do trabalho, essa falta de informação sobre a doença colaborou para a formação de uma opinião preconceituosa em relação aos doentes, quando os homossexuais passaram a ter uma imagem de gays promíscuos, ou seja, de pessoas que tinham relacionamentos sexuais com muitos indivíduos, na maioria, relacionamentos com desconhecidos, comportamento esse que levava ao desenvolvimento da síndrome.

Pelas primeiras notícias vindas da imprensa escrita, a informação sobre a Aids chega ao país antes mesmo dos primeiros casos serem aqui oficialmente detectados, ou seja, o primeiro contato da sociedade brasileira com essa doença misteriosa foi pelas

⁶⁸ Iremos desenvolver esse assunto mais a frente nesse mesmo capítulo.

⁶⁹ A jornalista se refere a membros da sociedade que defendiam o discurso religioso, que condenava as práticas consideradas imorais, como os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a utilização de drogas.

páginas dos jornais e revistas, e não de casos notificados no território brasileiro. Assim, a enfermidade chega ao Brasil pela imprensa escrita, como uma doença de homossexuais. Como afirma Varella, “na época se dizia que era doença exclusiva de homossexuais, a imprensa séria falava isso, uma doença dos homossexuais, a peste gay etc” (Varella, 1997, Fita 1/4).

Contudo, a comunidade científica não enxergava, nesse momento, os gays como responsáveis pela difusão da doença – apesar da quase inexistência de casos de pessoas heterossexuais⁷⁰ ou fora do grupo de risco notificados como portadores do HIV –, o que, como veremos adiante, se torna uma idéia intrínseca aos casos que estavam se alastrando, de que homens que se relacionavam com outros homens seriam responsáveis por essa disseminação.

Os gays estavam sendo atingidos por uma enfermidade nova, que ninguém sabia como ela se transmitia. A única coisa que estava comprovada é que era uma doença fatal, o que, nesse início da década de 80, fortalecia a noção de que os homossexuais seriam vítimas desse mal.

Logo de início, as mulheres eram excluídas de qualquer possibilidade de entrarem em contato com a doença, pelo fato de ela ser considerada uma enfermidade gay. Segundo Antonio Dráuzio Varella, essa concepção teria retardado qualquer tipo de política voltada para o controle da Aids quando os primeiros casos começaram a surgir no mundo (Varella, 1997, fita1/4).

Nada mais coerente salientarmos que a mentalidade construída em torno da doença, no Brasil, seguia uma tendência internacional, mas interessa-nos abordar, no decorrer desse capítulo, quais foram as particularidades na sociedade brasileira em relação ao imaginário social sobre a Aids.

No dia 30 de maio de 1982, em uma matéria do *Jornal do Brasil* “Doença nova atinge homossexuais nos EUA”, seguindo a tendência de acompanhamento da enfermidade pela imprensa brasileira, vemos um texto que procura informar como a doença estava sendo investigada e como ela se manifestava nas pessoas. Segundo a

⁷⁰ Poucas mulheres são citadas nas reportagens, fortalecendo a idéia de que a Aids se restringia aos homens, principalmente, homens que se relacionavam com outros homens.

notícia, apesar de citar mulheres heterossexuais e alguns⁷¹ homens heterossexuais, a enfermidade recairia preferencialmente nos homossexuais masculinos. A matéria afirma que “a Aids já ocorria em vinte estados americanos e em sete países. Na cidade de Nova Iorque são 158 casos, na Califórnia, 71, em Nova Jersey são 14 casos e em outras partes do Estado de Nova Iorque, 10” (*Jornal do Brasil*, 1982, p.12). Dentre estes, existiam 13 mulheres heterossexuais e alguns homens heterossexuais e usuários de drogas injetáveis.

Essa notícia de 1982 deixa claro o vínculo que vai se seguir na mídia entre a Aids e os gays, mostrando os casos da doença que ocorriam no exterior. A reportagem sugere que as mulheres e homens heterossexuais citados podiam ser possíveis usuários de drogas. O fato de que a Aids estava se tornando uma epidemia nos Estados Unidos também aparece no conteúdo da reportagem:

O mal tem até uma sigla ‘Grid’ (Gay related immunodeficiency) e o Centro de Controle de Doenças e o Instituto Nacional do Câncer acham que já chegou às proporções de uma epidemia e que os casos comprovados representam apenas ‘a ponta de um iceberg’ (Idem, 1982, p. 12).

Apesar de a Aids ser nomeada como uma peste gay nas primeiras reportagens, os homossexuais ainda são apresentados como vítimas da nova doença, e não como responsáveis pela transmissão dela. De fato, por estarem se baseando em notícias vindas do exterior, os casos retratados nas matérias – no início da década de 80 – eram de pessoas de outros países que sofriam com a enfermidade, o que construiu a idéia de que a Aids seria um problema estrangeiro, ou seja, de gays estrangeiros, pois a sociedade brasileira acompanhava a enfermidade pelas matérias dos jornais, e não por casos registrados no país.

A Aids passa a ser bem categorizada nos jornais do mundo inteiro como uma doença dos homossexuais, a peste gay. Tais reportagens não fugiam do pensamento

⁷¹ Tal matéria não enfatiza que esses homens eram realmente heterossexuais, pois o critério para essa definição teria sido a própria confissão deles de que eles mantinham relacionamentos somente com pessoas do sexo oposto. O que na matéria cria uma idéia de conflito se esses homens eram realmente heterossexuais.

dominante, salientavam que essa doença ocorria nos homossexuais, pelos seus relacionamentos promíscuos e com parceiros múltiplos. Em uma entrevista, a fala de Varella vai ao encontro dessas afirmativas, quando relata que em uma viagem que fez a cidade de Nova York, em 1983, para estudar casos da Aids, e imbuído pela curiosidade de saber como tal transmissão era realizada, frequentou ambientes gays e constatou que

... eles transavam nesses lugares que é uma coisa absolutamente anônima. Um deles disse que tinha um lugar desses onde o cara chegava num sofá, ficava de quatro (...) e os caras iam entrando e iam comendo essa pessoa que ficava aí nesse lugar (Varella, 1997, Fita 1/4).

Como podemos perceber na declaração de Varella, não é de se estranhar que a comunidade científica tenha relacionado tais práticas, consideradas promíscuas, com o fato de a enfermidade estar se alastrando entre a comunidade gay americana⁷².

Até então nenhum caso de brasileiro havia sido noticiado no país, o que não deixava a sociedade apreensiva com qualquer possibilidade de que a Aids estivesse no Brasil. Essa situação se modifica no ano de 1983.

Primeira onda de pânico⁷³

No Brasil, segundo Marcelo Secron Bessa⁷⁴ (2002) e João Silvério Trevisan⁷⁵ (2002), a Aids passou a ter mais destaque nas páginas dos jornais – principalmente com a grande circulação de reportagens sobre a doença no ano de 1983⁷⁶ – com a morte do

⁷² É importante lembrar que no Brasil a doença inicialmente incidirá também entre os homossexuais, pois, como se sabe atualmente, o sexo anal envolve um maior risco de contágio (PARKER, 1994).

⁷³ Esse momento tem essa caracterização pelo fato do grande volume de reportagens que saíram na imprensa escrita a respeito da doença. Além da reação da sociedade frente a uma possível ameaça.

⁷⁴ O autor analisa, em seu trabalho, reportagens que saíram nos jornais, no decorrer de toda a década de 80. Bessa buscou salientar sobre a chegada da doença e a construção de uma mentalidade de que era uma doença que tinha como preferência um grupo de risco, entre essas pessoas teriam mais destaque os gays

⁷⁵ Em uma notícia na revista *Istoé*, no dia 6 de abril de 1983, é salientado como Trevisan estava buscando entender mais sobre o “rastros” da doença no mundo, e procurando combater a relação entre ela e os homossexuais. Na sétima parte de *Devassos no Paraíso*, o autor explica que a partir da morte de Markito, a doença passa a ser tratada cada vez mais com muito sensacionalismo pela mídia brasileira (TREVISAN, 2007, p. 429).

⁷⁶ Trinta reportagens, segundo o acervo “A Fala dos Comprometidos” da COC.

famoso estilista Marcos Vinícius Gonçalves (1983), conhecido como Markito⁷⁷, criando uma onda de pânico⁷⁸ no país.

A primeira onda de pânico, (...), foi após a morte de Markito, em 1983, quando, dizia-se, só as classes mais abastadas e que tinham estado no exterior poderiam ter a ‘doença’ (BESSA, 2002, p. 33).

Por ser percebida, no início da década de 80, pela sociedade brasileira como um problema externo, que só era trazido para o Brasil por pessoas que tivessem viajado para outros países, como era o caso do estilista Markito que morava fora do país, grande parte da sociedade brasileira⁷⁹ se sentia protegida, menos uma elite que teria viajado para outros países ou pessoas que tivessem tido contato com turistas, principalmente, americanos.

A pouca informação, cada vez mais, ajudava a reforçar a relação entre gay e Aids, trazida pela comunidade científica que pouco sabia sobre o HIV. Tais informações continuavam sendo reproduzidas na imprensa escrita, pois a sociedade estava cada vez mais interessada em saber sobre esse novo fenômeno.

É importante salientar que, nesse momento, não era toda a população brasileira que tomava conhecimento sobre a doença, tendo em vista que somente uma parcela da sociedade é que tinha acesso aos jornais. De fato, a maioria da população, principalmente gays com baixo poder aquisitivo, vão tomar conhecimento da doença mais a frente com a divulgação da morte do cantor Cazuza pela televisão e rádio (GONTIJO, 2009).

Para Conceição Lemes, a associação entre Aids e a homossexualidade persistirá nas matérias dos jornais brasileiros, principalmente com traduções de matérias vindas do exterior:

⁷⁷ Markito morreu no exterior, mas foi enterrado na sua cidade natal, Uberaba.

⁷⁸ Bessa caracteriza a primeira onda de pânico, baseado nos jornais da época, com a doença sendo mostrada como um problema externo, ou seja, como uma enfermidade que só ocorreria no exterior e em pessoas que teriam estado fora do Brasil.

⁷⁹ Até os gays brasileiros se sentiam imunes a Aids, pois era uma doença de pessoas que teriam passado ou que moravam no exterior, pelo menos até esse momento que é caracterizado como primeira onda de pânico (GALVÃO, 2000).

Eu lembro que na minha primeira matéria, eu acho que era um relato do 'New England', (...) Era um relato, simplesmente, do que estava acontecendo, que eles não sabiam o que era direito (Lemes, 1996, Fita 2/5).

Mais uma vez, percebemos como o pensamento médico do período ajudava para que a imprensa escrita fizesse relação entre a enfermidade e os gays, pois, a divulgação no início da década de 80 era de que os primeiros casos ocorriam preferencialmente nos homossexuais, e vai se estender durante toda a década de 80. Na declaração de Lemes, também podemos perceber que o desconhecimento sobre a doença era grande, por isso tanto as autoridades médicas quanto a imprensa só podiam lidar com os fatos que eles tinham em mãos, de que a doença teria como preferência um determinado grupo.

Segundo Bessa:

... ao mesmo tempo em que a imprensa carregou nas tintas nos conceitos e nos preconceitos, ela também teve um caráter, digamos, visionário, pois conseguiu apontar para o problema social e de saúde pública que a AIDS representava, bem antes de que programas anti-AIDS fossem criados e de que autoridades de saúde reconhecessem o perigo iminente de uma epidemia (BESSA, 2002, p. 33).

Ou seja, podemos concluir que os jornais e as revistas foram a primeira resposta (informação) da sociedade frente à epidemia que posteriormente iria eclodir. Foi assim que os primeiros gays tomaram conhecimento sobre a doença no Brasil e no mundo. O que Bessa se refere é como a imprensa escrita parecia estar sinalizando sobre uma enfermidade que inevitavelmente chegaria ao país, e que era necessário algum tipo de atitude governamental para enfrentar uma possível epidemia.

No início da década de 80, o governo brasileiro não teria motivos para se responsabilizar pela criação e execução de uma política pública de controle para que a enfermidade não chegasse ao país e acabou envolvendo-se tardiamente com a questão. A

situação do país era complicada, pois o Brasil estava passando por uma transição democrática, saindo de um período ditatorial, além do acelerado processo inflacionário que desorganizava o funcionamento da economia nacional .

Enquanto isso, a população brasileira se baseava nas reportagens para acompanhar o rumo da Aids, como mostra a reportagem publicada no dia 6 de abril de 1983, na revista *Istoé*, na qual João Silvério Trevisan (líder gay) estaria acompanhando a trajetória da doença. Ele procura informações sobre a Aids nas matérias dos jornais, e afirma que ela ainda não havia chegado ao Brasil, ou seja, reafirma a característica de que era um problema estrangeiro. É fato notório que, assim como a sociedade em geral, os gays procuravam informações através da única fonte que se tinha sobre a Aids, a imprensa⁸⁰ (*Istoé*, “Tragédia Venérea”, 1983, p. 37-39).

A respeito das matérias que traziam um tom extremamente preconceituoso em relação aos gays, Conceição Lemes, jornalista que viveu o período inicial da doença e escreveu sobre a Aids, salienta que a mídia era constituída por pessoas, e que essas pessoas possuíam preconceitos, principalmente em relação aos gays. Assim, de certa forma, acabaram por reproduzir os seus preconceitos nas matérias dos jornais. Segundo Lemes, por um lado a mídia foi importante na informação que se tinha a respeito da enfermidade, mas, por outro lado, não teve o senso crítico para não reproduzir um discurso tendencioso e preconceituoso. Quando argüida sobre de que forma a mídia contribuiu para a construção do imaginário de que a Aids era uma doença de gays, Lemes afirma:

... ela contribuiu... Eu acho que são duas coisas: primeiro ela refletiu, ela não fez uma crítica ao que vinha da comunidade científica (...) E aí ela foi irresponsável, (...) ela ajudou a espalhar isso (Lemes, 1996, Fita 5/5).

Contudo, junto com a informação, muitos preconceitos e relatos tendenciosos passam a ser construídos pela imprensa escrita que, além de reproduzir parte do

⁸⁰ Cito imprensa de uma forma geral, pois as informações não chegavam somente a partir da imprensa escrita – que está sendo analisada nesse trabalho – como também pela televisão e o rádio.

conhecimento médico-científico que se tinha a respeito da doença, publicava opiniões que, muitas vezes, discriminavam as pessoas que eram consideradas do grupo de risco.

Com essa primeira resposta, algum tipo de informação começa a chegar à sociedade, embora acompanhada de certo sensacionalismo em torno da doença. Nesses anos iniciais da década de 80, a Aids se torna um fenômeno mundial, um vírus que desafiava a medicina. Medicina esta que, desde meados do século XX, acreditava que nenhuma doença infecciosa arriscaria a vida de nenhuma pessoa (ALTMAN, 1995).

O principal objetivo da imprensa escrita, principalmente no período que estamos caracterizando como “primeira onda de pânico” (1983), não parecia ser somente informar as pessoas, mas sim tentar vender as informações que diziam respeito à Aids com certo sensacionalismo, o que acabava formando um pensamento deturpado da doença e dos doentes. Os gays que cada vez mais são relacionados à doença, acabariam se tornando um perigo para a sociedade por serem pessoas que carregariam um vírus desconhecido e letal. Caso a doença fosse considerada um risco para a sociedade brasileira⁸¹, quem seria considerado responsável?

Em duas matérias do *Jornal do Brasil*, em 4 de abril de 1983, “Congresso debate no Rio AIDS, a doença que prefere os ‘gays’” e a “Preferência da AIDS é mais pelas minorias”, apesar da ligação entre a Aids e os homossexuais⁸², os gays aparecem como vítimas, mas a promiscuidade sexual é ressaltada como um grande problema dos homossexuais nessas matérias. A falta de conhecimento era percebida no momento em que se afirmava que não se sabia as formas de transmissão, sendo a enfermidade relacionada a uma doença de pele, ou seja, mostrando como o Sarcoma de Kaposi era entendido como se fosse a própria Aids, as duas (Kaposi e Aids) aparecem como sinônimos nas matérias.

A ignorância sobre a doença começou a diminuir com a descoberta do vírus, anunciada em 23 de abril de 1983, trazendo para a sociedade a sensação de que a cura estava próxima. Entretanto,

⁸¹ Alguns casos de pessoas soropositivas são analisadas na imprensa escrita nos anos de 81 a 83, entretanto, era considerado casos isolados, e de pessoas que teriam viajado para o exterior.

⁸² Torna-se quase que um sinônimo, Aids e homossexualidade (SONTAG, 1989).

... o discurso médico científico fora ludibriado pelas evoluções de uma doença que escapava a todas as tentativas de aprisionamento. O vírus tinha múltiplas formas de aparição, o que reforçou no imaginário social perspectivas aterrorizantes de algo inapreensível (NASCIMENTO, 2005, p.119).

Como pudemos perceber mesmo com o isolamento do vírus, a ciência não sabia como lidar com essa nova doença. Tudo o que era pesquisado pela comunidade científica em relação a Aids estava sendo acompanhada de perto pela imprensa, que reproduzia nas suas matérias e reportagens tal conhecimento. Entretanto, a neutralidade e o posicionamento contrário ao preconceito que acompanhava as explicações sobre a doença não estiveram muito presentes nas páginas dos jornais.

Na maioria das vezes, a sociedade recorria aos meios de comunicação, únicas fontes de informação naquele momento, como podemos perceber pela análise das reportagens sobre a Aids ao longo da década de 80. Essas reportagens passaram a apresentar, cada vez mais, um tom fatalista em relação aos soropositivos, pois o vírus apresentava mutações que dificultavam a elaboração de remédios e vacina o que significava falta de expectativa em uma cura.

Muitos ficavam frustrados com algumas reportagens, principalmente, por ter pouca informação sobre como se transmitia essa nova doença. Outras reportagens mostravam o tipo de pressão que a sociedade civil estava realizando nos Estados Unidos⁸³, requerendo uma resposta do governo à epidemia que estava se formando. Esse tipo de movimentação partia muitas vezes de grupos gays.

Uma matéria do dia 5 de maio de 1983 —“Homossexuais pedem empenho dos EUA contra ‘câncer gay’”— aborda a pressão que os americanos faziam ao governo dos Estados Unidos e mostra um dos motivos utilizado para legitimar a falta de atenção das autoridades de saúde no Brasil, qual seja: era uma doença apresentada como um problema dos gays americanos, fora do país. Em junho do mesmo ano, no *Jornal da Tarde*, a matéria “A doença que mata os homossexuais já é uma epidemia” mostra o

⁸³ É importante lembrar que muitas matérias em 1983, sinalizavam sobre a movimentação que estava ocorrendo nos Estados Unidos, referentes aos casos de Aids e a luta dos gays por uma resposta do governo americano.

caráter epidêmico da doença, sendo considerado pela imprensa escrita como um problema externo, e que, na grande maioria dos casos⁸⁴, atingiria os homossexuais. Por que as autoridades brasileiras precisariam se preocupar?

O epidemiólogo John Hanrahan, do Centro de Epidemiologia de Atlanta, disse que ajudará as autoridades novaiorquinas a tentar o controle da enfermidade. O dr. Hanrahan considera pouco provável que a doença possa estender-se rapidamente “a população em geral”, já que suas recentes pesquisas sobre a ‘AIDS’ confirmam que o problema se verifica sobretudo no círculo de homens e mulheres homossexuais, entre os quais o contato sexual é mais freqüente (*Jornal da Tarde*, 1983, p. 18).

O conteúdo dessa notícia, citada acima, mostra como foi construído o imaginário social em torno da enfermidade, com afirmações de que se tratava da peste gay e, se era peste gay, só atingiria os gays. O desinteresse em relação aos doentes é evidente, afinal, a população em geral estaria imune à Aids. Apesar de o caráter preconceituoso não aparecer de uma forma clara, o menosprezo com a doença parecia ser pelo fato de ser apresentada como uma particularidade dos gays. Com certeza, no Brasil, a situação não seria diferente.

Em uma matéria da *Folha de São Paulo*, no dia 3 de junho de 1983 “Congresso debate sobre doença comum entre os homossexuais”, os gays apareciam como os mais atingidos, e a matéria reforçava que a Aids ainda seria uma doença estrangeira. Nesse momento, o conceito de grupo de risco fortalecia a posição de que os indivíduos, principalmente os homossexuais, não eram iguais perante a doença. Sendo assim, o congresso brasileiro não caracterizava a Aids como sendo uma realidade para o “cidadão comum”⁸⁵.

⁸⁴ Logo no subtítulo da matéria, os homossexuais são colocados como os únicos a contraírem a enfermidade: “É a AIDS, que acaba com o sistema imunológico do corpo e que vem atingindo um número cada vez mais crescente de homens e mulheres homossexuais”. Interessante que vai ser uma das poucas vezes que as lésbicas vão aparecer citadas nos casos de Aids.

⁸⁵ Pessoas heterossexuais e com relacionamentos monogâmicos.

Contudo, em outra reportagem da *Folha de São Paulo*, no dia 8 de junho de 1983, “Doença dos homossexuais atinge o país”, além de mostrar que alguns casos começavam a aparecer no Brasil, era sinalizado como o preconceito começa a ser articulado em relação aos homossexuais e que, dois anos depois, vai tomar uma dimensão maior na sociedade.

O dr. Néelson Figueiredo Mendes⁸⁶ informa que a doença surge sobretudo entre os homossexuais devido à promiscuidade sexual. (...) No caso dos homossexuais pesquisas realizadas nos Estados Unidos indicam que o alto índice de contaminação se deve provavelmente pelo fato de a mucosa do reto não ter proteção com anticorpos. Daí haveria a absorção pela mucosa do vírus que existiria no sêmen. A incidência maior entre homens sobre as mulheres é explicada pelos médicos como sendo ‘um vírus que tem preferência pelo sexo masculino’. Fatores como este, no entanto, somente poderão ser esclarecidos com o aprofundamento das pesquisas em torno da doença (*Folha de São Paulo*, 1983, p.15).

Apesar de a matéria ressaltar a dificuldade da medicina em lidar com esse novo vírus, pelo pouco conhecimento que se tinha sobre ele, os gays eram – além de serem apontados como possíveis usuários de drogas – caracterizados como promíscuos, ou seja, uma vida sexual com muitos parceiros, o que, no conteúdo da matéria da *Folha de S. Paulo*, afirmava que poderia levar ao desenvolvimento da nova enfermidade. E os gays que não tinham relacionamentos com muitos parceiros? As reportagens partiam de muitas generalizações, iniciando um pensamento de que todos os gays eram promíscuos e possíveis portadores da doença. Contudo, no Brasil, muitos ainda se sentiam protegidos por não terem viajado para o exterior ou ter tido contato com turistas estrangeiros, e claro, por não terem muitos parceiros.

⁸⁶ Nelson Figueiredo Mendes, era na época professor titular de Imunologia da Escola Paulista de Medicina (*Folha de S. Paulo*, 1983, p. 15).

Além de serem apontados como pessoas promíscuas e usuários de drogas, nessa reportagem, o médico Nelson Figueiredo Mendes se utilizou de um discurso preconceituoso para salientar sobre a doença, e traz à tona outro problema de disseminação da Aids que mais tarde será uma questão para o Brasil, os bancos de sangue:

A transmissão se dá também através de aplicações intravenosas, razão pela qual é constatado um grande número de casos de deficiência imunológica entre os hemofílicos. Os homossexuais também são vítimas desse tipo de transmissão, devido ao alto índice, entre eles, de viciados em drogas com aplicações intravenosas. Segundo o dr. Veronesi existe hoje o perigo da transmissão da doença nos Bancos de Sangue. Ele alertou para o cuidado que os Bancos de Sangue devem ter ao receberem doadores homossexuais (*Folha de S. Paulo*, 1983, p. 15).

Logo no início dos primeiros casos da doença no Brasil, muitos aconteceram entre pessoas hemofílicas, devido à péssima qualidade dos bancos de sangue do país e o mercado negro que, muitas vezes, sustentava esses bancos. Mesmo com uma luta, liderada por hemofílicos, que requeria melhor qualidade na transfusão de sangue, e um crescente número de casos entre hemofílicos, a relação entre Aids e homossexualidade continuou persistindo nas matérias de jornais (PARKER, 1994).

Parker mostra como era a situação dos bancos de sangue na década de 80, inclusive sobre a comercialização clandestina do sangue. Como exemplo, ele aponta o Rio de Janeiro, onde uma importante parcela da população portadora do HIV foi contaminada pela transfusão ou pelo compartilhamento de seringa. O autor ainda chama a atenção para o fato de que, nas grandes cidades, o controle com relação à obrigação de testar o sangue, imposto pela legislação, era facilmente burlado por bancos de sangue clandestinos. Apesar de alguns destes bancos de sangue clandestinos terem sido descobertos, muitos continuavam atuando, principalmente no Rio de Janeiro, onde em

“meados da década de 80, um entre cada cinco casos de AIDS registrados no Rio devia-se a sangue contaminado” (PARKER, 1994, p.35).

Em muitas matérias de 1983 que abordavam a questão da transfusão de sangue, era salientado que a comunidade científica, em um congresso sobre hemofilia, recomendava que os gays não doassem sangue, “por serem mais sensíveis à Aids” e, portanto, aumentaria o risco de infecção entre os hemofílicos. É notório como o preconceito aos homossexuais estava se articulando com a doença (*Jornal do Brasil*, “Gay não doa sangue”, 1983, p.12).

Analisando como estava a situação da saúde na época, podemos notar certo desinteresse do governo com relação à saúde pública e ao saneamento. Não fosse a política de saúde do governo militar tão voltada para a privatização do sistema de saúde pública, talvez alguma medida tivesse surgido antes de 1985, o que possibilitaria melhores condições para enfrentar uma epidemia que seria reconhecida em meados da década de 80. Contudo, os investimentos na área da saúde eram insatisfatórios, assim como em outras áreas sociais (educação, alimentação, habitação, entre outros).

Toda essa falta de estrutura na saúde pública, foi ocasionada pela política de privatização, aplicada pelo regime militar desde o final dos anos 60. Isso é de extrema importância, pois explicaria, em parte, o descontentamento da população brasileira com os militares, somando-se a grande inflação que assolava o país e a falta de possibilidade de escolher os seus governantes. O regime militar não implementou uma política de saúde que atendesse a maioria dos brasileiros (RODRIGUES, 1992, p.53).

Sônia Miriam Draibe concorda que os investimentos dos governos militares foram muito pequenos com relação a certas áreas sociais. Nos dois primeiros governos militares (Castelo Branco e Costa e Silva), nenhuma política nova de saúde foi criada, pois a política de saúde dos governos militares estava baseada em privatizações. Já no último (Figueiredo 1979-85), em que estão inseridos os primeiros casos notificados de Aids e o início da confirmação da epidemia, não existiu qualquer tipo de política voltada para indivíduos que apresentavam os sintomas da doença (DRAIBE, 1994). Tal falta de investimento, nesse período, é justificada pelo fato de a Aids não ter um número considerável de casos, comparados a outras doenças já existentes, e ser restrita aos grupos de risco (NASCIMENTO, 2005).

Nos anos 80, a sociedade já sofria bastante com a falta de investimentos na saúde pública. No final desta década, as doenças relacionadas às precárias condições de vida eram as que mais agravavam o índice de mortalidade infantil. A lepra, o sarampo, a tuberculose e a doença de Chagas atingiam principalmente pessoas das zonas mais carentes, e que não tinham acesso ao tratamento adequado pela falta de infra-estrutura (RODRIGUES, 1992).

Voltando a análise do impacto das reportagens na sociedade, percebemos que a Aids acionou um discurso religioso antes mesmo de ser considerada epidêmica no país, no qual se afirmava que a doença seria um castigo divino, para as pessoas que tinham relacionamentos homossexuais. Esse discurso reiterava a condenação às práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo⁸⁷, colocando a homossexualidade como uma abominação e discursando que a maneira de combater a Aids seria renunciando a esse tipo de relacionamento condenado por Deus. De certa forma, como vimos anteriormente, o discurso científico legitimava esse argumento, pois considerava o relacionamento gay como um alto risco na transmissão de uma doença fatal e, segundo Foucault (1988), a medicina passou a realizar um papel no combate às relações sexuais que era de condenar determinadas práticas divergentes do pensamento dominante, como os relacionamentos gays. No discurso científico passou a existir uma justificativa para a articulação do preconceito contra os gays, a partir da Aids

A Aids passou a ser percebida e mostrada pelos meios científicos, religiosos e pela imprensa de que seria uma vingança da natureza contra a “imoralidade” dos costumes. Entre as práticas “imorais” estaria o relacionamento gay que, nesse caso, estaria sendo responsabilizado pelo aparecimento do HIV. De fato, esta argumentação contrariava a idéia comprovada de que relacionamentos sexuais de pessoas do mesmo sexo sempre ocorreram, refutando o argumento de que a Aids seria um castigo divino (SULLIVAN, 1996).

Jane Galvão (2000) chama a atenção para artigos que traziam conteúdos preconceituosos, como o que foi escrito pelo então Arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro e que possuía um caráter homofóbico:

⁸⁷ Na Bíblia, no Levítico (18: 22) e (20 : 13), existe a condenação a prática homossexual masculina. “Quando também um homem se deitar com ‘outro’ homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue é sobre eles”.

No artigo, publicado no 'Jornal do Brasil' e denominado 'O mal e a covardia dos bons', Dom Eugênio [Salles] aborda a Aids como uma punição, um castigo divino, um revide da natureza contra as inversões que estavam acontecendo no campo da sexualidade (GALVÃO, 2000, p.65).

Um artigo da *Folha de S. Paulo* —“Aids, tema que faz elevar as vozes dos preconceitos”— vai retratar como o discurso científico, também, estaria responsabilizando as práticas homossexuais, passando por cima dos conhecimentos concretos que se tinha a respeito da doença e dando espaço para um discurso preconceituoso:

Entre a patologia e a normalidade nenhuma mediação ética deve prevalecer. É preciso estar atento. O olhar insidioso e de preconceito estará sempre prestes a discriminar. Por todos os poros ele se infiltra. Quando não adentra a sala de consultas, permanece no vestíbulo: não discute o doente, discute a doença. Questiona as escolhas, os comportamentos. Denuncia. Prescreve. Faz passar pelos tribunais da inteligência comum que pode tomar do silêncio do médico. Ontem, o aborto, a sexualidade. Hoje, a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS. Cale-se o médico, o estudioso, o cientista: falem os preconceitos. Abram-se as masmorras onde encerramos a própria sombra, para submetê-la, de novo, ao açoite da moral (*Folha de S. Paulo*, 1983, p.16).

Com esse tipo de pensamento sendo construído em relação aos gays, podemos perceber que a Aids foi importante no aumento e na articulação do preconceito aos homossexuais, o que prejudicava tudo o que havia sido buscado na década de 70 até início de 80 pela movimentação gay e, posteriormente, pelos grupos gays. A abertura na aceitação aos relacionamentos de pessoas do mesmo sexo e a luta pelos seus direitos

passaram a incluir o combate à Aids, pois agora a doença era a representação de todo um discurso preconceituoso em relação aos gays.

Pouco se sabia sobre a Aids, e os gays acabariam sendo responsabilizados pela disseminação da doença. No trabalho de Ítalo Tronca, “As Máscaras do Medo: Lepra e aids”, o autor aponta que quando um problema ocorre no sistema e a sociedade não sabe como agir, os segmentos que carregam os rótulos de imorais e não-cristãos passam a ser responsabilizados, como ocorreu, por exemplo, entre os chineses que foram responsáveis pela disseminação da Lepra, na Europa, no século XIX.

O mesmo autor identifica que, no período da Aids, os homossexuais foram os responsabilizados pela disseminação da doença. A partir de uma análise do livro de Randy Shilts, Tronca salienta o caso do Paciente Zero⁸⁸ em um diálogo com um médico, no qual o autor afirma que a imagem construída em torno do homossexual é de uma figura diabólica, e de que o médico, assim como o paciente, buscava um culpado para o que estava ocorrendo. Esta cena, analisada por Tronca, mostra como a medicina científica (na figura do médico), buscava os responsáveis pela nova doença. Ítalo Tronca chega à conclusão, que converge com um dos objetivos desse trabalho, de que os gays acabaram sofrendo grande discriminação por estarem ligados aos casos de Aids, isto é, por serem acometidos pela doença e passíveis de transmiti-los a outro.

Os homossexuais, em 1983, começaram a reagir à Aids – quando pouco se sabia sobre os meios de transmissão – produzindo folhetos de divulgação do pouco que se sabia a respeito dela. Procuravam se organizar para informar outros homossexuais e a sociedade como um todo a respeito da Aids, como podemos analisar nessa matéria do *Jornal do Brasil* “Homossexuais lançam em São Paulo manual explicando doença” do dia 1 de julho de 1983:

A iniciativa é do grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista – que atua há três anos na Capital paulista, onde garante existir um milhão de homossexuais. Antônio Carlos Tosta, membro do grupo,

⁸⁸ Caso de um homossexual, comissário de bordo canadense, que “teria sido um dos elos nos primeiros casos do então ‘câncer gay’ na América do Norte. Ou, então, em uma explicação mais precipitada, que teria levado a AIDS para a América, o caso número zero, sendo, por isso, conhecido posteriormente por Paciente Zero” (BESSA, 2002, p. 35/36).

admitiu que a doença inquieta sua comunidade. O manual [foi] aprovado pela médica Valéria Petri, da Escola Paulista de Medicina (que cuida de dois casos suspeitos de AIDS) e pelo professor da USP Ricardo Veronezzi (*Jornal do Brasil*, 1983, p. 8).

E, ao mesmo tempo, pressionavam o governo para que o poder público oferecesse tratamento e informação a respeito da Aids, como mostra a antropóloga Jane Galvão (2005):

... outro elemento que pode ser mencionado, e que foi fundamental para a criação do programa de AIDS do Estado de São Paulo, foi a pressão exercida por grupos de ativistas ‘gays’ paulistas, principalmente o Somos e o Outra Coisa (GALVÃO, 2005, p. 58).

As matérias de 1983 pareciam como um anúncio de uma situação que iria se agravar, ou seja, um aumento do número de soropositivos no Brasil.

Em 1984, foram poucas as matérias publicadas⁸⁹. Uma informação é destacada para a sociedade brasileira e vai estar presente, categoricamente, nas matérias dos próximos anos: as mulheres poderiam ser contaminadas pelo HIV por homens que tinham relacionamentos com ambos os sexos. Assim, o número de mulheres infectadas poderia subir.

Se por um lado alguma informação clara chegava à sociedade, por outro a informação quanto às formas de transmissão era muito confusa. As autoridades médicas chegavam a afirmar que a Aids poderia ser transmitida até pelo ar. É o que vemos na declaração de um cientista americano, na reportagem da *Folha de S. Paulo* “Novas revelações preocupam homossexuais”, quando este afirma que foi encontrado o vírus na saliva de indivíduos soropositivos e que, possivelmente, esses portadores poderiam transmitir o HIV para indivíduos que estivessem à sua volta (*Folha de S. Paulo*, 1984).

⁸⁹ Três reportagens segundo o acervo “A Fala do Comprometidos” da COC.

Na mesma reportagem é destacado o tipo de preconceito que poderia ser criado em relação aos homossexuais: o de que tal revelação poderia aumentar ainda mais o estigma de soropositivos, isto é, dos gays.

Em particular, a descoberta levanta a possibilidade de uma discriminação em massa contra os que possam ser acusados de transmitir a doença em restaurantes, escritórios, bebedouros e outros locais públicos (Idem, p. 18).

Devemos lembrar que a Aids ainda não era considerada uma realidade para os brasileiros, pois a idéia que se tinha era de que ela era uma doença que ocorreria fora do país, e não atingiria a população heterossexual, até então. A maioria das reportagens de 81 a 84 trazia notícias do exterior sobre a doença, o que estava acontecendo fora do país em relação a Aids, apesar de alguns casos estarem sendo notificados no Brasil.

Entretanto, a situação modificou completamente com a confirmação de que a Aids era uma realidade para os brasileiros e que muitos hospitais teriam que atender pacientes soropositivos, apesar de poucos hospitais públicos estarem preparados. Além de terem que enfrentar uma péssima qualidade da situação da saúde no Brasil, os soropositivos ainda tinham que enfrentar o preconceito com relação ao doente, que tecnicamente seria gay e transmissor de um vírus mortal.

Segunda onda de pânico

A partir de 1985, começou o que os jornais classificaram como a segunda onda de pânico no país, com a confirmação de que muitos casos estavam surgindo, e de que o Brasil ocuparia uma das primeiras posições entre os países com o maior número de soropositivos.

Logo no início de 1985, a Revista *Istoé* publicou, com direito a uma chamada na primeira capa, que existiriam mais de 200 casos no eixo Rio-São Paulo, na reportagem “AIDS Segunda onda de pânico”. A matéria mostrava também a luta do ator, diretor e professor Roberto Galízia, 33 anos, que havia morrido recentemente. Agora, diferentemente do que ocorreu com o Marquito, se tratava de um gay que morava no Brasil e nunca tinha estado no exterior.

Cabe pensarmos: se na primeira onda⁹⁰ de pânico, muitos homossexuais brasileiros sofriam discriminações, na segunda onda de pânico eles, efetivamente, foram considerados uma ameaça para a sociedade civil. Com isso, os gays começaram a mudar o seu comportamento sexual e suas atitudes na sociedade civil, tendo em vista que as causas da doença eram associadas a pessoas promíscuas que tinham muitos relacionamentos. Assim, os homossexuais passaram a privilegiar os relacionamentos monogâmicos.

Sabia-se muito pouco ainda, e o que se sabia era que, de certa forma, os gays precisavam se precaver e enfrentar o estigma que tinha sido criado em relação a Aids, como mostra a reportagem na revista *Istoé*

... imersos no começo de uma segunda onda de pânico, os homossexuais do Rio e de São Paulo mudam de comportamento e tratam de se proteger intuitivamente de uma dupla epidemia: a da AIDS propriamente dita, e a do preconceito social, que tende a identificar automaticamente cada homossexual com a doença e isolá-lo do convívio da sociedade heterossexual (*Istoé*, “AIDS: Segunda onda de pânico”, 1985, p. 33).

A distribuição de folhetos passava a ser uma das principais armas dos homossexuais para alertar outros gays. Nessa reportagem da *Istoé*, o jornalista Celso Curi⁹¹, que agora era dono de um bar gay em São Paulo, relatava que tentava distribuir folhetos da Secretaria de Saúde para as pessoas que frequentavam o seu bar. Contudo, o medo de que a Aids trouxesse uma discriminação maior ainda fez com que muitos gays ignorassem a existência da doença, por temerem a perda do pouco espaço que havia sido conquistado.

Na mesma reportagem, a discriminação com os homossexuais, por serem considerados soropositivos, era sinalizada, ao afirmar que eles passavam a ser recusados

⁹⁰ Pensamento que se tinha sobre a primeira onda de pânico: “Dizia-se, então, que as vítimas de AIDS eram em geral de classes abastadas e adquiriam o vírus através de contágio no exterior, particularmente nos Estados Unidos, onde o primeiro caso foi notificado” (*Istoé*, “AIDS: Segunda onda de pânico”, 1985, p. 32).

⁹¹ Citado no capítulo anterior.

em hospitais: muitos profissionais da área de saúde se recusavam a tratá-los, quando alguns nem infectados estavam.

Parte da área médica também se indignava com o que estava ocorrendo em relação aos gays, nas palavras do médico Cláudio Amaral: “é difícil, no entanto, estabelecer onde começam os cuidados e onde terminam os preconceitos”, que questionava o fato de gays, agora, em 1985, estarem sendo proibidos de doar sangue (*Istoé*, “AIDS: Segunda onda de pânico”, 1985, p. 34).

A reportagem da *Istoé*, termina com a afirmação de que o vírus – pelo menos a tendência – deveria sair dos grupos de risco e ir para o restante da população. Entretanto, a origem da doença estava ligada aos gays, o que acabaria colocando-os como os grandes portadores de um mal que assustava toda a população.

Algumas reportagens de 1985 levantavam a possibilidade de que a doença era transmitida pelos bissexuais, pois esses se relacionavam com os gays e com mulheres, o que acaba por demonstrar que o vírus estaria saindo do considerado grupo de risco e atingindo pessoas, até então, consideradas imunes à Aids. Contudo, a sociedade não se prendeu a essa informação, e passou a pensar os gays como responsáveis pela disseminação dessa doença, pelo rápido aumento de número de casos. Tendo em vista que os homossexuais foram o tempo todo taxados de promíscuos, uma grande parte da população, além de não saber ao certo como se dava as formas de transmissão, acreditava que a Aids teria saído desse grupo justamente por causa da promiscuidade.

Na reportagem do *Jornal do Brasil* do dia 25 de julho de 1985, é trazido à tona o fato do famoso ator Rock Hudson estar infectado pelo HIV, segundo a reportagem, o fato da imprensa americana divulgar que Hudson estava com Aids estaria insinuando que ele era homossexual. Essa matéria só mostrava a idéia que já estava enraizada na mentalidade das pessoas: ter Aids significava ser gay. O que nos leva a perceber o motivo da sociedade brasileira começar a evitar a presença de gays em alguns locais de convívio social.

Agora os homossexuais não eram apenas pessoas que tinham um comportamento incorreto segundo as leis morais dessa sociedade conservadora, mas também eram portadores de uma moléstia fatal. Quem iria querer trabalhar, estudar ou conviver com

um gay quando nem a ciência sabia ao certo como se davam as formas de transmissão dessa enfermidade?

O preconceito com os homossexuais passou a ser tão grande, que as famílias desses gays também tiveram que lidar com o preconceito da sociedade, e muitos familiares chegaram até a perder o emprego e as pessoas se afastaram cada vez mais deles. Ou seja, “além dos pacientes com o diagnóstico confirmado, padecem suas famílias, com o estigma e a rejeição provocados pelo fato de que a esmagadora maioria dos atingidos é de homossexuais” (*Istoé*, “AIDS: segunda onda de pânico”, 1985, p. 48).

Não é de se estranhar que muitos grupos que se formaram para enfrentar a Aids, nesse período, eram constituídos de gays e por familiares de gays, que tinham perdido ou não uma pessoa pela Aids.

As reportagens também apresentavam um tom extremamente fatalista nas suas dissertações; e o discurso médico contribuía para se pensar que a ocorrência, no Brasil, era por causa de costumes considerados imorais. Como lembra Foucault (1988), o discurso médico vai realizar um papel moralista que antes só era feito por religiosos, que “sob a desculpa de se precaver da Aids, um dispositivo de moralização se desenvolve nos meios científicos” (*Folha de S. Paulo*, “A Aids pode se transformar num pretexto para o policiamento médico da comunidade homossexual”, 1985, p. 34).

Além do discurso médico, o religioso parecia ver a doença como uma aliada em casa, agora que a Aids era considerada uma realidade brasileira, viu novas possibilidades para condenar as práticas que seriam contra a moral cristã, segundo a Bíblia. Mais uma vez, D. Eugenio “atribuiu a propagação da doença à natureza que, violentada, se vingava e, quando o faz, é terrível”. De fato, muitos religiosos acreditavam que a Aids era um castigo divino, e reconheciam que a doença modificara ‘o comportamento moral dos indivíduos’, que seriam levados a uma moralização forçada por conta da enfermidade (*Jornal do Brasil*, “Natureza se vingava, diz D. Eugênio, 1985, p. 23). Esse discurso não escondia a vontade de perceber a doença como uma coisa benéfica para a regulamentação da moral cristã, como afirma Dom Estevão Bittencourt, do mosteiro de São Bento:

Geralmente quando a natureza é ferida, ela se vingava daqueles
que a maltrataram. É o que acontece quando alguém bebe ou fuma

demais e, também, quando abusa da sexualidade. Se a AIDS está provocando o medo, já é salutar, pode ser uma chamada de atenção. É preciso ir até o fim desse raciocínio, é preciso construir alguma coisa, procurando reabilitar o amor e o sexo (*Jornal dos Sports*, “Aids aumenta solidão e algema liberdade sexual”, 1985, p. 07).

Parte da sociedade adere a essa opinião de que a doença ocorreria por causa de costumes considerados errados, como já salientamos anteriormente. Entretanto, muitos médicos, que não concordavam com tal posição, se colocam contrários a onda de discriminação aos gays que estava ocorrendo no país. Como foi o caso de Adhemar Fiorillo, chefe do Serviço de Moléstias Infecciosas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que afirmava que ‘o paciente é um portador como os demais e não deve ser tratado pelas pessoas como se fosse um leproso da Idade Média’ (Idem, p. 23).

As notícias, que já tinham criado esse estigma de que os homossexuais eram portadores do HIV, acaba mostrando que, em 1985, o preconceito estava tomando proporções muito fortes, chegando ao ponto de gerar um medo maior ainda, fazendo com que muitos gays deixassem de frequentar os ambientes que eram conhecidos como gueto.

É importante lembrar que esse preconceito ocorria, também, devido à ignorância sobre as formas de transmissão que ainda não estavam claras para a sociedade, mesmo que muitas reportagens, de 1985, já afirmassem que a Aids só era transmitida pelo sangue e pelo esperma.

A reportagem “Desinformação sobre a Aids muda hábitos do paulistano”, abordava como a vida noturna gay de São Paulo vai se esvaziar, pelo medo da doença e do preconceito. A reportagem salientava que o fato de as pessoas já serem diagnosticadas como soropositivas já deixava implícito que elas eram gays e vice-versa. Isso dificultava o acompanhamento de muitos casos de soropositivos, por medo de expor a sua sexualidade ou de serem confundidos com gays pelo fato de estarem infectados.

Algumas declarações preconceituosas foram mostradas nessa reportagem, como o caso de um radialista paulista⁹², que ostentava em seu programa a necessidade de os gays serem confinados, mostrando a idéia de que os homossexuais seriam um dos focos da

⁹² O nome do repórter era Afanásio Jazadji.

disseminação do HIV. Na matéria é mostrada a entrevista de um taxista que defendia as propostas do radialista, justificando que: ‘se eu pegar essa peste gay, ninguém vai acreditar que foi no dentista, vai?’ Um dos medos das pessoas, além de pegar a doença, era ser caracterizado como homossexual, como podemos perceber na declaração do taxista.

Obviamente que as contramedidas dos grupos que defendiam a eliminação do preconceito aos soropositivos, se posicionam distribuindo materiais didáticos explicando qual é a forma de contaminação. A reportagem ressalta as medidas do GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids fundado no ano de 1985), que tenta informar a população de como a doença podia ser transmitida, tendo em vista que as formas de transmissão começam a ser constatadas nesse momento.

Na mesma reportagem, temos declarações de membros do GAPA, que tiveram relacionamentos homossexuais e que afirmavam que tinham muito medo de morrer. As reuniões do GAPA ajudavam a se ter informações necessárias sobre as formas de transmissão e de como a onda de preconceito estava se estendendo e precisava ser combatida.

O professor e médico Ricardo Veronesi, titular da cadeira de Moléstias Infecciosas na USP, afirma na reportagem que ‘esse pânico é perfeitamente justificável’, pois ‘a população está pouco esclarecida sobre o fato de a Aids não ser uma doença exclusivamente homossexual’. Com certeza a desinformação sobre a doença ajudava a perpetuar o preconceito, mas, como estamos vendo ao longo do presente trabalho, a imprensa escrita se limitava muito a passar a idéia de que a Aids atingia preferencialmente os gays (*Folha de S. Paulo*, 1985).

Enquanto isso, o governo brasileiro, que, em 1983, sequer pensava em tomar qualquer tipo de atitude, agora, em 1985, mesmo com os casos atingindo grandes proporções⁹³, agia em relação à doença de forma incipiente. Podemos perceber na declaração do ministro da Saúde de 1985, Carlos Sant’Anna, que afirmava que a Aids ‘é preocupante, mas não prioritária para o País’; outros problemas de saúde pública, como a doença de Chagas, requeriam mais investimento. O mais interessante é que o ministro afirmava que, “o grupo que apresenta maior risco de contágio é o dos homossexuais

⁹³ Segundo Parker (1994), o número de casos passou de 1 em 1980, para 497 em 1985 (PARKER, p. 31).

masculinos”, mais um motivo para não ter que se preocupar (*Folha de S. Paulo*, “Ministro reafirma posição de não priorizar combate à Aids”, p. 20).

Como ironiza Dráuzio Varella na entrevista concedida para “A Fala dos Comprometidos”, em relação ao pensamento do período, que tinha muito a ver com a mentalidade do então ministro: “era peste gay, se é peste gay só dá em gay. Porque essa é a expressão mais dura do preconceito ‘É com eles, tudo bem! Esses caras merecem. Também olha o que eles fazem aí, né?’” (Varella, 1997, fita 2/4).

A situação dos bancos de sangue piora, pois existia o medo das doações, o que acabou por ocasionar uma situação de calamidade nos bancos de sangue do Brasil. Não é difícil perceber que as medidas que são adotadas para selecionar o doador⁹⁴ sejam equivocadas, pois pouco se sabia da doença e o exame que identificava o vírus não era considerado seguro. E é nesse final do ano de 1985, que a Aids “assume no Brasil caráter epidêmico, devido à velocidade de progressão”. O ministério da saúde, não tinha como prioridade liberar verbas para implementar testes que detectavam o vírus, pois seria muito caro, preferia ficar na seleção dos doadores, ou seja, reforçando a convicção de que a Aids estaria presa a um grupo de risco (*Istoé*, “Epidemia do Medo”, 1985, p 44-46).

Cabe pensar como as políticas voltadas para a saúde pública apresentavam dificuldades em lidar com doenças que já tinham tratamento. Enquanto isso, os primeiros casos de Aids começam a aumentar cada vez mais no país, já em meados desta década, como mostra Richard Parker. “Restava à própria população – carente de políticas sociais, principalmente na área da saúde – que agisse no controle das doenças” (PARKER, 1994, p.26).

Os gays, que estavam sofrendo grande discriminação, também passam a mudar seus hábitos diários, até a feminilidade entre eles era combatida. As mulheres passam a não freqüentar mais salões de cabeleireiros. Chegou ao ponto de um cabeleireiro ser expulso de Araguari (cidade ao sul de Minas Gerais), por ser suspeito de ter a doença, só pelo fato de ser gay (*Istoé*, “Vírus do pânico”, 1985, p. 56-65).

Alguns gays encontravam dificuldades em permanecer nas forças armadas. Em Brasília, as forças armadas, adotaram medidas, como prisão ou expulsão das tropas de

⁹⁴ As doações passam a ser seguidas de questionários que perguntavam sobre a preferência sexual do paciente.

soldados que fossem pegos na companhia de gays ou travestis, em rondas noturnas que eram realizadas na cidade (Idem).

Segundo Gontijo (2009), a doença acabou por formar um novo estilo de vida entre os gays: de repulsa a feminilidade e do culto a uma imagem saudável, e “mostrou-se como um verdadeiro motor de transformação, parte integrante de um processo de entrada em uma nova era ocidental caracterizada pelo triunfo da imagem e das aparências” (GONTIJO, 2009, p. 189).

A Aids acaba por impulsionar um novo tipo de organização entre os grupos gays. Ela também reforça o sentimento de culpa entre homens que se relacionavam sexualmente com outros homens, pois essa prática foi sendo caracterizada como a grande vilã na difusão da doença, o que acabou produzindo um discurso de perseguição aos homossexuais. A vida noturna gay se esvazia, as saunas fecham, e a violência contra os homossexuais passa a ser mais difundida entre a população. Com isso, muitos gays se organizam para enfrentar não só a epidemia como também o preconceito.

É fato notório que a Aids só adquiriu diversas significações pelo fato de ser uma doença que pouco se sabia a respeito, comparada ao câncer. Ela adquiriu um significado de sentença de morte, na década de 80, não dando margem às idealizações românticas ou sentimentais que fizeram parte do imaginário construído em torno da tuberculose, séculos atrás. Ao contrário, representou uma censura à vida e à esperança, lugar que antes era associado ao câncer (SONTAG, 1989).

Com a forte colaboração da mídia, o portador do HIV acabou estigmatizado, criando no imaginário da sociedade que o soropositivo pertencia a um determinado grupo de risco. Segundo Susan Sontag (1989), além de pertencer a esse grupo eles acabaram sendo isolados por serem expostos como doentes, além das discriminações e perseguições que estas pessoas passaram a sofrer. A Aids sendo infecciosa foi associada à culpa sexual e vista como uma doença do grupo de risco e que, a partir deste, foi transmitida a várias outras pessoas “inocentes”.

Este pensamento vigente na década de 80 a respeito do portador do HIV, não era o único em torno da doença e o grupo de risco não se restringia somente aos homossexuais, como vimos nesse capítulo. Entretanto, os gays, por terem tido um espaço maior nas notícias a respeito da Aids, acabaram sendo colocados como portadores e

possíveis fontes para a transmissão da doença, com uma amplitude muito maior, perante a sociedade, do que os demais que eram categorizados como do grupo de risco.

O sentimento de culpabilidade que se criou ao soropositivo foi grande, no qual o doente era ligado a um comportamento perigoso, como irresponsabilidade e delinquência, onde ele (soropositivo) seria um viciado em substâncias ilegais ou sua sexualidade era considerada divergente à que era aceita pela sociedade, ou seja, os relacionamentos heterossexuais monogâmicos.

Além do fatalismo que girava em torno da doença ser muito grande no período, formou-se a idéia de que ter a doença já era um indício de que a pessoa era gay e vice-versa. Bastava ser gay para a sociedade imputar mais uma discriminação, de que agora esse indivíduo seria um perigo para a população. Além disso, como salienta Sontag (1989), a Aids também trouxe uma facilidade na estigmatização pelo fato de causar marcas na fisionomia⁹⁵ das pessoas e com isso, assinalava uma mutação, uma dissolução progressiva e uma morte social que era causada pelo isolamento desse doente.

A Aids trouxe uma idéia de que não apenas era repulsiva e punitiva, como também representava uma invasão que atingia toda a sociedade. Ela prolifera a idéia de que ela veio punir toda uma comunidade, pois as pessoas estariam perdendo os “valores morais” em relação ao campo sexual (SONTAG, 1989).

Assim, alguns grupos gays que haviam se formado no período do *Lampião*, se articulam no combate à Aids. Isso, também, possibilitou o surgimento de diversas ONGs, com um novo perfil de ativismo homossexual integrado às campanhas anti-Aids.

Como demonstrado ao longo do presente capítulo, essas primeiras reportagens contribuíram para construir uma mentalidade que relacionaria o HIV aos gays, uma mentalidade que permanece, em parte, até os dias de hoje. Como afirma Richard Parker:

Com o surgimento da AIDS no começo da década de 80, uma estreita relação entre a epidemia e a homossexualidade masculina foi construída pelo imaginário coletivo e se mantêm até hoje (PARKER, 1994, p.51).

⁹⁵ Como já foi discutido, um dos sintomas era a síndrome de Kaposi, um câncer na pele que deixava manchas, podendo ocorrer nos rostos dos soropositivos.

Essa estreita relação só foi possível devido ao fato dos primeiros casos ocorrerem em gays americanos, fazendo com que a mídia brasileira importasse as manchetes de que o HIV tinha como alvo principal este grupo⁹⁶. Como foi dito anteriormente, não é difícil perceber que a falta de neutralidade das reportagens sobre a Aids e o preconceito da sociedade com relação aos homossexuais, é que tornaram possível essa ligação.

As ONGs que iriam se formar no próximo ano (1986), e que enfrentariam a doença, foram uma das responsáveis no crescimento da esperança do soropositivo, e de todos aqueles que queriam um fim da onda de intolerância vinda com a doença.

Apesar de todo o fatalismo do final de 1985, quando a mentalidade em relação à doença já estava formada, surge uma esperança para toda a sociedade, com uma reportagem, anunciando que “Remédios contra a AIDS são testados”. Seria um prenúncio do AZT⁹⁷ (*Jornal do Brasil*, “Remédios contra a AIDS são testados, p.11).

Como pudemos perceber nesse capítulo, a Aids impulsiona os gays a se articularem para lutar contra o preconceito que havia se formado em relação a eles. Isso vai modificar os objetivos buscados pelos homossexuais na década de 80, ou seja, agora os gays, além de se organizar e requerer seus direitos, terão a luta contra a Aids como uma luta contra o preconceito aos gays.

Sendo assim, o movimento homossexual passa a se articular de uma nova forma, em torno das ONGs/Aids e sempre aliando a busca pelos direitos dos gays à luta de combate à Aids.

⁹⁶ Talvez essa grande incidência de portadores do HIV entre homossexuais tenha se dado pelo fato das práticas homossexuais serem consideradas importantes na disseminação da infecção do HIV (PARKER, 1994, p.31).

⁹⁷ Primeiro remédio utilizado no controle da Aids.

Capítulo 3: A Ação dos homossexuais na luta contra a Aids

Nesse capítulo será analisado como se deu a participação dos homossexuais na luta contra a Aids dentro das ONGs/Aids, mais especificamente, na ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) e no Grupo Pela VIDDA (Pela Valorização Integração e Dignidade do Doente de Aids).

De fato a construção da mentalidade de que a Aids era uma doença que atingia um grupo de risco, em especial, os gays, – como vimos no capítulo 2 – é solidificada no imaginário, e as reportagens passam a divulgá-la abertamente nos anos seguintes. Entretanto, reações a essa idéia começam a aparecer com opiniões contrárias da sociedade civil.

A comunidade científica, ainda era incapaz de dar uma resposta para a sociedade, no que diz respeito a um tratamento eficaz, a curto/médio prazo. Vários foram os estudos realizados a partir do isolamento do HIV e fartamente relatados nos jornais e revistas. Contudo, até que surgissem novas drogas que tivessem eficácia e que pudessem dar alguma esperança aos doentes e portadores do HIV, muitos estigmas e preconceitos ao soropositivo e aos gays continuaram.

No início de 1986⁹⁸, as reportagens – mesmo com a confirmação oficial do aumento da doença entre os heterossexuais – afirmavam que a Aids havia começado entre os homossexuais e estavam sendo trazidas pelos bissexuais⁹⁹ para o meio heterossexual (mulheres). Mesmo com o número de mulheres aumentando, a constatação da bissexualidade na transmissão do HIV também acabava na condenação dos relacionamentos de pessoas do mesmo sexo. Agora não parecia mais existir ondas de pânico, parecia estar sendo constatado um pânico permanente na sociedade brasileira.

Os gays cada vez mais são considerados culpados pelo aumento de soropositivos, pois, mesmo com mudanças significativas no comportamento sexual dos homossexuais já

⁹⁸ É importante lembrar que no ano de 1986 é veiculada a primeira campanha contra a Aids, na qual o jogador de futebol Sócrates, que também era médico, aparece aconselhando a população na utilização do preservativo (camisinha de Vênus) nas relações sexuais. Tal vídeo aparecia na televisão, no intervalo da novela Roque Santeiro (da TV Globo), que tinha uma grande audiência. Transmítia informações sobre como se pega a doença, através do sangue ou do esperma, tentando acabar com o mito que se pega pelo ar (*Jornal do Brasil*, “Sócrates na TV aconselha preservativo no carnaval”, p.12).

⁹⁹ Iremos analisar tal informação no decorrer do capítulo.

em 1986, eles, quando citados, já são colocados como promíscuos. Isso é patente na matéria do *Jornal do Brasil* que afirma que, devido a pouca exposição dos gays nas páginas dos jornais, “criou-se um clima de falsa segurança, os homossexuais voltaram a ter vários parceiros e abandonaram o uso de preservativos” (*Jornal do Brasil*, “Travestis com Aids podem alastrar o mal em São Paulo”, 1986, p. 10).

A desinformação acabava perpetuando o pânico entre todos, e a segregação de homossexuais passa a ser uma alternativa naquele período. Até porque eles seriam o “grupo de maior risco” (*Jornal do Brasil*, “Por medo da Aids, 42% querem segregar ‘gays’ no Rio”, 1986, p. 9).

Tal pensamento em relação à homossexualidade e à Aids gerou um tipo de pressão aos gays e soropositivos, obrigando-os a se organizar; o que já havia sido iniciada com a formação de grupos ligados a causa da Aids, como foi o caso do Gapa¹⁰⁰. Grupos de prevenção à Aids passam a se manifestar na defesa dos direitos dos soropositivos, nos quais existiam muitos homossexuais que acabavam buscando, também, espaço para as questões ligadas a homossexualidade, como veremos adiante (*Jornal do Brasil*, “Incidência de Aids no Rio é de 3 mil”, 1986, p. 10).

Algumas organizações gays também passaram a trabalhar com questões ligadas à Aids, principalmente no esclarecimento sobre a doença entre os homossexuais, como foi o caso do Grupo Gay da Bahia (GGB). Luiz Mott, um dos fundadores do GGB, em 1980, passou a sofrer, assim, como todos os gays assumidos e militantes, uma forte discriminação impulsionada pela enfermidade. O trabalho dessas organizações se iniciava com a distribuição de preservativos para a população, principalmente entre os gays (*Jornal do Brasil*, “‘Gays’ baianos distribuem preservativos contra Aids”, 1986, p. 6).

Essas medidas passaram a ser impulsionadas pelo forte preconceito, levando muitos gays a se envolverem com as questões relacionadas à Aids para combatê-lo. Muitos homossexuais foram assassinados, no país, por causa dessa relação. O medo em relação a contaminação pela doença era grande também e as mudanças começam a ocorrer no comportamento sexual de homens que se relacionavam com outros homens.

¹⁰⁰ Citado no capítulo anterior.

A melhor definição de como se encontravam os gays em vista da mentalidade que relacionava Aids e homossexualidade, na década de 80, está presente nesse conto de Artur C. do Amaral:

Cinco e meia da manhã, acordo com o telefone, hesito e atendo. Do outro lado da linha, o Luiz Carlos, meu amigo jornalista.

- Você não é amigo de Lola Montese?

- Sou. É a Vovó.

- Pois é, acabou de falecer no Souza Aguiar.

- Você está brincando?...

- Não. Ele foi assaltado e levou um tiro no rosto, deu entrada no hospital e logo depois faleceu.

Fiquei atônito, como se eu também tivesse levado um tiro. Liguei para diversas pessoas e, por fim, para Lorna. Não tive coragem de dar a notícia por inteiro, falei de um assalto, um ferimento, estava no Hospital.

Fui buscar Lorna na Barra da Tijuca e, pelo caminho, pensava no absurdo que seria ficar sem Vovó.

Lorna estava calma, ainda não sabia. Propus irmos ao Hospital, ela aceitou. No caminho, fiquei buscando um espaço, uma dica, alguma coisa que puxasse o assunto e me permitisse contar a tragédia. Não houve isso. Lorna falou de tudo, menos disso; ela não queria saber mesmo, se recusava. Estava certa.

Quando atravessamos o Rebouças, entrei em pânico. Estávamos chegando ao Hospital, e eu não tinha coragem de dar a notícia.

- Lorna

- Fala

- AVovó morreu

- (gritando) porque você não me disse logo!....Ai, meu Deus!

- Não tive coragem.

Silêncio absoluto, do elevado ao Souza Aguiar.

Lorna Washington era a melhor amiga de Vovó Lola. A primeira superstar em ascensão; a outra, velha de guerra experiente, em decadência. Eram irmãs, se ajudavam muito. Faziam shows juntas, duas faces da mesma moeda.

- Com vocês a deslumbrante, a mais antiga dona de cabaré do Rio de Janeiro, aquela que passou gonorréia para D. Pedro I. Para o aplauso de vocês: Loooola Montese!!.....Sobe logo, Vovó!

Era assim que Lorna anunciava o número de Vovó, nos shows.

Minha amizade com Lola Montese foi rápida, menos de um ano, e foi cortada pelo tiro que matou o corpo que ela utilizava.

Espiritismo? Não. Vou contar porque foi que vovó não morreu.

Chegamos ao Souza Aguiar, procuramos o local onde estava o corpo. Só eu entrei. Rosto inchado, deformado, muito sangue. Senti pena, carinho, amor. Ódio dos assassinos, raiva do mundo, PUTA QUE PARIU! Saí.

- É mesmo a Vovó?

- É

Jamais deveria ter anunciado esse “é”. Risos disfarçados de alguns funcionários à nossa passagem. Lorna estava discreta, vestida de Celso Paulino Maciel; eu, como não possuo a genialidade de ser muitos, estava vestido sempre, de Artur. Para algumas muitas pessoas, deve ser profundamente engraçado ver passar amigos de uma “Bicha” assassinada.

Passamos pela delegacia, tudo providenciado pela família, fomos ao Cabaré, Muita gente, confusão, choros, revolta.

Na véspera, Vovó fez seu show com Lorna, em Copacabana. Despediram-se já na madrugada. Vovó voltou pra casa, o Cabaré, acompanhada por um de seus empregados. Quando entraram. Foram

rendidos. Bateram em Vovó, para que entregasse o dinheiro, não entregou. Os assassinos saíram e Vovó foi atrás. Entraram no taxi, Vovó atrás. De dentro do táxi, o disparo. Tiro no rosto, um pouquinho abaixo do olho esquerdo. Dizem que Vovó gritou.

Vovó não morreu, por quê?

Daquele momento em diante, até hoje. Vovó se transformou naquele que era antes de ser a Deslumbrante (com sua permissão, Lorna) Lola Montese. Virou homem, assumiu, ou assumiram por ela, aquele nome que constava na certidão de nascimento e que eu não posso revelar porque o que eu estou contando não diz respeito a ele.

Fui ao enterro de Vovó, mas ela não estava lá. Encontrei todos os seus amigos, mas Lola sumiu. Os travestis que foram ao enterro tinham virado homens, como se aquele tiro transformador também os tivesse atingido. Que loucura!

Naquela época, eu era Presidente do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids RJ. Mandei fazer uma coroa de flores em nome do Grupo e queria que contasse: **VOVÓ LOLA MONTESE**, na faixa. O meu pessoal não aceitou. Também não tinham sido atingidos pelo tiro transformador. Puseram o nome de homem que ninguém sabe quem é.

Quem ajudou o nosso Grupo, quem fez show para arrecadar dinheiro para a luta contra a Aids, quem abriu as portas do seu Cabaré para nós foi LOLA MONTESE, a Vovó, e não essa pessoa que a coroa de flores homenageou.

Vovó foi a única artista que não aceitou o convite cortesia, para entrar na nossa festa e se apresentar. Vovó pagou seu convite, fez questão. Era para ajudar os pacientes de Aids, pagou.

Eu fui ao enterro da Vovó e não a encontrei. Ninguém enterrou Lola. Os jornais não publicaram seu nome, publicaram outro. Por isto, tenho certeza, ela escapou. Vovó não morreu.

Lola Montese assumiu definitivamente sua inexistência civil. Ninguém que inexistente pode deixar de existir. Vovó e a Fantasia, o Sonho, a Luz do Refletor.

No Brasil, depois que surgiu a Aids, virou moda matar homossexuais. Os crimes ficam impunes. Muitos acham que é um serviço de utilidade pública. Tomara que todos os mortos sejam como Vovó, imortais, e que infernizem a vida de seus carrascos para sempre.

Salve, eterna companheira nossa!¹⁰¹ (Boletim ABIA, “Minha avó não morreu”, 1989, número 6, p. 5-7).

O conto de Amaral mostra como os gays estavam envolvidos com a questão da Aids, como eles se sentiam ligados aos soropositivos e procuravam realizar trabalhos comunitários em prol dos mesmos. Com certeza, pelo fato da ligação com a doença, muitos sabiam e sentiam que a luta contra a doença seria uma forma de enfrentar todo o tipo de preconceito contra os homossexuais.

Como foi salientado anteriormente, a Aids impunha uma morte civil e o que vemos é que, indiretamente, os gays passaram a viver essa morte mesmo não estando infectados. Os mais visados pela sociedade, como os travestis e os homossexuais afeminados tinham que sofrer com esse preconceito, o que muitas vezes gerava uma reação violenta de muitas pessoas homofóbicas, podendo levá-los a morte.

Mas as organizações civis passaram a ser uma saída para uma batalha maior ainda, uma batalha contra esse preconceito e contra tudo o que a doença escancarava aos olhos da sociedade. A Aids passou a mostrar um sistema de saúde totalmente ineficiente, políticos hipócritas que não conseguiam esconder que a falta de estímulo para o governo brasileiro desenvolver uma campanha de combate a doença eficiente, era simplesmente o preconceito.

Tais organizações foram muito importantes na desmistificação da Aids, principalmente em relação o fato de a doença privilegiar o sexo masculino e o

¹⁰¹ Arthur, na época, era sociólogo e militante nos direitos dos soropositivos e homossexuais.

preconceito contra os portadores dessa moléstia, que cada vez mais apresentava uma característica que poderia atingir a pessoas de diferentes idades¹⁰².

A presença de muitos homossexuais em algumas dessas organizações se dava pelo estigma construído entre os soropositivos e os gays. O preconceito em relação tanto ao soropositivo quanto ao homossexual se confundia ou era igual. Tanto que a segregação era um ponto discutido, também, para os infectados pelo HIV, ou seja, a população não parecia fazer uma distinção entre soropositivo e gay (*Jornal do Brasil*, “Flagelo Moderno”, 1986).

Mais para o final da década de 80, apesar de todas as informações de que a Aids era uma doença que atingia preferencialmente homens, as mulheres começaram a aparecer nas estatísticas da Aids, como possíveis infectadas. Mesmo assim, no início de 1987¹⁰³, as autoridades – em se tratando da contaminação das mulheres pelo HIV – continuavam afirmando que “as pesquisas nos informam que a transmissão se dá fundamentalmente através de práticas homossexuais” (*O Globo*, “AIDS: Os doentes assintomáticos”, 1987).

Até os grupos de combate à Aids afirmavam que as mulheres estariam sendo infectadas pelo contato com bissexuais, como vemos nessa afirmação do primeiro boletim da ABIA:

Todos esses casos são de parceiras sexuais de bissexuais, o que dá bem a dimensão da questão da ponte bissexual para passagem do vírus da população de prática homossexual para a população de prática heterossexual (Boletim ABIA, 1988, número 1, p. 2).

Com esse pensamento até entre grupos que trabalhavam com a questão da Aids, ficava difícil desconstruí-lo, e parecia estar intrínseca a idéia de contaminação das mulheres no Brasil. O relacionamento entre dois homens, apesar de não ser mais o foco principal da imprensa escrita, não deixou de ser repudiado pelo pensamento

¹⁰² De fato, a partir de 1987, as questões quanto à transmissão através das transfusões, de relacionamentos heterossexuais e de casos de mãe para filho começam a ter um destaque maior na imprensa escrita.

¹⁰³ No ano de 1987, é que vai surgir a palavra “aidético”. Que vai ser muito atacada pelos ativistas das ONGs/Aids, pois seria uma classificação que carregaria um estigma muito preconceituoso para os soropositivos (GALVÃO, 2000).

heteronormativo¹⁰⁴ dominante, pelo fato de estar sendo o responsável pela disseminação da enfermidade.

Isso também impulsionou a organização de gays em torno da doença, pois, de certa forma, o direito ao prazer estava sendo invadido, a partir do momento que era regulado por membros da sociedade. E os homossexuais passaram, também, a reconhecer a Aids como uma ameaça à vida (Idem).

A Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), fundada em 1986¹⁰⁵¹⁰⁶, tinha por objetivo lutar pelo direito dos soropositivos e por uma política de saúde pública competente em relação à doença. Herbert Daniel atuou na ABIA, era um homossexual que desde 1983 já tratava das questões da Aids¹⁰⁷, principalmente no que dizia respeito à ligação entre homossexualidade e a doença (Boletim Pela VIDDA, 1992, número 13).

Sua participação na ONG/Aids se inicia antes dele se descobrir soropositivo, e suas críticas foram contundentes em relação a displicência do governo brasileiro em relação a situação dos crescentes números dos casos de Aids: uma política de saúde ineficaz e campanhas que mais colocavam a população contra o soropositivo do que contra a doença.

Contudo, Daniel começou por atacar o conceito de grupo de risco, tendendo para uma idéia que vai se desenvolver mais adiante na década de 90, que seria a questão do comportamento de risco, que iremos abordar mais à frente.

Daniel atacava, também, a visão mística da Aids, de que seria um castigo divino, um revide da natureza quanto a comportamentos considerados impróprios para a moral dominante, ou seja, os relacionamentos homossexuais. O mesmo defendia a utilização do preservativo em qualquer situação, e que para se enfrentar qualquer tipo de preconceito

¹⁰⁴ Classifico como heteronormativo todo o pensamento que caracteriza os relacionamentos heterossexuais monogâmicos como normais, questionando qualquer outro tipo de relacionamento que fuja dessa heteronorma.

¹⁰⁵ É importante ressaltar que os boletins da ABIA só começarão a circular em 1988, mais especificamente o primeiro boletim é datado no primeiro mês de 1988.

¹⁰⁶ A ABIA (ONG/Aids) foi fundada em 1986 por Herbert de Souza, conhecido como Betinho. Betinho contraiu HIV por transfusão de sangue. E de início tinha por objetivo denunciar a situação dos bancos de sangue do país, que não tinham um controle adequado do sangue que era oferecido para as pessoas que necessitavam de transfusão.

¹⁰⁷ Herbert Daniel escreveu livros que tratavam sobre a homossexualidade e a Aids. Isso é muito importante ressaltar, pois Daniel era homossexual e se descobriu portador do vírus somente em 1989. Mesmo assim já compunha o quadro da ABIA no final da década de 80, ou seja, desde o início já unia a luta contra a Aids no combate ao preconceito dos homossexuais (Boletim Pela VIDDA, 1992, numero 13).

quanto à doença, seria necessário uma política de informação para toda a sociedade (*O Globo*, “AIDS: Os doentes assintomáticos”, 1987).

De fato, as informações sobre a doença na imprensa escrita, em relação à prevenção, se inicia com mais enfoque¹⁰⁸ no ano de 1987, classificado pela imprensa escrita como o “ano da camisinha”. O mundo inteiro começa a fazer campanhas para a utilização do preservativo, como a única forma de se conter a epidemia de Aids.

No Brasil não seria diferente, e o governo federal iniciou uma distribuição gratuita de preservativos em 1987, podemos perceber que essa medida do governo federal pode ser explicada a partir do momento que o número de pessoas infectadas no país teve um salto de 1.122 pessoas contaminadas em 1986 para 2.317 no ano de 1987 (PARKER, 1994, p. 31).

Outro fator que podemos levantar como um impulsionador da distribuição de preservativos foi que o número de mulheres infectadas pelo HIV aumentou em relação ao número de homens infectados¹⁰⁹, o que mostrava que a doença estaria atingindo cada vez mais as mulheres. O que podemos sinalizar é que se antes as medidas eram apenas de alerta para a prevenção, agora passaram a ser estimuladas pelo governo federal pela distribuição gratuita de preservativos, talvez porque antes não se tinha um número expressivo de mulheres portadoras e os homens, para a mentalidade do período, não passavam de gays. Para que criar medidas que incentivasse a população a se prevenir contra a Aids?

Obviamente que tal medida recebeu fortes críticas da igreja católica¹¹⁰, nas palavras do então Arcebispo secretário geral da Conferência dos Bispos do Brasil, que ‘não se pode perder de vista o aspecto moral, uma vez que a sua transmissão se dá, principalmente, através de relacionamentos sexuais injustificados pela consciência moral’, ou seja, reprimir, também, o relacionamento anal, muito praticado entre os

¹⁰⁸ A camisinha é citada pela primeira vez em 1985, entretanto somente em 1987 é que ela vai ser tão sinalizada como possível aliada ao controle da enfermidade, justamente pelo fato da OMS afirmar que tal prevenção tinha efeitos positivos no controle de novos casos da Aids.

¹⁰⁹ Em 1986 tinha-se 17 homens infectados para uma mulher, no ano seguinte (1987) esse número cai de 17 para 10 (PARKER, 1994, p. 31).

¹¹⁰ Desde o início das campanhas de prevenção contra a Aids, em todo o mundo, a igreja católica inicia diversas críticas quanto à utilização do preservativo (*Jornal do Brasil*, “Vaticano critica distribuição de preservativos para conter a Aids”, 1987).

homossexuais masculinos (*Jornal do Brasil*, “Campanha contra a Aids vai dar preservativos”, 1987, p. 3).

A situação para os religiosos era vista como um problema, pois tratar sobre sexo e sexualidade poderia estimular as pessoas a terem relacionamentos sexuais por prazer e falar sobre a Aids seria tratar, também, sobre as questões da homossexualidade. Na visão de muitos religiosos poderia estimular práticas homossexuais, o que sempre foi condenado pelo discurso cristão, como vimos no capítulo 2¹¹¹. De fato, a doença passa a estimular o diálogo até entre pais e filhos, pois a educação sexual de adolescentes passa a ser uma arma contra o aumento do número de casos. As escolas também passam a ser estimuladas a alertar os seus alunos quanto ao perigo da Aids, ou seja, tratar sobre relacionamentos sexuais com adolescentes (*Jornal do Brasil*, “Curso Objetivo inclui Aids no currículo do primeiro e segundo graus”, 1987).

A desmistificação de que o sexo anal era uma exclusividade entre homens começa a acontecer, tendo em vista que o número de mulheres estava aumentando vertiginosamente, ou seja, a questão do sexo anal – contra a procriação e, portanto, contra o princípio cristão – estava sendo discutido, também, entre os heterossexuais. Tem início um diálogo que chamaremos de (des)homossexualização da Aids¹¹², e também a um questionamento maior quanto ao conceito de grupo de risco.

Entretanto, as primeiras campanhas¹¹³ não atingiam o que muitos militantes chamavam de o estigma da doença, ou seja, a onda de preconceito que a Aids provocou desde que os primeiros casos foram notificados pela imprensa escrita. Pelo contrário, a relação entre Aids e morte era muito difundida pelas primeiras campanhas e o sentimento de culpabilidade do infectado não era nem um pouco combatido nelas, mas, sim,

¹¹¹ No capítulo 2 tem uma nota que mostra uma passagem bíblica, no qual o relacionamento de dois homens é condenado pela moral cristã.

¹¹² Todavia, essa desconstrução ainda ficava restrita as divulgações da imprensa escrita. Pois no pensamento popular a doença ainda era um problema gay. Tal desconstrução da Aids como uma doença dos gays, era percebida pelas lideranças homossexuais como uma forma preconceituosa, pois, as lideranças, como Herbert Daniel, entendiam que não ligar a moléstia aos homossexuais, seria uma forma de encobrir os relacionamentos de pessoas do mesmo sexo. Não direcionando campanhas para os relacionamentos homossexuais, o que acabaria por passar a informação de que os gays não estariam mais sendo atingidos pela doença (DANIEL & PARKER, 1991).

¹¹³ No Brasil, a primeira campanha foi em 1986, entretanto, no ano de 1987 o Ministério da Saúde aumenta o número de campanhas.

colocava a pessoa que contraiu a doença como alguém que procurou por aquilo e que, depois de contaminado só restaria esperar pela morte.

É como aponta Nascimento (2005), afirmando que as primeiras campanhas lançadas em 1987¹¹⁴ seguiam o imaginário estipulado pelo meio científico no início de 1980, ou seja, “as mensagens reforçavam a estigmatização do homossexual que, dessa forma, corporificava o perigo, a ameaça de morte” (p. 148) assim como a imagem do soropositivo.

A situação do soropositivo era de total abandono, já que eles eram considerados pela população como culpados pela sua situação, por terem uma sexualidade considerada divergente da que seria “correta” (heterossexual). O discurso fatalista e sensacionalista continuava sendo divulgado na imprensa escrita, assim como as características que rodeavam toda a imagem do infectado pelo HIV, promiscuidade e homossexualidade.

De fato, esses soropositivos, assim como os gays, viviam o que mais tarde será chamado de “A Terceira Epidemia”, ou seja, a Aids não só trazia a doença para a sociedade, mas também a onda de preconceito que isolava os infectados pelo HIV, – o que caracterizamos como morte social, já apresentada no segundo capítulo dessa dissertação – assim como aqueles indivíduos que tinham a sua imagem ligada à enfermidade, ou seja, os gays e usuários de drogas.

Em uma grande reportagem do *Jornal do Brasil*, “Diário da peste: o mergulho de um repórter no pungente cotidiano da Aids”, um jornalista disfarçado vai ver o cotidiano no Hospital Gaffrée e Guinle na Tijuca¹¹⁵. Essa reportagem mostra o pensamento do período em relação aos doentes de Aids.

Em seu primeiro relato, o repórter afirma que existiam 17 pessoas soropositivas no hospital e dá a entender ao leitor que são todos homossexuais ou que tiveram algum tipo de relacionamento homossexual, por isso os pacientes estariam em tal situação.

A reportagem segue uma linha bem sensacionalista com uma linguagem de novela. Passa a noção de que não se deve ter solidariedade com um soropositivo e com os homossexuais, pois esses, segundo a reportagem, procuraram estar na situação que

¹¹⁴ Segundo Nascimento (2005), “a primeira campanha nacional, lançada em 1987, teve o lema ‘Aids, você precisa saber evitar’”. E nas “peças publicitárias, utilizava frases de impacto como: ‘A Aids mata!’ ou ‘Quem vê cara não vê Aids’ (p. 148).

¹¹⁵ Esse hospital era centro de referência para o atendimento de pacientes de Aids, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro.

estavam. O discurso religioso também está presente no texto da reportagem, ao descrever a atitude de uma enfermeira do hospital, que tem uma Bíblia aberta na sala de espera aos soropositivos, e que diz sempre “Jesus te acompanha” para os pacientes de Aids quando esses terminam as consultas. O mesmo ocorre quando os pacientes se vêem desesperados pelas doenças oportunistas que acompanham o quadro de um soropositivo, ou seja, a religião como uma apaziguadora da culpa.

É interessante que para os gays não existia muita saída para a negação da Aids, pois eles continuavam sendo apresentados como o grupo de risco, já que o pensamento quanto à noção de grupo de risco, mesmo com o início de um questionamento, ainda era muito forte no país, ou seja, já fazia parte da mentalidade a respeito da doença.

Os homossexuais ainda são mostrados, além de soropositivos, como promíscuos, como afirma uma médica para outra que atendia os pacientes infectados pelo HIV e que trabalhava no centro ambulatorial do hospital: “Vi outro dia um paciente seu saindo da sauna que fica na frente da minha casa. Esse pessoal é fogo. É o segundo que eu vejo em menos de um mês” (*Jornal do Brasil*, 1987, Caderno B).

Não é difícil perceber que tal imagem geraria uma grande onda de violência aos homossexuais nesse período, pois só pelo fato de ser gay já se considerava que o indivíduo era soropositivo, ou seja, dois estigmas tinham que ser enfrentados pelos homossexuais: a Aids e a sua sexualidade. Além do que, essa denominação, tanto infectado quanto gay, carregava diversos significados na mentalidade das pessoas.

Não é a toa que uma das primeiras medidas tomadas pelas ONGs/Aids foi, depois de reforçar a necessidade de informação como uma forma de combater o estigma, estimular a solidariedade na sociedade com relação às questões da Aids. Contudo, mesmo com atitudes que visavam informar a população, a desinformação ainda era grande e gerava o preconceito entre as pessoas, onde muitos ainda achavam que podiam pegar a moléstia em barbeiros e na manicure. A situação continuava muito complicada para os homossexuais, pois eram, ao mesmo tempo, possíveis soropositivos no imaginário popular.

O objetivo de informar a população foi muito importante, e os resultados já começam a surgir logo no ano de 1987, como vemos na reportagem do jornal *O Globo* de 1987 “O esclarecimento sobre a Aids eleva o número de doadores”. Essa reportagem

comprova que com a informação as coisas começam a mudar em relação ao misticismo que se formou no imaginário a respeito da doença, principalmente com a questão da doação de sangue, porque muitos deixaram de doar sangue devido o medo de contágio. Essa é uma das primeiras matérias que mostram uma vitória dos grupos que se organizaram com o objetivo de combater todo o tipo de preconceito que se formou com a doença e de lutar por um sistema de saúde mais justo para o soropositivo, a reportagem se refere a ABIA.

Um dos problemas principais de que a Aids mostrou assim que os primeiros casos começaram a ocorrer, foi a situação dos bancos de sangue no país, que não tinham a menor estrutura e possibilidade de regulação do sangue, tanto que muitas pessoas foram contaminadas a partir da transfusão, como foi salientado no capítulo 2. A partir disso foi criada a noção de que os doadores poderiam ser contaminados com o HIV, o que acarretou numa diminuição do número de doadores.

Nessa mesma reportagem, membros da ABIA procuram esclarecer o motivo de muitas instituições terem fechado as portas para a doação de sangue, pois muitas pessoas estavam procurando bancos de sangue públicos, para receberem transfusões e acabavam contaminados, enquanto o sangue, nos bancos de sangue privados, acabava sendo comercializado (*O Globo*, p. 36).

Mas, o imaginário social, alimentado, também pelas reportagens preconceituosas, logo começava a perder as suas fontes de sustentação. Depois da reportagem do “Diário da peste”, torna-se espaçado o número de reportagens na imprensa escrita que vão tratar sobre os gays e a Aids de uma forma preconceituosa. Dessa forma, temos início a um breve momento de discussão sobre a homossexualidade na imprensa escrita¹¹⁶, até a Aids passar a ser cada vez mais retratada como um problema dos heterossexuais¹¹⁷.

¹¹⁶ Mesmo assim esse imaginário continua se perpetuando durante os anos, como vemos nessa reportagem do jornal *O Globo* do dia 6 de junho de 1987 “Aids assusta cordel”, no qual um escritor de cordel, nos mostra nos versos da sua obra, o pensamento que estava enraizado na população:

“Por causa da corrupção
Neste mundo de torpeza
Homem em lugar de mulher
Com sadismo e safadesa [sic]
Isto é um desafio
Contra a própria natureza” (*O Globo*, p. 12).

¹¹⁷ As primeiras campanhas do Ministério da Saúde priorizavam mensagens dirigidas aos relacionamentos heterossexuais. Nos anos seguintes as campanhas direcionadas a prevenção pelo HIV, vão ser cada vez

Reportagens do ano de 1987 mostravam, por um lado, atitudes preconceituosas e, por outro, questionamentos em relação a essas atitudes. Como o caso de “um cirurgião de 75 anos (...) que sugere nada menos que uma castração dos aidéticos [sic], que para ele são os vetores dessa lamentável doença”. Contudo, não só as declarações preconceituosas passam, agora, a serem questionadas por membros da sociedade civil na imprensa escrita, como vai proporcionar um esvaziamento de tais declarações, até porque isso tudo mostrava um lado preconceituoso da sociedade brasileira que, com certeza, desagradava parte da sua elite intelectual (*Afinal*, “A síndrome do medo”, 1988, p. 44).

De certo, já tínhamos as organizações não governamentais e as organizações gays, que enfrentavam qualquer tipo de atitude carregada de preconceito. Como vemos na declaração de Ubiratan da Costa e Silva, membro de um movimento antidiscriminação: “Para Ubiratan, ao sugerir o confinamento de homossexuais¹¹⁸, a sociedade está dando vazão ao seu lado conservador e discriminatório” (Idem, p. 46).

Até nisso a Aids foi importante, pois – como deixa claro a então psicóloga Martha Suplicy – mostrou para a sociedade brasileira os “próprios preconceitos e medos em suas falas” (Idem, p. 47). O que acabou provocando um questionamento nessa sociedade: até que ponto seria bom continuar tratando sobre esses assuntos na imprensa escrita, e de que forma ele devia ser tratado?

O foco das matérias passa a se voltar muito mais para as questões de saúde e os tipos de remédios e tratamentos que estavam surgindo. A participação da população começa a mudar: agora toda a sociedade parecia estar muito preocupada com a situação, principalmente após as constantes reportagens que mostravam que a doença podia ser transmitida pelo contato heterossexual.

mais direcionadas para as pessoas heterossexuais, diferente do que ocorreria nas ONGs/Aids, que procuraria elaborar campanhas voltadas, também, para os gays.

¹¹⁸ O confinamento de homossexuais e soropositivos, como podemos ver eram medidas sugeridas por muitas pessoas, não só no Brasil como também no mundo inteiro. Tanto que em uma nota da reportagem do jornal *O Globo* do dia 5 de dezembro de 1987, é relatado o confinamento de soropositivos na Suécia. A questão da promiscuidade sexual era apontada como presente tanto em homossexuais quanto em heterossexuais, tanto que a declaração da médica responsável pelo confinamento dos doentes ressalta que “todos os esforços serão feitos para convencer os contaminados a mudarem seus hábitos sexuais, mas que isso até agora não tem dado os resultados. ‘A melhor coisa é colocá-los num lugar como Adelsö [nome da ilha onde os soropositivos ficavam], onde possam ser isolados da sociedade’ (“Mundo tem 363 novos casos de Aids por dia”, p. 17).

Vemos também, a participação de empresas privadas no combate a Aids, que foi importante no início da epidemia, como é o caso da TV Globo que coloca diversos vídeos¹¹⁹ com os seus atores para esclarecer sobre a situação de epidemia que estava ocorrendo no país, passando a mensagem de que a população não devia morrer de ignorância. Assim como a atitude da Petrobras, que distribui diversos comunicados sobre a doença (formas de transmissão e o alerta para o uso do preservativo) nos seus contracheques (*O Globo*, “A TV contra a Aids”, 1987).

A doença termina o ano de 1987 sendo retratada pela imprensa escrita, como uma enfermidade que poderia também atingir os heterossexuais, e não sendo mais tão ligada aos gays como antes era, o que trazia certo pânico na sociedade brasileira¹²⁰ De fato, a participação homossexual no combate a doença só estava se intensificando cada vez mais, como podemos perceber nas medidas impulsionadas pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, a ABIA.

É importante ressaltar que a ABIA, desde o início, lutava bastante pela questão da transfusão de sangue no país, pois, como vimos anteriormente, foi fundada por um hemofílico. No grande número de reportagens que tratavam sobre a questão da doença, principalmente das questões relacionadas ao sangue, desde o ano da fundação da ONG/Aids (1986), percebemos que, na maioria das vezes, eram citados dados e comentários de pessoas que constituíam a ABIA, como Betinho, Herbert Daniel e Jane Galvão.

Essa questão do sangue vai ser um ponto de batalha desde o início da fundação da ABIA, entretanto, ela perde a força a partir do momento em que se tem a aprovação da nova Constituição de 1988¹²¹¹²², na qual, estaria proibida a comercialização do sangue no

¹¹⁹ É importante ressaltar que um dos pioneiros do movimento homossexual, Darcy Penteadado (já devidamente apresentado no primeiro capítulo), participa também da campanha da Rede Globo, procurando passar informação para a juventude de como podem ser contaminados pelo HIV. Isso continua mostrando a forma como os gays tinham como se fosse uma ligação de solidariedade quando se tratava de questões relacionadas à Aids, mesmo que os trabalhos fossem mais voltados para o público heterossexual (*O Globo*, “A TV contra a Aids”, 1987).

¹²⁰ Desde 1985, o Brasil vai ocupar uma das primeiras posições nos números de infectados pelo HIV no mundo, produzindo um grande medo entre a população.

¹²¹ A Constituição de 1988, marca o início de um novo período para a República Brasileira, que além de dar anistia política para muitos exilados do período da ditadura militar, era a esperança de que a democracia chegaria para toda a população brasileira. Além da proibição e comercialização do sangue brasileiro, se tem a tentativa de aprovação da “Parceria Civil”, uma proposta da então deputada Marta Suplicy, que daria

país. A aprovação dessa lei na nova Constituição foi devido à grande mobilização dos grupos que trabalhavam na questão da Aids no Brasil, tendo à frente Herbert de Souza (Betinho).

No início do ano de 1988, Betinho havia conseguido uma mobilização para a regulamentação de leis que pudessem coibir os bancos de sangue de o comercializarem, além de obrigá-los a fazerem os testes anti-HIV. Tal movimento era bem aceito pela sociedade devido à situação de solidariedade que se criou ao soropositivo, mais especificamente ao soropositivo hemofílico¹²³.

A consideração aos soropositivos hemofílicos era totalmente oposta em relação a gays ou pessoas que tivessem contraído a doença por via sexual, como era muito relatado pelas pessoas que conviviam com gays soropositivos, como podemos perceber em uma carta escrita por uma amiga de um gay em um dos boletins da ABIA: “Parece bem claro que grande parte dos preconceitos em relação a Aids decorrem dos preconceitos relativos à sexualidade” (Boletim ABIA, 1988, número 5, p. 4).

De fato, o sentimento de culpa não pertencia a pessoas que tivessem sido contaminadas a partir das transfusões sanguíneas, totalmente oposto do que acontecia aos gays, que além de terem contraído a doença a partir da relação sexual, tratava-se de uma relação considerada imoral pela mentalidade cristã, pensamento dominante na sociedade brasileira.

Tal sentimento de culpa que as entidades que trabalhavam com a questão da Aids tentavam sempre neutralizar, não tinha a mesma resposta de solidariedade que tinham

direitos para pessoas do mesmo sexo na divisão de bens em caso de morte de um dos cônjuges (TREVISAN, 2007).

¹²² Mesmo com todas as medidas de prevenção em relação a contaminação pela transfusão, desde o início o número de doadores diminuiu muito, causando um problema nos bancos de sangue do país. Para isso, desde meados da década de 1980, se tinha campanhas que estimulavam a doação de sangue. Tais campanhas só foram interrompidas em 1991, no governo Collor (NASCIMENTO, 2005).

¹²³ A situação de Betinho, estava sendo acompanhada pelo público tanto pela imprensa escrita quanto pela Televisão – Herbert de Souza dava várias entrevistas sobre a sua situação de soropositivo devido a sua influência – o que contribuía para chamar a atenção da sociedade em relação a esses infectados, que eram percebidos mais como vítimas da sua situação do que como responsáveis por ela. Totalmente oposto do que acontecia em relação as pessoas que tinham relacionamentos homossexuais. Betinho havia contraído o vírus a partir de uma transfusão sanguínea, tendo em vista que ele era hemofílico. Tanto ele quanto os dois outros irmãos acabaram sendo infectados pelo HIV, o que sensibilizava muito a opinião pública, e que ajudou muito a sensibilizar as autoridades competentes para a situação dos bancos de sangue do país.

com outros doentes que haviam contraído a doença a partir das transfusões¹²⁴. E, de fato, os gays, assim como outros do grupo de risco, acabavam sendo estigmatizados pela sociedade, tanto que a ABIA começa a querer fazer um levantamento de quem eram os soropositivos, de onde eles vinham, para tentar romper com a idéia de que eram, na grande maioria, homossexuais.

Mesmo com as reportagens deixando de enfatizar a doença como um problema exclusivo dos gays, ela continuava ressaltando que ela era contraída a partir das relações entre homens. Por isso a necessidade de um estudo sobre quem eram os infectados pelo vírus, já que muitos grupos que trabalhavam com a questão da Aids – como o Gapa e a ABIA – acreditavam que com essas informações poderiam ser desconstruídas algumas mistificações a respeito do advento da Aids.

No início de 1988, Herbert Daniel – em um artigo em parceria com Jane Galvão – questiona a idéia de que a enfermidade partia dos relacionamentos sexuais entre homens e com maior frequência entre aqueles com um alto poder aquisitivo. Os autores chegaram a essa conclusão a partir da “análise das fichas dos casos notificados¹²⁵, que a maioria dos doentes, no Rio de Janeiro, é de trabalhadores assalariados residentes em bairros de baixa classe média ou da periferia” (Boletim ABIA, 1988, número 3, p. 3).

Essa análise das fichas partia de uma pesquisa iniciada pela ONG, com o objetivo de perceber qual era o perfil dos soropositivos. Dessa forma, eles também visavam combater o conceito de grupo de risco que, segundo os membros da ABIA, dificultavam as medidas que visavam à prevenção: “Todo esforço de prevenção fica comprometido nesta distorção, pois a comunicação/informação se dirige a uma caricatura com a qual muito poucos se identificam ou querem se identificar”. Também é destacado o que vão chamar de “vírus ideológico”, ou seja, toda a imagem que se criou em relação ao soropositivo; homem gay e promíscuo (Boletim ABIA, 1988, número 3, p. 2).

Tal imagem era sustentada até pelos programas de prevenção do governo federal que eram lançados a partir dos folhetos e na TV, os quais eram muito atacados pelos grupos que trabalhavam com as questões relacionadas a Aids. Para Daniel, corroborando

¹²⁴ A solidariedade para com o doente de Aids, dependia como da forma como a pessoa podia ter sido infectada, pois assim como foi descrito no capítulo 2, os hemofílicos não eram considerados responsáveis pela sua situação de portador, diferente de uma pessoa que tenha sido contaminada por relações sexuais ou por drogas injetáveis.

¹²⁵ Casos esses analisados segundo estudos da ABIA no ano de 1988.

com o que está sendo tratado nessa dissertação, as campanhas criticavam abertamente as relações sexuais e não informavam como se podia contrair a doença ou como se dava a sua transmissão, o que passava um sentimento de medo na população. Quando perguntado sobre o motivo dessas campanhas não conseguirem atingir os objetivos que visavam um aumento da informação da população, Daniel – até então soronegativo – esclarece que elas não foram feitas por pessoas que conviveram com soropositivos, por isso não tem o sentimento de solidariedade e acabaram aplicando um tom fatalista e moralizante nas campanhas¹²⁶ (*O Globo*, “Aids na TV”, 1988).

O mais importante é perceber como o papel das ONGs foi importante para as manifestações contrárias a determinadas atitudes em relação aos soropositivos e a construção da solidariedade para com os mesmos. A ABIA, principalmente, desde o início se indignou com o tipo de tratamento dado ao soropositivo em hospitais e no trabalho. Atacou o despreparo dos médicos com relação ao atendimento ao soropositivo – muitas vezes com atitudes preconceituosas.

Além do mais, a ABIA tentava unir forças com outros grupos ligados a causa da Aids, como o Atobá¹²⁷ e o Gapa, assim como, tentava uma parceria com o governo para a elaboração de campanhas que informassem a população sobre a forma de contágio e no combate ao preconceito¹²⁸. Essa atitude de cooperação com o poder público era cobrada desde os primeiros boletins da ABIA (Boletim ABIA, 1988, número 2).

O comprometimento da ABIA e dos demais grupos fez surgir resultados de cooperação e solidariedade, principalmente com o poder público¹²⁹ (mesmo que timidamente), além de impulsionar um grande apoio de artistas na causa da Aids. Estes,

¹²⁶ É importante lembrar que mesmo com campanhas que acabavam por gerar medo na população em relação aos relacionamentos sexuais, a igreja católica continuava criticando-as por citarem a utilização do preservativo, defendendo a abstinência sexual como uma forma de prevenção contra a doença (*Jornal do Brasil*, “Campanha sobre Aids enfurece Vaticano”, 1988).

Tais declarações que chegam a imprensa escrita, começam a receber críticas de intelectuais, como é o caso de um artigo assinado por Gabeira no *Jornal O Dia*, que afirma que a Aids era fruto da “hipocrisia sexual”, – que não tratava sobre determinados temas, entre esses a homossexualidade – e não da “liberdade sexual”. Criticava veemente a posição do Vaticano em não aceitar as propostas da utilização do preservativo para se proteger contra o HIV, equiparando tal medida como uma forma criminosa, pois estaria condenando muitas pessoas (“O Papa que nos perdoe”, p. 10).

¹²⁷ O Atobá era muito citado nas reportagens de 1987 a 1992, tendo contribuído em muitas ações contra a doença. Como combater o estigma ao homossexual e a distribuição de preservativos.

¹²⁸ A união com os outros grupos que trabalhavam com a questão da Aids ocorre anteriormente a ajuda mútua entre governo e ONGs/Aids em 1994.

¹²⁹ Nesse caso me refiro a universidades e alguns projetos com prefeituras e apoio de membros do legislativo federal.

anteriormente, não marcavam muita presença nos eventos para não serem relacionados com a doença.

Logo no primeiro Dia de Luta contra a Aids¹³⁰, várias medidas foram implementadas no Brasil, com grande participação da ABIA, que procurou promover palestras para poder informar a população sobre como se pode transmitir a doença¹³¹.

De fato, o governo brasileiro ainda não tinha como foco a Aids na sua política de saúde, como vemos nessa passagem de *O Estado de S. Paulo*: “O presidente José Sarney deveria falar na televisão [sobre a situação da epidemia], mas cancelou o pronunciamento” (*O Estado de S. Paulo*, “Dia de combate a Aids reúne 140 países”, 1988, p.66), mesmo com um aumento no número de casos de Aids no país, chegando a atingir a marca de 4.000 casos no ano de 1988, segundo Dados do Ministério da Saúde (PARKER, 1994, p. 31).

Mas, por outro lado, vemos a solidariedade de artistas e pessoas célebres em relação à situação trazida pela doença, mostrando um grande clima de solidariedade com os doentes e uma mobilização muito forte da sociedade:

Em São Paulo artistas como Gilberto Gil, Wanderléia e Martinha farão um show na Praça da Sé, às 17 horas. No Rio de Janeiro artistas, cientistas, autoridades e portadores da doença dão um ‘abraço’ na estátua do Cristo Redentor, simbolizando a solidariedade aos aidéticos [sic] (*O Estado de S. Paulo*, “Dia de combate a Aids reúne 140 países”, 1988, p.66).

Além da pouca atenção do governo brasileiro ao Dia Mundial de Luta contra a Aids, a reportagem também cita a contínua falta de investimentos públicos em leitos hospitalares. Cita a casa de apoio da travesti Brenda Lee¹³², que seria um dos poucos

¹³⁰ Primeiro de dezembro de 1988, essa data é marcada como o primeiro dia de combate contra a Aids. Fica assim o dia primeiro de dezembro marcado como Dia Mundial de Luta contra a Aids pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

¹³¹ Lembrando que a ONG se localizava no Rio de Janeiro, e a maioria das palestras foram realizadas perto da sede daquele período, em Botafogo.

¹³² Brenda Lee, nascida Cícero Caetano Leandro, chegou a São Paulo com 14 anos, e foi morar no bairro da Bixiga onde comprou uma casa em 1984, que posteriormente virou a Casa de Apoio Brenda Lee para abrigar portadores de HIV rejeitados pelos parentes.

locais que podiam dar o tratamento inicial para o soropositivo (Idem, p. 66), mostrando o engajamento das pessoas que tinham relacionamentos homossexuais no combate a todo o estigma que a doença podia causar.

Nas reportagens é mostrada a forte participação dos homossexuais no Dia Mundial de Luta contra a Aids, com destaque para Cláudio Mesquita¹³³ que procurou utilizar a sua arte no primeiro dia de luta contra a enfermidade em solidariedade aos soropositivos¹³⁴. A participação da ABIA – da qual Cláudio Mesquita participava – também é abordada pela imprensa escrita, como podemos ver nessa passagem:

Uma colcha branca com um violão preto de cordas e o nome do músico Francisco Mário, morto de Aids no início do ano, foi pintado e estendido em frente à sede da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) em Botafogo (zona sul). Perto da colcha estendida, crianças e adultos coloriam o esboço de uma pintura do artista plástico Cláudio Mesquita retratando a solidariedade às vítimas da doença. Participaram da pintura (...) o sociólogo Herbert de Souza, o ‘Betinho’, presidente da Abia e irmão de Henfil e Francisco Mário¹³⁵ (*Folha de S. Paulo*, “No dia mundial, 140 países prometem intensificar medidas contra Aids”, 1988, p. A3).

De fato, a participação da ONG/Aids vai ser cada vez mais requisitada até pelo poder público, – como havíamos citado anteriormente – como era o caso de prefeituras que pediam aconselhamentos sobre que medidas podiam ser tomadas para o controle do sangue no município, ou seja, um reconhecimento do trabalho da ABIA em relação a

No dia 28 de maio de 1996, Brenda foi assassinada com um tiro na boca e outro no peito e seu corpo foi encontrado dentro de uma Kombi em um terreno baldio (<http://www.brendalee.org.br/>, consultado no dia 4 de abril de 2009).

¹³³ Artista plástico e homossexual assumido. Era o companheiro de Herbert Daniel, desde a década de 70, e também trabalhava com as questões relacionadas a Aids.

¹³⁴ Mesmo com todo esse engajamento de muitos gays nas campanhas contra a Aids, o então cardeal arcebispo D. Eugênio de Araújo Sales afirmava que ‘todas as pessoas que promovem o homossexualismo [sic], divulgam a imoralidade e desestabilizam a família contribuem para o desenvolvimento da Aids’ (*Folha de S. Paulo*, “No dia mundial, 140 países prometem intensificar medidas contra Aids”, 1988, p. A3).

¹³⁵ Ambos haviam falecido, naquele ano, em decorrência da Aids.

medidas que podiam minimizar o avanço da epidemia no país (*O Globo*, “Marcello quer fazer mutirão de saúde já”, 1988).

No final do ano de 1988, algumas propostas da ABIA começaram a ser realizadas, como é o caso de exames anônimos gratuitos, com o objetivo de descobrir quem são as pessoas contaminadas pelo vírus que provoca a Aids. Tal medida foi iniciada em parceria com a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), e recebe a participação e elogio de Herbert Daniel, comentando sobre a importância da realização do teste com o objetivo de reconhecer quem são, realmente, os infectados pelo HIV, ou seja, desconstruir a imagem que se tinha a respeito do soropositivo (*O Dia*, “ABIA e UERJ formam frente contra a Aids”, 1988).

O ano de 1989 vai ser marcado como uma luta contra a discriminação a essa figura do soropositivo, ou seja, pela informação sobre a doença e desconstrução do perfil criado, tendo em vista que, a maioria das reivindicações em relação aos bancos de sangue foi conseguida no ano anterior.

Logo no primeiro boletim do ano de 1989, a ABIA vai procurar debater sobre a homossexualidade – mostrando a participação de gays. Afinal, como tratar sobre esse assunto sem homossexuais? Já que para os integrantes da ONG, “para se enfrentar uma doença sexualmente transmissível é preciso entender como se vive sexualmente em outra cultura”. Nesse caso, a outra cultura era a cultura gay, que precisava ser debatida e entendida para que fossem elaborados planos de prevenção para pessoas que tinham um relacionamento homossexual.

Logo no início do ano de 1989, Herbert Daniel se descobriu soropositivo e fundou uma ONG/Aids (Pela VIDDA)¹³⁶. O escritor procurava com a nova ONG dar “voz” ao soropositivo, colocá-lo mais próximo das discussões em relação ao que estava sendo feito contra a epidemia ocasionada pelo HIV.

Na verdade, Daniel queria que todos pudessem “mostrar a cara”, para que dessa forma, além de ser desconstruída aquela imagem do portador, a sociedade pudesse se solidarizar com os soropositivos¹³⁷, independente da sua orientação sexual.

¹³⁶ É importante ressaltar que os primeiros boletins do grupo começaram a ser distribuídos no início de 1990.

¹³⁷ A questão específica do grupo era “as pessoas vivendo com AIDS serem os seus próprios porta-vozes de suas reivindicações, anseios, esperanças etc” (Boletim Pela VIDDA, 1990, número 1[anexo], p. 1).

Todavia, a prevenção em relação à doença vai ser sempre uma medida buscada por essas duas ONGs/Aids (ABIA e Pela VIDDA), assim como a discussão sobre a homossexualidade, até porque muitos gays participavam como dirigentes nessas organizações não governamentais¹³⁸.

De fato, a desconstrução da imagem do soropositivo seria buscada por essas ONGs para combater o preconceito e as armas utilizadas por eles eram a discussão da homossexualidade, a análise dos dados de quem eram as pessoas infectadas pelo HIV (nesse caso era utilizado o número de mulheres que estava aumentando no país) e um forte ataque ao fatalismo que se criou em torno das pessoas infectadas.

A “cara da Aids”, construída na década de 80 pela imprensa escrita¹³⁹, será aquela do rapaz franzino, bem fraco, e algumas vezes com manchas no corpo. Como exemplo, temos a reportagem da revista *Veja*, em 26 de abril de 1989, onde aparece o retrato do cantor Cazuza, personificando um portador. Como afirma Bessa:

‘Todos os vitimados têm o mesmo peso e usam a mesma máscara aidética¹⁴⁰, o mesmo pijama listrado’. É a ‘cara da AIDS’, que a foto de Cazuza, na capa da ‘Veja’, tornou não apenas emblemática, mas principalmente, paradigmática (BESSA, 2002, p.41).

O artigo na *Veja*, vem em destaque com o título “A luta em público contra a AIDS: abatido aos poucos pela doença, o compositor Cazuza conta como resiste em nome da vida e da carreira”. Nessa reportagem, falando a respeito da vida do cantor, procura-se, no início do texto, uma forma de criticar o fato de utilizarem a imagem do Cazuza de uma forma sensacionalista. No entanto, determinados fragmentos da reportagem têm o intuito de chocar o leitor.

¹³⁸ Claudio Mesquita, na época companheiro de Herbert Daniel, escreve um artigo sinalizando como os relacionamentos homossexuais eram existentes, e a luta contra o preconceito e a discriminação ao soropositivo começariam na desconstrução da imagem que se tinha sobre o soropositivo.

¹³⁹ A imprensa de uma forma geral também ajudou na construção da imagem do soropositivo, mas aqui nesse trabalho estamos analisando somente as reportagens da imprensa escrita.

¹⁴⁰ Utilizar esse tipo de expressão é uma forma extremamente preconceituosa de se referir a um portador do HIV. Bessa utilizou essa citação de outro autor justamente para destacar a forma preconceituosa dos meios de comunicação com as pessoas portadoras.

No decorrer do texto, o tom mórbido aparece claro, além da construção de uma imagem na qual o portador seria uma pessoa magra que no passado teve uma vida sexual com um elevado grau de promiscuidade. O que chama mais atenção é a capa da revista, onde aparece a foto do compositor extremamente abatido e magro, contribuindo para que a sociedade fizesse dessa imagem a imagem de um portador do HIV. A reportagem também traz fotos de um Cazuzza à “espera da morte”. Como percebemos, a imprensa escrita ainda divulgava, mesmo com uma diminuição no número de reportagens, a mesma imagem que foi construída no surgimento dos primeiros casos, relatada no segundo capítulo dessa dissertação de mestrado.

Não existe, no conteúdo da reportagem, qualquer tipo de citação sobre a forma de transmissão da doença e, conseqüentemente, de como evitá-la, como é o caso da utilização do preservativo. O objetivo da reportagem não era a vida do cantor, mas, sim, a vida de uma pessoa pública com Aids, por isso, seria bastante esclarecedor para o leitor ter informações de como pode se contrair a doença.

Contudo, o artigo é muito importante, pois traz à tona uma pessoa doente de Aids, no caso, Cazuzza que estava “vivo” e vivendo da melhor maneira que ele podia. Aliás, na reportagem tem uma mensagem que ressalta essa argumentação, numa citação da repórter Marília Gabriela¹⁴¹:

‘Eu disse ao Cazuzza que, se ele declarasse publicamente que estava com Aids, poderia estar tirando um peso das costas e, ao mesmo tempo, estaria ajudando outras pessoas na mesma situação, já que ele estava bonito, ativo e produzindo coisas lindas’ (*Veja*, 1989, p.84).

Os trechos da reportagem em que existe uma rotulação preconceituosa – nas quais os portadores do HIV são classificados como “aidéticos” – não anula a mensagem intrínseca do texto, de um confronto contra esse preconceito em torno do doente ser um

¹⁴¹ Marília Gabriela era repórter, e tinha um programa de entrevistas no qual o cantor participou no ano anterior (1988), e o mesmo, durante o programa, nega a sua soropositividade após a indagação da entrevistadora o que acaba fazendo com que Cazuzza crie uma reflexão sobre tal declaração, assumindo que era soropositivo algum tempo depois.

inválido e um estímulo para outros portadores enfrentarem a Aids. Acreditamos que mesmo com um caráter mórbido empregado na reportagem, a mensagem de vontade de viver do cantor é extremamente importante:

‘Tenho certeza de que vou viver muito tempo ainda. Minha criatividade me mantém vivo. Minha cabeça comanda tudo. Já perdi a oportunidade de morrer, passou a minha vez’ (*Veja*, 1989, p.81).

Esse tipo de imagem e reportagem, além de ajudar a construir um imaginário sobre as pessoas portadoras, também estabelece uma ligação com a homossexualidade, pelo fato do cantor não esconder que teve relacionamentos com pessoas do mesmo sexo¹⁴², ponto bem combatido pelas ONGs/Aids. Contudo, tem a vantagem de dar voz a um portador que conta sua convivência com a doença. Reforça-se, portanto, um caráter confessional e de uma busca de solidariedade ao soropositivo.

A busca por uma solidariedade ao doente de Aids também era muito discutida entre as principais ONGs/Aids, que achavam que para isso ocorrer era necessário que, assim como o cantor Cazuzza, deveriam “mostrar a sua cara” e cobrar os seus direitos como cidadãos. Era isso que a ABIA e o Pela VIDDA¹⁴³, assim como todas as outras ONGs/Aids, tentavam fazer com os soropositivos que freqüentavam as ONGs.

Assim começou o ano de 1989 para as ONGs/Aids, que além das medidas para a desconstrução da imagem do soropositivo, tentavam chamar a atenção do poder federal para a questão da doença, visando a construção de um Programa Nacional de Prevenção e

¹⁴² No *Jornal da Tarde*, do dia 13 de fevereiro de 1989, é mostrada uma reportagem em que aparece Cazuzza, relatando que tinha relacionamentos com outros homens, chegando a citar que tinha um namorado que ele amava muito. Também falava da sua bissexualidade, interessante perceber como essa palavra agora ocupava mais espaço nas páginas dos jornais.

O mais importante para a sociedade, é que ele procurava mostrar a imagem de um cara que estava lutando pela sua vida, batalhando para conseguir vencer uma doença vista pela sociedade como mortal, o único problema foi que a imagem do Cazuzza acabou sendo a imagem da Aids para toda a sociedade brasileira, imagem esta que foi bem explorada pela imprensa escrita, principalmente na reportagem da revista *Veja* que está sendo salientada aqui nesse trabalho.

¹⁴³ Nesse ano o Grupo Pela VIDDA aparece apenas em uma citação de jornal, mostrando que os soropositivos estavam indo para as ruas cobrar do governo brasileiro alguma atitude em relação as campanhas, mostrando que tais campanhas acabavam por colocar o soropositivo como uma pessoa condenada a morte, dando-lhe uma morte social. A forte participação de Herbert Daniel também é mostrada, no qual o mesmo passa a produzir trabalhos voltados para a capacitação do infectado pelo HIV (*Jornal do Brasil*, “Aidéticos vão a rua contra discriminação”, 1989).

Controle da Aids¹⁴⁴. Tais medidas eram necessárias, até porque as campanhas sobre a Aids colocavam o soropositivo como um moribundo e o investimento do poder público no apoio aos portadores do HIV eram insuficientes. A explicação para isso é justamente o pensamento de que eles já estavam condenados à morte.

Nesse mesmo ano de 1989, começou um movimento que procurava questionar a exploração dos soropositivos pela mídia, principalmente, após a reportagem da revista *Veja* sobre o Cazuzu e, depois, sobre a morte do ator Lauro Corona¹⁴⁵. Grupos¹⁴⁶ que visavam acompanhar como a Aids deveria ser abordada pela imprensa são formados, com o objetivo de coibir a propagação do preconceito nas reportagens sobre a Aids.

No que se refere à saúde, as ONGs/Aids relatavam que a situação era tão crítica que, mesmo depois de 3 anos com muitos casos no país, os leitos hospitalares ainda eram insuficientes para muitos soropositivos e os hospitais particulares ainda se recusavam a recebê-los. A epidemia continuava se alastrando rapidamente, devido à falta de informação da população sobre os meios de transmissão, assim como a falta de medidas efetivas do governo brasileiro que impedissem o aumento do número de casos¹⁴⁷.

Segundo o Dr. Álvaro Matida¹⁴⁸, a falta de leitos para atender soropositivos em estado grave no Estado do Rio de Janeiro era uma realidade, mesmo o Estado tendo um dos hospitais pioneiros no tratamento a portadores do HIV, o Gafreé Guinle (Boletim ABIA, 1989, número 6, p. 17).

¹⁴⁴ Pedido em destaque no primeiro boletim do ano de 1989 da ABIA. E, no segundo boletim, vai ser salientado sobre como o sentimento de solidariedade e de busca por medidas eficazes contra a epidemia “fez surgir no Brasil inúmeros grupos autônomos, como os Gapas [O GAPA tinha filiais em vários estados do Brasil, tendo surgido primeiramente em São Paulo], a ABIA, o Projeto Nomes, grupos homossexuais, etc, que não se pretendem substituir às iniciativas próprias do governo, mas complementar essas atividades e, inclusive, pressionar o governo para assumir suas responsabilidades diante do problema de saúde pública mais grave deste final de século” (Boletim ABIA, 1988, número 7, p. 1/2).

¹⁴⁵ O ator Lauro Corona também morreu de Aids, e sua morte foi acompanhada com grande sensacionalismo pela imprensa escrita.

¹⁴⁶ Esses grupos são formados principalmente por soropositivos que trabalhavam nas ONGs/Aids, e que tinham por objetivo darem informações aos repórteres de como deviam agir em caso de reportagens sobre a Aids, no qual algum soropositivo fosse relatado, para que não fosse abordado de uma forma sensacionalista.

¹⁴⁷ De fato, o número de soropositivos parecia estar aumentando assustadoramente no país, chegando a ponto de especialistas afirmarem que uma parte considerável da população brasileira estaria comprometida nos próximos anos (*Revista Afinal*, “Dos males o maior”, 1989, p. 13). Assim como o número de leitos eram totalmente insuficientes para atender o número de soropositivos (*O Globo*, “Aidéticos [sic] e a longa espera por um leito”, 1989, p.20).

¹⁴⁸ O Dr. Álvaro Matida era do Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual de Saúde/RJ.

As campanhas¹⁴⁹ do governo federal também continuavam recebendo críticas pelos principais grupos que trabalhavam com a questão da Aids, nas quais o soropositivo era colocado como uma pessoa praticamente morta e as formas de infecção pelo HIV ainda não eram relatadas pelas campanhas do Ministério da Saúde, mesmo com um aumento maior ainda no ano de 1989, passando dos 5.000 casos contabilizados (PARKER, 1994, p. 31).

As ONGs/Aids, entre elas a ABIA¹⁵⁰, procuravam relatar todo o tipo de situação pelo qual passava o soropositivo, assim como buscavam os direitos das pessoas que eram mais atingidas pela onda de preconceito que se formou com a Aids – os gays. Muitas medidas para se conseguir os direitos aos soropositivos eram parecidas com aquelas adotadas pelo movimento homossexual, ou seja, procurar “mostrar a cara” ou “sair do armário”, para as pessoas poderem ver quem são, realmente, os homossexuais ou os soropositivos.

De fato, a constatação dos direitos dos gays estava intrínseca aos dos soropositivos na ABIA e no Pela VIDDA, mas isso não ocorria somente a nível nacional, como também em outros grupos internacionais que trabalhavam com a questão da Aids. Como podemos ver nessa declaração de um dos membros da ABIA que vai ao exterior num encontro internacional de ONGs/Aids:

... através de grupos que conseguiram grandes avanços no que diz respeito aos direitos humanos, assim como de uma respeitável consciência da CIDADANIA. A maioria dos grupos tinha uma tradição de luta nas áreas de emancipação sexual, igualdade de direito entre os sexos, dos direitos humanos, e com o

¹⁴⁹ Havia um forte ataque às campanhas no período do governo Sarney, que veiculavam uma metáfora muito forte entre “AIDS = MORTE”, o que fazia com que todos os soropositivos pensassem que não teriam mais vida (Boletim ABIA, 1989, número 6, p. 17).

¹⁵⁰ A ABIA defendia as propagandas mostradas pela TV Globo no início de 1989, mas não aceitava as que eram lançadas pelo governo federal. “Para a psicóloga Sílvia Ramos, coordenadora da Abia (...), que criticou as últimas campanhas oficiais por preferirem os eufemismos à informação direta sobre a doença, é essencial que aspectos objetivos da Aids sejam veiculados no horário nobre, sem falsos moralismos. Por isso, a Abia elogia as vinhetas da TV Globo, inclusive a que adverte para os riscos do sexo oral, e que saem do ar na próxima terça-feira” (*Jornal do Brasil*, “Carnaval movimentada campanhas de Aids”, 1989, p. 6).

advento da Aids foram-se fortalecendo em torno das questões (Boletim ABIA, 1989, número 7, p. 5).

Mesmo os homossexuais não sendo o grupo social mais atingido pela doença, como afirma Marcelo Secron Bessa (2002), eles foram os pioneiros no combate a ela, mais pelo caráter preconceituoso que advinha com a epidemia do que pelos casos de Aids ocorridos em gays, como vimos no capítulo 2 e nesse capítulo. De fato, mesmo com a transmissão pelo HIV ser de maior risco através do relacionamento anal, não se tem um estudo que comprove que os gays foram os primeiros atingidos pela doença no mundo, até porque as principais pesquisas afirmam que a doença tem origem no continente africano. Contudo os primeiros casos notificados nos Estados Unidos foram em homossexuais, como vimos no início desse trabalho, sendo assim, relacionados a doença, eles estavam participando de todas as medidas que visavam impedir o avanço da epidemia¹⁵¹¹⁵² (ALTMAN, 1995).

Os grupos gays são considerados pioneiros no combate a Aids, como a própria ABIA reconhecia nos seus boletins. No ano de 1989, faziam parte de um grande conjunto de grupos que trabalhavam com a questão da Aids, na busca por uma maior solidariedade ao soropositivo e agindo no sentido de “pressionar o governo para assumir suas responsabilidades diante do problema de saúde pública mais grave”, que para eles era o HIV (Boletim ABIA, 1989, número 7, p. 1/2).

Esses grupos estavam em busca de um direito maior na luta contra a Aids, não só a melhoria da saúde pública do país, mas também o direito de cidadania das pessoas, tendo em vista que como cidadãos brasileiros eles tinham direitos a um apoio do Estado Brasileiro devido a sua condição de doente, assim como qualquer outro enfermo (Boletim ABIA, 1989, número 8). A cooperação entre as ONGs e os grupos que trabalhavam com a questão da Aids era, o tempo todo, ressaltada nos boletins da ABIA desse ano de 1989¹⁵³.

¹⁵¹ Quando cito epidemia, me refiro a todo o tipo de preconceito e estigma que vem junto da doença.

¹⁵² Dennis Altman (1995) escreve que as primeiras organizações de Aids no mundo foram “nutridas” pelas pessoas mais atingidas pela doença, ou seja, os gays.

¹⁵³ “Temos, porém, a certeza de que participando dessa rede de solidariedade poderemos, juntos, lançar no mesmo mar os nossos diferentes barcos para uma viagem cujo objetivo final é a conquista democrática do

No final de 1989, a situação de que a Aids não era exclusividade somente de homossexuais ganha um reforço de uma autoridade da área da saúde que sempre colocou a doença como uma questão dos gays. A então diretora da PNDST/Aids do Ministério da Saúde, Lair Guerra afirma que ‘as pessoas ainda não se conscientizaram que a doença não está ligada a homossexuais ou bissexuais, mas a todas as pessoas que não tomam as precauções’, o que iria fortalecer mais ainda a desvinculação da doença a homens que se relacionavam com outros homens. Toda a população, agora, estava comprometida com a questão da Aids (*O Estado de S. Paulo*, “Aids vai além dos grupos”, 1989, p. 12). Contudo, tal declaração era mais percebida pelas ONGs/Aids e pelos grupos como uma forma preconceituosa de não abordar temas relacionados a homossexualidade nas campanhas contra a Aids do governo federal.

De fato, a imprensa agora modificaria o tom das suas reportagens sobre Aids, tendo em vista que a doença cada vez mais caminhava para a cronicidade e que as reportagens que tratavam sobre a enfermidade eram muito atacadas pelo sensacionalismo que as acompanhava. Sendo assim, o ano de 1990 começa com um novo governo, com grupos de Aids ligados a uma causa cada vez mais comum e com uma sociedade que percebia que o problema da Aids envolvia a todos¹⁵⁴ e, cada vez mais, abandonava o conceito de grupo de risco.

O esclarecimento em relação à doença já era muito grande, tanto que no início dessa nova década, a Revista *Manchete* publica uma grande reportagem sobre o tema, informando sobre as formas de transmissão pelo HIV, mostrando um quadro teórico que relatava as formas de transmissão nas relações heterossexuais e homossexuais.

Herbert Daniel aparece nessa reportagem – o escritor vai aparecer na maioria das reportagens sobre Aids desde a sua confirmação de que era soropositivo, ou seja, desde 1989 – indignado com a atitude das pessoas em relação aos soropositivos, onde ainda uma parte da população desconhecia a forma de contágio de uma para outra. Daniel, mais uma vez se indigna com as campanhas veiculadas pelo Ministério da Saúde.

direito à saúde de nosso povo”. Era um dos pensamentos que os membros da ABIA tinham, de que a população teria um serviço de saúde pública digno.

¹⁵⁴ Pequeno trecho que mostra como a Aids passava a ser mostrada e percebida pela sociedade no Brasil: “(...) a Aids é um problema comum de toda a humanidade; que temos um elo comum, dado no mínimo pela nossa contemporaneidade com a tragédia, na nossa maneira de enfrentar a epidemia e acreditar que podemos vencê-la. Através de uma ‘canção de amor’ que chamamos de solidariedade (Boletim ABIA, 1990, número 10, p. 1) .

Esse tipo de atitude do escritor vai estar presente ao longo do governo de Fernando Collor de Melo¹⁵⁵, no qual Daniel já inicia essa década fazendo fortes críticas às primeiras campanhas lançadas pelo Ministério da Saúde do governo Collor. Para ele, as campanhas não visavam atacar a doença, e sim o doente, pois trazia a mensagem de que a Aids matava e não informava como a população podia se prevenir. Isso passava a mensagem de que para as pessoas se manterem longe da Aids era necessário evitar aproximação com qualquer soropositivo, segundo Daniel (Boletim Pela VIDDA, 1990, número 5, p. 2).

As críticas ocorriam, principalmente, devido ao aumento dos números de soropositivos no Brasil e no mundo, segundo as perspectivas da Organização Mundial da Saúde (*Jornal do Brasil*, “Aids cresce e gere protestos”, 1990). Críticas, também, à falta de informação para toda a população, o que dificultava a prevenção e o atendimento a muitos soropositivos, como podemos ver nessa passagem do primeiro boletim da ABIA de 1990:

... muitos estão morrendo por causa dos preconceitos e da discriminação. A omissão do Governo faz crescer a ignorância e, portanto, o pânico e o preconceito. A discriminação não vem só de pessoas leigas, vem também dos próprios profissionais de saúde, muitos, completamente desinformados, (...). Cumpre ao governo pensar nas pessoas que estão vivendo com o vírus da Aids, ou com a própria doença, como cidadãos, com plenos direitos, e não como verdadeiros condenados à morte civil (Boletim ABIA, 1990, número 10, p. 6).

É de se imaginar que mesmo com uma forte discussão sobre o assunto, nas páginas de jornais, alguns médicos ainda desconheciam o assunto ou simplesmente tratavam a situação com muito preconceito, talvez pelo fato de a Aids ter a sua relação

¹⁵⁵ Fernando Collor de Melo assume a presidência do Brasil em 1990, sofre o processo de impeachment em 1992 devido aos escândalos de corrupção do seu governo. Durante o período em que exerceu o seu mandato, muitos problemas ocorreram no campo da saúde, principalmente em relação aos soropositivos, com relação a diminuição de leitos hospitalares para os doentes de Aids e o aumento do principal remédio para o controle da enfermidade, o AZT.

construída em torno da homossexualidade. O discurso médico-científico era muito criticado pelas ONGs/Aids, principalmente pelo grupo Pela VIDDA, que aborda em um dos seus boletins o preconceito de muitos médicos em relação aos gays, principalmente quando esses eram percebidos como pessoas extremamente promíscuas, e por isso eram responsáveis pelo fato de estarem sofrendo com o preconceito causado pela Aids (Boletim Pela VIDDA, 1990, número 6, p. 7).

Se muitos médicos ainda não sabiam as formas de transmissão do HIV, é possível entender porque grande parte da população ainda estigmatizava todo o doente de Aids como homossexual, assim como todo gay de possível soropositivo.

Tal situação de ignorância da população era percebida até por serviços de saúde do governo, que implantaram o Disque-Aids¹⁵⁶ e recebiam ligações que mostravam a falta de informação da população, com perguntas que iam desde o aperto de mão, até perguntas de pessoas de idade sobre relacionamentos homossexuais em períodos no qual a Aids nem existia (*Jornal do Brasil*, 1990, “Disque-Aids mostra muito preconceito e ignorância”).

A situação se agravava ainda mais com a pouca veiculação – assim como a pouca informação quando alguma chegava a população – de campanha pela televisão, pois essa sim alcançaria uma massa que não tinha acesso ao conteúdo das reportagens sobre a Aids na imprensa escrita.

A insatisfação quanto às medidas governamentais, principalmente na esfera federal¹⁵⁷, não ficavam somente em relação a pouca divulgação de campanhas para a prevenção contra o HIV, mas, também, em relação aos leitos hospitalares, que era uma situação grave que desde o início da epidemia no país era relatada pelas ONGs e os governos de então (Sarney e Collor)¹⁵⁸ não tomaram qualquer tipo de providência na resolução desse problema.

¹⁵⁶ Serviço do Estado do Rio de Janeiro, que tinha por objetivo informar a população sobre os meios de transmissão e negociar leitos hospitalares para soropositivos. Tal serviço recebia críticas das ONGs/Aids pelo fato de ter poucas atendentes com um horário muito curto de funcionamento e não conseguir a internação de portadores pela falta de leitos.

¹⁵⁷ Já nesse momento vemos uma integração entre o governo estadual do rio de janeiro e as organizações não-governamentais, como é o caso do Gapa, que passa a ter sede que foi doada pelo governo estadual (*Jornal do Brasil*, “200 aidéticos [sic] abandonados”, 1990).

¹⁵⁸ A ABIA desde o início criticava o descaso do governo federal em relação as vítimas que a epidemia estava causando, como podemos ver nessa passagem: “O atual governo [Collor], entre a omissão e a demonstração autoritária de personalismo, continua em total silêncio em relação a epidemia. Segue a risca

Não é difícil entender a formação de diversas ONGs/Aids para poder suprir a carência que se formava em relação aos soropositivos no campo da saúde. Tal omissão do governo brasileiro acabava por impulsionar a constituição de diversas ONGs, que davam apoio às vítimas da Aids, sendo atendidas por essas organizações, assim como as informações sobre a enfermidade passam a ser buscadas nos serviços das Organizações Não-Governamentais (*Jornal do Brasil*, “Mobilização anti-Aids supre omissão oficial”, 1990).

Herbert Daniel continuava engajado em combater essa indiferença do governo e também de parte da sociedade. Uma das suas medidas nesse momento, além de criticar a inércia do governo em relação a Aids, pelas ONGs que atuava (ABIA e Pela VIDDA), foi mostrar como o soropositivo poderia viver com a doença e os direitos que esses tinham quando não conseguiam mais trabalhar. A assistência jurídica do Pela VIDDA era uma das formas que Daniel tinha de lutar pelos direitos dos soropositivos (*Última Hora*, “Vivendo com Aids”, 1990).

O escritor também criticava como a doença agora era abordada com indiferença pela imprensa escrita, pois ao serem criticadas pela forma sensacionalista como abordavam a doença, acabou por modificar o conteúdo das reportagens, levando a certa indiferença com relação a situação da Aids no país. O sensacionalismo já não vendia mais, e a doença já estaria saturada nas páginas dos jornais e revistas.

É importante notar que mesmo com números que afirmavam que a doença não pertencia a um grupo de risco, muitos ainda se sentiam imunes a Aids, o que contribuía para o aumento da indiferença em relação a situação, que estava cada vez mais fazendo vítimas.

Toda essa situação era atribuída ao preconceito em relação aos portadores do HIV, como afirma o então jornalista do *Jornal do Brasil* Sérgio Adeodato:

Mas o preconceito, atributo exclusivamente humano, é o outro lado dessa paralisia assustadora. O jornal é feito por homens, e os homens têm suas convicções, conceitos e preconceitos. Alguns

o mesmo descaso e a mesma arrogância que foram usados nos últimos cinco anos, enquanto o superficial programa [Nacional] de DST/Aids era des governado por burocratas insensíveis” (Boletim ABIA, 1990, número 11, p. 9).

contaminados pela síndrome do avestruz, enterram a cabeça no solo ou colocam óculos escuros para ver a realidade à sua maneira e considerar a Aids como uma doença que nunca poderá atacá-los (Boletim ABIA, 1990, número 12, p. 16).

Como podemos perceber nessa declaração do jornalista, o preconceito se articulava por ainda acharem que a doença era do outro, a mentalidade em relação a Aids havia sido muito enraizada pela farta divulgação de que a doença tinha como preferência determinados grupos:

Depois do ímpeto sensacionalista que varreu alguns jornais no início da epidemia da ‘peste gay’, ‘câncer gay’ e do ‘mal do século’, os meios de comunicação esboçaram investir numa linha de esclarecimento sobre as formas de contágio, com base nos resultados (e nas controvérsias) das primeiras pesquisas mundiais sobre a doença (Idem, p. 15).

Ou seja, agora a situação, depois de todo aquele período de pânico constante, caiu na indiferença. Bastava perceber a que a prioridade do governo de Fernando Collor de Melo, não era a Aids, pelo simples fato de não impulsionar campanhas educativas para a população mesmo diante do aumento dos números de casos que chegou perto de 7.000 casos no ano de 1990 (PARKER, 1994, p. 31).

É no final do ano de 1990 que ocorre a morte do cantor Cazuza, dessa vez abertamente divulgada por todos os meios de comunicação, inclusive pela imprensa escrita. Mais uma vez, a divulgação da morte de uma pessoa que tinha relacionamentos com outras do mesmo sexo, acabou por fortalecer a idéia de que a Aids estava relacionada a essa forma de relação sexual.

As medidas das ONGs/Aids para alertar a população, devido a fraca campanha governamental, sobre as formas de transmissão vão continuar no ano de 1991¹⁵⁹, com o

¹⁵⁹ Esse ano também será marcado pela guerra do Golfo, no qual a ONU, tendo a frente os Estados Unidos, parte para uma guerra contra o Iraque devido a invasão do mesmo ao Kuwait, local de reservas petrolíferas.

primeiro ato partindo da ABIA e do Pela VIDDA, tendo a frente Herbert Daniel, que veste o obelisco da Avenida Rio Branco com uma camisinha gigante com o objetivo de conscientizar a população sobre a doença, além de fazer protestos com relação a falta de prioridade do governo com relação a Aids. A notícia sobre o evento foi publicado no Boletim do Pela VIDDA:

Na manhã da quinta-feira 4 de abril, o grupo Pela VIDDA/RJ, com o apoio dos parlamentares do PT Chico Alencar e Carlos Minc, concretizou uma idéia do arquiteto Marcelo Cordeiro de Mello: vestir o obelisco da AV. Rio Branco, centro do Rio, com um preservativo gigante, de 15 metros de comprimento, feito de plástico. A irreverência do evento veio reforçar que é possível lutar contra a Aids com humor, que não faz mal a ninguém. Pelo contrário, o humor é nosso aliado. O medo e o pânico é que são prejudiciais, como fica evidenciado nas campanhas governamentais. Na base do monumento foi colocada uma faixa com os dizeres: EVITE A AIDS. VIVA A VIDA! (Boletim Pela VIDDA, 1991, número 10, p.1).

Os homossexuais continuavam a frente dessas medidas, não era somente Daniel¹⁶⁰ que participava delas, mas muitos outros estavam engajados nessa batalha que não era apenas por uma melhoria da saúde pública, mas pela busca da solidariedade aos soropositivos e pelos direitos civis, assim como pela diminuição do preconceito aos homossexuais.

A ligação com a homossexualidade permanecia nessas duas ONGs aqui trabalhadas, tanto que no primeiro boletim da ABIA do ano de 1991, vai ser relatado o trabalho que estava sendo realizado por um grupo gay da Argentina em relação a doença¹⁶¹, assim como os tipos de preconceitos que esses homossexuais passavam no país deles. É feita, também, uma comparação com a situação dos grupos gays brasileiros,

¹⁶⁰ Podemos citar mais uma vez os grupos gays que buscavam unir forças no combate a Aids, como o Atobá e o GGB.

¹⁶¹ É importante ressaltar que os boletins da ABIA, na maioria das vezes, mostravam casos de grupos homossexuais no exterior e de como esses trabalhavam com a questão da Aids.

e como esses trabalhavam com as questões relacionadas com a Aids. Isso demonstra como a participação no combate à Aids ocorria onde já existia alguma organização homossexual.

Tal tipo de assunto é importante para percebermos que, desde o início, os grupos gays estiveram engajados na luta contra a Aids, e dessa forma abriam espaço para debates sobre a situação dos gays nos seus respectivos países. Como estava ocorrendo no Brasil e em todo o mundo ocidental, onde os gays podiam ter uma atuação maior.

Esse tipo de discussão sobre a homossexualidade era tão grande nesse momento que em 1991 a OMS já não considerava a homossexualidade uma doença (homossexualismo), o que mostrava como a discussão em torno da Aids gerava uma discussão sobre as relações homossexuais e acabava por ajudar na conquista por espaço das organizações gays (*Jornal da Tarde*, “Aids cresce 80% em São Paulo em um ano”, 1991).

Contudo, voltando à nossa contextualização do período, podemos perceber que os números de pessoas infectadas pelo vírus estavam aumentando em todo o país¹⁶², e que a necessidade de se fazer alguma coisa era urgente, principalmente por parte do governo federal que agora tinha a frente, desde 1990, o epidemiologista Eduardo Cortês como diretor do PNDST/Aids (NASCIMENTO, 2005). Assim, uma nova campanha para “conscientizar” a população é iniciada e mais uma vez Daniel se coloca contra tal campanha, que segundo ele “mostrava uma pessoa portadora do vírus constrangida e humilhada” (Boletim Pela VIDDA, 1991, número 9, p.1). “Essa campanha incluía materiais visuais e anúncios veiculados pela televisão e pelo rádio, todos com apelo ao medo”, ou seja, incentivando o medo a doença, mas, também, medo ao doente de Aids, reforçando os estigmas e os preconceitos aos portadores e todos que faziam parte do imaginário social da doença, como os gays (NASCIMENTO, 2005, p.150).

As críticas a tal política pública não iria cessar enquanto algum tipo de atitude fosse tomada por parte do governo, entretanto, Herbert Daniel e os outros ativistas das ONGs/Aids não iriam conseguir mudar a situação mais pra frente, pois as campanhas –

¹⁶² A primeira reportagem do ano de 1991, vai mostrar que a epidemia de Aids não estava controlada no país, e que os números estavam aumentando no Brasil. Médicos, como Dráuzio Varella, afirmava que: ‘Em nenhum país do mundo há sinais de arrefecimento da epidemia de Aids’ (*Jornal da Tarde*, “Aids cresce 80% em São Paulo em um ano”, 1991, p.5).

quando fossem divulgadas – seguiriam com um tom fatalista em relação ao soropositivo e pouco esclareceriam sobre as formas de infecção.

Mais uma vez essas ONGs passam a ter que tomar as suas próprias iniciativas, e conseguem o apoio até de partes importantes da sociedade civil, conseguindo apoio dos meios de comunicações (TV Globo) e de artistas, que mesmo sofrendo os estigmas da doença apoiavam as campanhas. Assim como trabalham com a produção de campanhas educativas que não reforçassem o estigma preconceituoso que se desenvolvia em torno da doença, mas sim que incentivassem a prevenção e a solidariedade ao doente¹⁶³.

Esse estigma se dava pelo fato de muitos temerem ser relacionados com contaminados pelo HIV, pois pessoas importantes do “show business” como Cazuza e Lauro Corona haviam falecido de Aids e tinham a sua imagem ligada ao meio artístico. Como podemos ver nesse artigo do Jornalista Mauro Ferreira:

Trata-se de um medo compreensível. Isso porque uma facção sensacionalista da Imprensa se compraz em noticiar com estardalhaço listas de artistas supostamente contaminados com o vírus HIV. Nomes como Ney Matogrosso e Caetano já estiveram nas páginas de revistas vulgares como supostos soropositivos (Boletim Pela VIDDA, 1991, número 10, p.8).

No início da década de 90, principalmente em 1991, se tornou grande a relação da doença com atores e cantores, tanto que quando ocorria alguma morte misteriosa de alguém desse meio, tinham a sua imagem ligada a doença pela sociedade brasileira.

De fato, tanto a ABIA quanto o Pela VIDDA tiveram que utilizar os recursos que eles tinham e iniciar campanhas educativas e divulgar o sentimento de solidariedade para com os soropositivos. A sugestão de uma campanha diferenciada da veiculada pelo governo federal parte primeiramente da ABIA, que vai criticar abertamente, num boletim especial e com a republicação de antigos artigos, a campanha do Ministério da Saúde.

¹⁶³ Nascimento (2005), mostra como se dava uma dessas campanhas da ABIA e do Pela VIDDA: “Usando um detalhe da ‘Criação do Mundo’, de Michelangelo, incorporou-se uma camisinha nas pontas dos dedos do Criador, como se este a estivesse oferecendo às criaturas. A parte textual do cartaz diz simplesmente: ‘Cuide-se, take care, fais gaffe’, sugerindo que você pode se cuidar e se prevenir da Aids usando camisinha” (p. 151).

Propõem uma campanha elaborada por eles, por sua experiência em questões relacionadas à doença desde o início da epidemia¹⁶⁴.

Em maio desse mesmo ano (1991), se inicia um movimento para colocar em prática uma campanha impulsionada pela ABIA que tinha à frente, como pensador e executor da campanha, Herbert Daniel. As campanhas tinham um toque de humor, como podemos ver na passagem dessa reportagem:

A Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia) tentará apagar com um novo filme, a ser exibido a partir de julho, a imagem que considera negativa e preconceituosa dos portadores da doença retratados nas campanhas publicitárias oficiais. A campanha da associação será temperada com humor. Terá, por exemplo, preservativos feitos de massa plástica que se inflam, tomam forma, cantam, dançam e dizem que seu uso previne a Aids (*O Estado de S. Paulo*, “Aids terá campanha com toque de humor”, 1991, p. 5).

Mesmo assim, com críticas e com campanhas não-governamentais paralelas o governo brasileiro não muda a sua tática em relação às políticas de prevenção a Aids, pois como o próprio Ministro da Saúde afirmava nesse período “a sociedade brasileira deveria se preparar para cuidar dos seus ‘aidéticos’ [sic], pois não há recursos governamentais para tanto” (Boletim ABIA, 1991, número 14, p1). O que mostrava que a doença não era a prioridade do governo nesse momento.

O grupo Pela VIDDA também iniciava medidas para informar a população de como podiam ser infectados pelo HIV, lançando o seu próprio Disque-Aids¹⁶⁵, tendo em vista que os serviços similares oferecidos pelo poder público deixavam muito a desejar

¹⁶⁴ Um das muitas críticas das ONGs/Aids a campanha federal do governo Collor, é que ela era pensada e realizada por pessoas que não tinham qualquer conhecimento sobre a doença.

¹⁶⁵ Nota da ABIA sobre o Disque-Aids do Pela VIDDA: “Inaugurado no dia 10 de junho, o DISQUE-AIDS, serviço de atendimento telefônico do Grupo Pela VIDDA, recebeu em dois meses 930 ligações. (...) as pessoas puderam se informar sobre vários aspectos da epidemia, e as principais dúvidas foram a respeito dos meios de contaminação e os sintomas da doença. (...) No lançamento do DISQUE-AIDS, as primeiras ligações foram atendidas pela atriz Glória Pires, além de Herbert de Souza e Herbert Daniel” (Boletim ABIA, 1991, número 14, p. 16).

devido a falta de informação dos seus atendentes e a pequena carga horária do serviço (*Última Hora*, “Grupo Pela VIDDA faz 2 anos e lança o Disque-Aids”, 1991, p. 12).

O ano de 1991 termina com medidas dessas ONGs/Aids – com um poder de difusão infinitamente menor – que visavam realizar o trabalho que deveria estar sendo realizado pelo governo brasileiro, o de conscientizar a população sobre a doença e de como agir caso deparassem com uma situação de contágio, tendo em vista que se isso ocorresse a única opção mostrada pelas campanhas do governo Collor, nesse ano, seria esperar pela morte.

O ano de 1992 inicia com a morte de Herbert Daniel em decorrência das infecções oportunistas pelo HIV. Em sua homenagem, a ABIA publica diversos artigos sobre homossexualidade, no primeiro boletim do ano. Afinal, Daniel havia iniciado a sua militância em relação a Aids desde o início da epidemia, tendo em vista que ele, como homossexual, já se sentia ligado à doença.

Partindo do início deste trabalho até o ano de 1992 (ano da morte do escritor), podemos perceber que muito foi discutido sobre homossexualidade, a partir dos primeiros casos da Aids. Relações sexuais passaram a ser discutidas, os gays passam a ganhar espaço nos jornais, a homossexualidade deixa de ser considerada uma doença, ganhando diversas publicações e até peças de teatros. Esse é um balanço realizado pelo *Jornal do Brasil* que vai analisar tudo o que foi produzido culturalmente sobre a doença a partir do momento que os primeiros casos passam a ser relatados. O balanço verifica uma vasta produção cultural em relação a Aids e a homossexualidade, assim como aponta a idéia de que a doença abria espaço para a discussão dos direitos dos homossexuais, tendo em vista que muitos gays participavam do movimento de combate a Aids (*Jornal do Brasil*, “Aids: relações delicadas no meio cultural”, 1992).

No ano de 1992, o legado que Daniel e vários outros gays deixam para os direitos dos homossexuais e dos soropositivos é de ONGs/Aids bem articuladas capaz de pressionar as autoridades federais e conseguir uma modificação nas campanhas contra a Aids, a partir do momento que se tem uma troca de ministros da saúde e o afastamento de Eduardo Cortes¹⁶⁶.

¹⁶⁶ O ministro da Saúde, que assume em 1990, era Alcení Guerra. No entanto, é afastado no início de 1992 por denúncias de corrupção, sendo substituído pelo médico Adib Jatene, que inicia um diálogo com as

Tanto a ABIA, quanto o Pela VIDDA estavam totalmente engajados na melhoria da situação dos soropositivos, principalmente em relação à cidadania e ao atendimento na área da saúde. A situação do soropositivo se modifica, e a solidariedade se inicia a partir do momento que todos passam a mostrar o rosto e a contar a sua história, atitude sempre defendida por Daniel (*Jornal do Brasil*, “Grupo Pela VIDDA é o exemplo na luta contra a Aids”, 1992).

No campo dos direitos dos homossexuais, Daniel e todos os gays que haviam atuado no movimento de luta contra a Aids e até antes da epidemia, irão deixar um legado muito importante para as próximas gerações, como afirma o antropólogo Edward MacRae:

Do ponto de vista político e social, a atuação dos militantes homossexuais serviu, também, para tomar a homossexualidade mais ‘respeitável’ ou legítima e, hoje [1992], muitas autoridades políticas, médicas ou acadêmicas, podem fazer declarações de apoio ao estilo de vida homossexual sem maiores constrangimentos. Isso adquire uma importância crucial com o surgimento da Aids, quando apesar da persistência generalizada de preconceitos anti-homossexuais entre médicos e outros profissionais de saúde, os programas oficiais têm sido obrigados a reconhecer a legitimidade social do comportamento homossexual e a necessidade de se respeitar os direitos de cidadania dos seus praticantes (Boletim ABIA, 1992, número 16, p. 18).

Como vemos, o legado de direitos e conquistas que Daniel e vários outros homossexuais deixaram para soropositivos e homossexuais, foi muito reconhecido nesse ano de morte..

Com relação às campanhas do governo federal, segundo Nascimento:

ONGs/Aids. É no início de 1992, que o programa Nacional de DST/Aids “elabora uma carta de intenções ao Banco Mundial, propondo um projeto cujos objetivos gerais seriam reduzir a incidência e a transmissão do HIV e DSTs, além de fortalecer instituições públicas e privadas responsáveis pelo controle do HIV e Aids no país” (NASCIMENTO, 2005, p. 102).

Com a crescente mobilização de ONGs, apoiadas inclusive financeiramente pelo ministério da saúde, e de outras iniciativas particulares, observou-se uma mudança de atitude no trato da questão da Aids (NASCIMENTO, 2005, p. 152).

O que ocorre é que elas passam a fortalecer, além da prevenção com a utilização do preservativo, a solidariedade aos soropositivos e deixando implícita a prevenção, também em relacionamentos entre homens. Uma mudança significativa para todo o tipo de campanha que estava sendo vinculada desde 1986.

Com certeza, a mudança no conteúdo do discurso dessas campanhas, proporcionou uma queda grande no número de casos de Aids do ano seguinte, passando de quase 8.000 casos relatados no ano anterior (1991), para menos de 500 casos no primeiro semestre de 1992 (PARKER, 1994, p. 31).

O ano de 1992 acaba com o impeachment de Fernando Collor de Melo¹⁶⁷ – devido às denúncias de corrupção, mas, com certeza, também, pela sua política de saúde que geraram fortes críticas – e com o direito dos soropositivos cada vez mais conquistados, como o direito de um soropositivo retirar o PIS (Programa de Integração Social) ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (*Jornal do Brasil*, “Vítima da Aids ganha direito a retirar o PIS”, 1992).

Contudo, graças a toda a organização nas ONGs/Aids, foi possível se ter uma modificação nas campanhas que proporcionaram, juntamente com as próprias campanhas das ONGs/Aids, na diminuição dos números de casos no ano seguinte. ONGs estas, que como vimos desde o capítulo 2 dessa dissertação de mestrado, estavam constituídas de gays, mostrando o papel deles não só como incentivadores da discussão sobre a homossexualidade, mas também numa pressão ao governo brasileiro na modificação da política de saúde pública em relação e epidemia de Aids.

¹⁶⁷ A carta de intenções enviada ao Banco Mundial, no início de 1992, é aceita pelo Banco (NASCIMENTO, 2005).

Considerações finais

Propusemo-nos a discutir, nessa dissertação de mestrado, o papel dos homossexuais na luta contra a Aids. Assim, verificamos de que forma os homossexuais masculinos se organizaram no Brasil e como tiveram as suas vidas e organizações afetadas pelo advento da Aids, a qual levou a um redirecionamento de suas organizações para enfrentar o estigma produzido pela doença.

Mostramos que a identidade homossexual brasileira foi construída a partir das idéias do movimento homossexual americano, idéias estas que impulsionaram também a constituição do jornal *Lampião da Esquina*, que estimulou a formação de diversos grupos gays e, a partir de uma interação entre os gays no Brasil, na formação de uma identidade gay brasileira. Essas organizações e a construção da identidade homossexual, no final da década de 1970, possibilitaram aos homossexuais se reorganizarem e enfrentarem o estigma construído com o surgimento da Aids.

Pela análise da imprensa escrita, percebemos que o imaginário social referente à Aids foi construído a partir do conhecimento médico-científico e amplamente divulgado pelos jornais e revistas no Brasil. A sociedade civil respondeu a esses preconceitos que acompanhavam a enfermidade, de acordo com o que estava sendo passado por tais veículos de comunicação, além de procurar se informar do que se tratava essa nova doença e de que forma poderia se prevenir contra ela. Constatamos assim, que a primeira resposta da sociedade foi a partir das reportagens divulgadas na imprensa escrita, pois, mesmo que essas matérias e reportagens seguissem um tom sensacionalista com o intuito de venda, foram importantes no esclarecimento sobre o contágio e tudo o que ocorria no Brasil e no mundo que tivesse relação com a Aids.

Os primeiros grupos de combate à Aids, que tiveram a participação de muitos gays, procuravam, não só informações sobre a doença e, principalmente, suas formas de transmissão, como também, discutir medidas para enfrentar o preconceito em relação aos doentes e abrir caminho para as questões relacionadas à homossexualidade. Tais atitudes levaram a sociedade brasileira a um salto significativo nas discussões e debates sobre assuntos ligados à sexualidade na década de 1980. Se antes, o tema sobre relacionamento sexual era um grande tabu, com o debate sobre a Aids as discussões sobre prevenção

sexual passaram a ser tratadas não só nas escolas como também em comerciais de televisão e no ambiente familiar, sem falar nas discussões sobre a própria homossexualidade que possibilitou ganhos positivos em relação aos direitos dos homossexuais, como a exclusão da concepção da homossexualidade como uma doença mental.

De fato, mostramos que a relação entre Aids e homossexualidade não só estimulou atitudes violentas da sociedade para com os gays, como também impulsionou uma discussão sobre os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Sem dúvida, contribuiu para uma maior aceitação dos gays pela sociedade brasileira, além de proporcionar uma vasta produção intelectual sobre a homossexualidade, vinda não só na imprensa escrita como, também, nos boletins das ONGs/Aids e em alguns veículos de produção cultural.

Não é difícil concluir que o estigma proveniente da doença impulsionou os homossexuais a tomarem a frente do movimento de combate à Aids, pois, dessa forma, eles estariam combatendo tanto uma doença até então incurável, como o preconceito – existente desde antes da Aids – que cerceava as suas relações pessoais e os colocava como párias na sociedade. Ou seja, tal movimento também se tornou numa busca pela cidadania não só do soropositivo, mas dos homossexuais em geral.

Sendo assim, chegamos à conclusão final de que todo o movimento que foi formado a partir do combate à Aids teve grande participação de homossexuais. A resposta da sociedade à doença, por meio de organizações não governamentais, possibilitou um apoio a todos aqueles que se viam atingidos pela onda de preconceitos e estigmas construídos em torno da doença. Essas organizações civis criaram espaços de apoio e pressionaram o governo federal por medidas que pudessem controlar a epidemia que estava vitimando milhares de pessoas no Brasil. Foi, graças a essas organizações, das quais muitas eram grupos ligados a questões da homossexualidade, que o governo brasileiro passou a reconhecer a Aids como uma importante questão de saúde pública no Brasil, formando o Programa Nacional de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids (PNDST/Aids) que dialogasse com as ONGs, elaborasse campanhas de prevenção mais solidárias ao soropositivo, focasse mais na prevenção da doença e pensasse um projeto competente e satisfatório para a prevenção da Aids no país.

Com isso, poderíamos apontar que toda essa movimentação a partir do advento da Aids, por parte dos homossexuais, possibilitou em ganhos efetivos para termos no ano de 1996 a distribuição gratuita do coquetel anti-Aids pelo governo brasileiro, contudo, isso fica para futuras pesquisas.

Referências Bibliográficas

Fontes Escritas

Boletins da ABIA, referentes aos anos de 1988 a 1992.

Boletins do Grupo Pela VIDDA, referentes aos anos de 1990 a 1992.

Jornal *Lampião da Esquina*, do ano de 1978 a 1992.

Jornal do Brasil

Jornal da Tarde

Jornal *O Dia*

Jornal *O Globo*

Jornal dos Sports

Folha de São Paulo

Revista *Veja*

Revista *Istoé*

Revista *Manchete*

Revista *Afinal*

Fontes Orais

Acervo de Depoimentos Orais “A Fala dos Comprometidos”, Arquivo Sonoro, Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), Casa de Oswaldo Cruz, 1996.

Bibliografia

ALTMAN, Dennis. *Poder e comunidade: respostas organizacionais e culturais à Aids*. Rio de Janeiro: Abia/ IMS-Uerj/ Relume Dumará, 1995.

BESSA, Marcelo Secron. *Os perigosos: autobiografias & AIDS*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

CAMARGO, Jr. Kenneth. *As ciências da AIDS & a AIDS das ciências – o discurso médico e a construção da AIDS*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará – ABIA – IMS – UERJ, 1994.

- DANIEL, Herbert & PARKER, Richard. *Aids a Terceira Epidemia: ensaios e tentativas*. São Paulo: Iglu, 1991.
- DRAIBE, Sônia Miriam. “As políticas sociais do regime militar brasileiro”: 1964-84. In: SOARES; Gláucio Ary Dillon; D`ARAUJO; Maria Celina (orgs). *21 anos de Regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro. FGV, 1994, p. 271-306.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GALVÃO, Jane. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: 34, 2000.
- GONTIJO, Fabiano. *O Rei momo e o arco íris: homossexualidade e carnaval no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- GREEN, James Naylor. *Frescos Trópicos: fontes sobre homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- MARQUES, Maria Cristina da Costa. *A história de uma epidemia moderna*. São Paulo: RiMa, 2003; Maringá: EDUEM, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil - uma história comparada*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.
- OLIVEIRA, José Henrique de Castro de. *Do underground brotam flores do mal. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. Mestrado. Niterói: UFF, 2007.
- PARKER, Richard G. *Abaixo do Equador*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PARKER, Richard G. *A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS, UERJ, 1994.
- POLLAK, Michael. *Os homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.
- ROCHA, Emerson Ferreira da. *A representação política, cultural e social da homossexualidade masculina no Brasil contemporâneo (1945-1992): a misoginização da homofobia*. Monografia. Niterói: UFF, Departamento de História, 2001.
- RODRIGUES, Marly. *A década de 80*. São Paulo: Ática, 1992.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990.

SANTOS FILHO, Ézio Távora dos. *Saindo da sombra: o movimento social brasileiro no financiamento entre o Banco Mundial e o Programa Nacional de AIDS*. Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2002.

SONTAG, Susan. *A Aids e suas metáforas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

SULLIVAN, Andrew. *Praticamente Normal: Uma discussão sobre o homossexualismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TRONCA, Ítalo. *As Máscaras do Medo: lepra e aids*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.